

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARÍLIA GUIMARÃES MOREIRA BARBOSA

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS
DE UBERLÂNDIA (1995-2008)

Uberlândia
2009

MARÍLIA GUIMARÃES MOREIRA BARBOSA

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS
DE UBERLÂNDIA (1995-2008)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Marilúcia de Menezes Rodrigues.

Uberlândia
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696p Barbosa, Marília Guimarães Moreira, 1963-
As parcerias público-privadas nas escolas públicas estaduais de Uberlândia
(1995-2008) / Marília Guimarães Moreira Barbosa. - 2009.

118 f. : il.

Orientador: Marilúcia de Menezes Rodrigues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Progra-

ma de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação e Estado – Brasil -Teses. 2. Escolas públicas –
Uberlândia (MG) - Administração – Teses. 3. Educação
cooperativa - Brasil – Teses. I. Rodrigues, Marilúcia de
Menezes. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37.014.5 (81)

MARÍLIA GUIMARÃES MOREIRA BARBOSA

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS
DE UBERLÂNDIA (1995-2008)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Marilúcia de Menezes Rodrigues

Uberlândia, 10 de julho de 2009
Banca Examinadora

Profa. Dra. Marilúcia de Menezes Rodrigues
Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Prof. Dr. Fernando Antônio Leite de Oliveira
União educacional Minas Gerais-UNIMINAS

Profa. Dra. Mara Rúbia Alves Marques
Universidade Federal de Uberlândia-UFU

O ANALFABETO POLÍTICO

*“O pior analfabeto é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, nem participa dos
acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão,
do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do
remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro que se orgulha e
estufa o peito dizendo que odeia
a política.”*

BERTOLT BRECHT

DEDICATÓRIA

A Deus, autor e criador de toda sabedoria e luz.
A Professora Marilúcia pela orientação,
tranquilidade e competência, com que percorreu
comigo este caminho.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela vida e por conduzir os meus passos e me sustentar em todos os momentos.

Agradeço aos meus pais pelo cuidado sempre dedicados a mim.

Ao meu esposo Gilberto pelo apoio e carinho.

Aos meus filhos Rodrigo, Aline e Roberto; Abel meu genro e à Maristela minha futura nora pela compreensão da minha ausência nos finais de semana e feriados;

A Universidade Federal de Uberlândia, a coordenadora de curso Selva Guimarães, aos professores Marcelo Pereira, Robson L. França, Gabriel Palafox, Jefferson Ildelfonso da Silva.

A professora Dra. Mara Rúbia Alves Marques, referência essencial nesta caminhada;

A todos os colegas de mestrado, Silvani, Karen, Karen Sheila, Marília Maruyama, Lúcia, Maria Abadia e Fernanda.

Aos meus colegas diretores de escolas estaduais e coordenadores de projetos educacionais pela importante colaboração nesta pesquisa;

E a todos os demais que sabem estar sendo contemplados neste agradecimento, minha eterna gratidão!

Marília

RESUMO

Este estudo insere-se na Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. Investigamos a relação entre a iniciativa privada e as escolas estaduais de Ensino Fundamental do Município de Uberlândia-MG. O objetivo é compreender a lógica do capital numa realidade macro, a partir da reforma do Estado em 1995, do Choque de Gestão em Minas Gerais, e a relação existente entre as esferas público-privadas através das parcerias entre as escolas estaduais e as empresas privadas de Uberlândia-MG. Primeiro analisamos a reconfiguração do papel do Estado através de pesquisa bibliográfica e documental. Posteriormente analisamos o Programa de governo “Choque de Gestão” implementado em Minas Gerais pelo governador Aécio Neves, como estratégia política, econômica e social que introduziu na educação a forma de administração gerencial própria das políticas neoliberais. Finalizamos com uma reflexão sobre as culturas escolar e empresarial, listando os principais projetos desenvolvidos pela SEE/MG em parceria com a iniciativa privada, confirmando a aproximação do público com o privado partindo da percepção dos gestores educacionais de Uberlândia a respeito das parcerias entre iniciativa privada e Estado.

Palavras-chave: Público-privado; Parceria, Estado, Educação.

ABSTRACT

This study is inserted in the Line of Research named Politics and Management in Education, from the Program of Post-Graduation in Education, of the Federal University of Uberlândia. We investigate the public-private relation between the private initiative and the state schools of Basic Education of the City of Uberlândia-MG. The objective is to understand the logic of the capital in a macro reality, from the reform of the State in 1995, in the Management Shock in Minas Gerais, and the existing relation between the public-private spheres through the partnerships between the state schools and the private companies of Uberlândia. First we analyze the reconfiguration of the paper of the State by documentary and bibliographical research. Later we analyze the government Program “Management Shock” implemented in Minas Gerais for governor Aécio Neves, as politic, economic and social strategy that introduced in the education the form of proper management administration of neoliberal politics. We finish pondering on the cultures pertaining to school and enterprise, listing the main projects developed for the SEE/MG in partnership with the private initiative, confirming the approach of the public with the private one in the attempt to perceive the vision of the educational managers of Uberlândia regarding the partnerships between private initiative and State.

Key words: Public-private. Partnership. State. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Campo de Parceria.....	66
GRÁFICO 1: Número de entidades qualificadas, 2004 – 2007, em Minas Gerais..	71
GRÁFICO 2: OSCIP Qualificada por Áreas de Atividade.....	72
GRÁFICO 3: Termo de parceria por área de atividade.....	72
GRÁFICO 4: Recursos financeiros por área de atividade.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE -	Adicional de Desempenho
ADI -	Avaliação de Desempenho Individual
AGM -	Associação Goiana de Municípios
BID -	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD -	Banco Mundial - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSED -	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRISPC -	Centro de Criminalidade e Segurança Pública
FAE -	Fundação de Apoio ao Estudante
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FMI -	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB -	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE -	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC -	Ministério da Educação
ONG -	Organização não Governamental
OPA -	Organização para a Proteção Ambiental
OSCIP -	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR -	Plano de Ações Articuladas
PCNs -	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE -	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDPI -	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PEAS -	Programa de Educação Afetivo-sexual
PGDI -	Plano de Gestão do Desempenho Individual
PMDI -	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPAG -	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPP -	Parcerias Público-Privadas
PROALFA -	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB -	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PROERD -	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROGESTÃO -	Programa de Capacitação a Distância de Gestores Escolares
PROJOVEM -	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI -	Programa Universidade para Todos
SAEB -	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDE -	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEDESE -	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes
SEE -	Secretaria de Estado de Educação

SEPLAG -	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU -	Universidade Federal de Uberlândia
UNED -	Universidad Nacional de Educación a Distancia
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF -	Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	28
1.1 A Reforma Gerencial do Estado no governo de FHC.....	29
1.2 Políticas Públicas Educacionais no âmbito das reformas.....	37
1.3 As Ações Educativas do Governo Lula.....	43
2 O CHOQUE DE GESTÃO E A EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS.....	53
2.1 O choque de Gestão em Minas Gerais e seus Impactos na Educação.....	54
2.2 O acordo de resultados no âmbito do Choque de Gestão.....	59
2.3 As Parcerias Público-Privadas e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	65
3 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS.....	75
3.1 A relação público-privada na perspectiva dos autores: O Estado gestor.....	75
3.2 As parcerias público-privadas na perspectiva da empresa: a flexibilização das relações.....	84
3.3 As parcerias público-privadas na perspectiva dos sujeitos públicos estaduais e dos gestores educacionais uberlandenses: A pedagogia de projetos.....	89
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	110
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA ESTADUAL DO PEAS.....	111
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SUPERINTENDENTE REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA.....	112
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE UBERLÂNDIA.....	114
APÊNDICE D - ENTREVISTA COM PROFESSORES COORDENADORES DE PROJETOS.....	117

INTRODUÇÃO

“E toda humana docência
Para inventar-se um ofício
Ou morre sem exercício
Ou se perde na experiência...”

Cecília Meireles

Como mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na Linha de Políticas e Gestão em Educação, minha pesquisa refere-se à relação público-privada entre as escolas estaduais de ensino fundamental e o setor privado no que diz respeito ao financiamento de projetos educacionais.

Minha vida profissional, somando as contradições, os acertos e os desacertos me levaram a buscar respostas e fundamentação para compreender as políticas públicas para a educação. Minha experiência profissional é marcada pelas lutas cotidianas e incertas, de quem está à mercê das várias reformas da educação, pautadas pelas descontinuidades das políticas educacionais, mas sempre esperançosa de tempos melhores. E, como eu, milhares de outros educadores construíram suas histórias nas alegrias dos pátios de escolas e no trabalho incansável das salas de aula.

Em 1981 comecei minha carreira profissional após concluir o curso de Magistério, na cidade de Três Marias-MG. No ano seguinte comecei a fazer o curso de Letras em Patos de Minas, a 300 km de minha cidade. Esta era a única possibilidade que os moradores de Três Marias tinham de dar continuidade aos estudos quando não podiam residir em outras cidades.

Ao ingressar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, me encorajei e assumi neste mesmo ano dezoito aulas à noite de 5ª à 8ª série, como professora R¹, no Grupo Escolar General Artur da Costa e Silva. Os alunos do noturno eram adolescentes ou adultos, trabalhavam o dia inteiro, alguns vinham de fazendas vizinhas, chegavam cansados, alguns reclamavam de fome. O ensino noturno ainda não oferecia alimentação gratuita. O que a escola recebia era destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Não havia recursos descentralizados para a compra da merenda e esta consistia basicamente em macarrão, fubá, arroz, proteína de soja e, vez em quando uma carne enlatada. Era muito comum a sopa servida

¹ REA - Regência de Aulas - Designação usada no Estado de Minas Gerais para os professores que não possuíam a qualificação exigida.

com verduras doadas por algum fazendeiro ou sacolão, acrescida de hortaliças plantadas na escola. Por mais que nós, professores e alunos do noturno, reivindicássemos o lanche, a diretora nunca podia nos atender. Achei muito difícil e pensei em desistir várias vezes. Mas, aos poucos fui me adaptando e procurava incessantemente ser criativa, a fim de motivar os alunos que, na maioria das vezes, desistiam de estudar a partir do segundo semestre.

No ano seguinte assumi turmas em outra escola para alunos de 5ª e 6ª série no turno da tarde na Escola Estadual José Ermírio de Moraes e nunca mais voltei a trabalhar no ensino noturno. Não me sentia confortável com o meu posicionamento de professora “R” e ainda faltavam vários anos para concluir a graduação. Resolvi então prestar o concurso para regência de 1ª à 4ª série. Fui aprovada e passei a assumir sucessivamente turmas para alfabetizar. Desisti de continuar o curso de Letras em Patos de Minas, devido aos altos custos com alimentação e transporte.

Em 1983 me casei e com o passar do tempo tive três filhos. À medida que eles foram chegando à idade escolar, foram matriculados na mesma escola em que eu trabalhava. Os três estudaram em escolas públicas até concluírem o Ensino Médio. Tive o privilégio de alfabetizá-los.

Apaixonei-me pela vida de professora. Passava horas em casa com os filhos fazendo as tarefas, e preparando matrizes, cartazes e material pedagógico. Era quase uma artista. Os planos de aulas, cobrados pela supervisora, tinham que ser impecáveis. Quantos cartazes, festinhas, formaturas!

Naquele tempo, as crianças eram matriculadas aos sete anos para a 1ª série, normalmente nunca haviam freqüentado escola antes. Entravam sem saber ler, não conheciam nenhuma letra e ao final do ano saíam alfabetizadas. Os pais ficavam muito gratos, a direção também, enfim todos nós. Nas festas de formatura os próprios alunos liam as apresentações.

A organização das turmas era feita de acordo com o desenvolvimento dos alunos. Tínhamos o período preparatório que durava aproximadamente dois meses. Os alunos que demonstravam um bom desempenho eram enturmados para a primeira classe, normalmente denominada de A; a turma B apresentava um desempenho um pouco inferior, e assim sucessivamente. Por ser efetiva e concursada, eu tinha certos privilégios. Sempre escolhia a melhor turma. As últimas a serem enturmadas eram de alunos com dificuldades acentuadas e normalmente repetentes há dois, três e até mais anos.

São várias lembranças boas que trago comigo, mas há também aquelas que continuam a me inquietar e até hoje representam desafios a serem superados. É o problema do fracasso

escolar na educação básica, que hoje vejo não só como problemas didáticos e pedagógicos, mas principalmente como um grande problema de políticas públicas educacionais.

Na cidade de Três Marias não havia nenhuma possibilidade de aperfeiçoamento profissional e nem mesmo livraria. De vez em quando alguém aparecia com alguma informação ou livro com métodos de ensinos diferentes. Ao viajar à Belo Horizonte, eu comprava alguns livros de Emília Ferreiro, na tentativa de compreender o construtivismo e melhorar minha prática pedagógica, a fim de proporcionar sucesso aos alunos.

Apesar de assumir sempre turmas que inicialmente apresentavam bom desempenho, em minha turma também sempre apareciam alunos que não conseguiam se alfabetizar. Isso criava em mim um sentimento de impotência que aumentava à medida que o fracasso dos alunos ia se confirmando.

Em 1993 pedi minha remoção para Uberlândia-MG, e passei então a residir aqui com minha família. Assumi aulas de regência na Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, conhecida como Escola Polivalente, ou simplesmente Polivalente. Fiquei surpresa ao conhecer a estrutura do prédio e a história da escola. Há no galpão da escola uma placa falando de sua fundação e do acordo celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos. O Polivalente é uma escola muito grande e bem localizada, diferente das escolas onde eu havia trabalhado anteriormente. Há muitas fotos interessantes na biblioteca, inclusive do Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, no ato da inauguração em 31 de maio de 1972. O Polivalente foi uma das escolas construídas a partir do acordo MEC-USAID² na década de 1970.

Assumi nesta escola uma turma B, ou seja, não era uma turma que tinha o melhor desempenho, mas o segundo melhor.

Fiquei surpresa ao perceber que em Uberlândia os problemas na alfabetização pareciam ser do tamanho da cidade. Não conseguia compreender porque, apesar da formação acadêmica dos professores, as dificuldades dos alunos eram ainda muito acentuadas. Grandes porcentagens desses alunos não conseguiam se alfabetizar, parecia que aqui os problemas se avolumavam. Percebi, no entanto, que em Uberlândia havia mais debates e orientações a respeito da aprendizagem dos alunos, mais preocupação por parte da equipe pedagógica e do corpo docente.

² MEC-USAID é a fusão das siglas Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID). Simplesmente conhecidos como acordos MEC-USAID cujo objetivo era aperfeiçoar o modelo educacional brasileiro, na década de 70.

Em 1996 ingressei na UFU, no curso de Pedagogia, procurando respostas para muitas questões. Escolhi como tema para minha monografia de conclusão de curso o fracasso escolar na alfabetização. O Trabalho foi intitulado: “Fracasso Escolar: Método Fônico e Multissensorial no Processo de Alfabetização”. O professor orientador me incentivou a continuar escrevendo e estudando sobre o tema, porém abandonei-o, porque já não acreditava que nenhum método pudesse resolver o problema da alfabetização.

Em 2000 o Polivalente passou a atender apenas alunos de 5ª à 8ª séries e 2º Grau. Como fiquei sem aula, pedi mudança de lotação para a Escola Estadual Sete de Setembro.

Esta era bem menor e atendia apenas Ensino Fundamental. A escola era extremamente tradicional, gestão autoritária, uma clientela muito pobre e difícil. Isso, somado ao prédio que carecia de reformas urgentes, provocava um sentimento de desânimo e baixa auto-estima. Nesta escola, como eu havia sido uma das últimas a chegar e não era conhecida de ninguém recebi a última turma, em que tinha alunos de sete a quinze anos para alfabetizar e problemas graves de disciplina.

Apesar de toda experiência em alfabetização que eu já julgava ter, não consegui em um ano resolver todas as dificuldades apresentadas por estes alunos. À medida que o tempo passava e a repetência escolar continuava a passos largos eu tomava consciência que muita coisa precisava ser feita além da minha boa vontade e de métodos diversificados de alfabetização (Global, Silábico, Fônico e até uma “mistura” de todos os métodos que chamávamos de Eclético).

Em 2001, fui facilitadora do PROCAP³ na E.E. Padre Mário Foretan e E. E. Sete de Setembro. Esta foi a segunda fase do PROCAP. O caderno de estudos denominado de Fundamentos da Prática Pedagógica, traz um texto intitulado “Público x Privado,” enfatizando a necessidade de democratização do Estado a partir do fortalecimento da sociedade: “[...] o importante é redimensionar a concepção do público que tem uma face identificada com o Estado, mas está intrinsecamente relacionada com a sociedade” (p. 15). Em agosto de 2001, recebemos um Informativo da SEE/MG denominado ESCOLA SAGARANA: “Educação para a Vida com Dignidade e Esperança” que explicava toda a proposta de educação do governo de Itamar Franco. E, pela primeira vez, me deparei com a palavra *parceria*.

³ PROCAP - Programa de Capacitação para Professores de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. O PROCAP se deu em Minas Gerais, no governo de Itamar Franco. A primeira Fase abrangeu as disciplinas de Português e Matemática, e a segunda, denominada de Escola Sagarana abrangeu as disciplinas de História, Geografia e Ciências e um módulo denominado de Eixos Temáticos que enfatizava a interdisciplinaridade dos diversos conteúdos, além de um caderno Fundamentos da Prática Pedagógica e um Guia de Estudo Geral.

A capacitação de professores [...] será permanente, assim como a formação continuada e o incentivo e inovação educacional, visando à melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos profissionais do magistério, objetivando que serão perseguidos por meio de **parcerias** com as universidades e instituições de ensino superior. (MINAS GERAIS, 2001, p. 7, suplemento especial)

O Módulo de Geografia me chamou a atenção pelo fato de incentivar os professores a fazerem pesquisas de campo, visitar outros espaços, desenvolver no aluno o sentimento de pertencimento e territorialidade, dentre outros.

Associado ao estudo teórico dos textos, os professores assistiam os vídeos⁴ de cada módulo e desenvolviam as tarefas com seus alunos. Entre elas haviam muitas sugestões de pesquisas de campo:

Para isso é imprescindível *organizar a saída da escola*, para efetivar o contato direto com a realidade, *a ida a campo*: a realização da *observação direta nas diferentes paisagens*, desencadeia um processo enriquecedor de comparação, descrição, registro e análise crítica dos mais diferentes lugares e fenômenos. (CASTRO, 2001, p. 37).

Ora, como sair, se a escola não possui ônibus, nem verbas para desenvolvimento dessas atividades e o aluno de escola pública normalmente não tem condições para tal. A saída encontrada por nós facilitadora e cursistas foi de buscar ajuda de empresas. As cursistas da E.E. Sete de Setembro motivadas pelas orientações do vídeo de Geografia - Guia de Estudo Geral, onde há uma colocação a respeito dos “[...] lugares que se encontram, por meio das interações entre distâncias, velocidades e interações, bem como o papel das redes de tráfego e dos meios de transporte.” (MIORIM et al., 2001, p. 26), organizaram a visita dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental ao Carrefour⁵.

As cursistas da E.E. Padre Mário Forestan também encontraram formas semelhantes de desenvolverem essas atividades de campo para atendimento do Plano de Prática Pedagógica de trabalho Interdisciplinar. Que consistia em atividade não presencial a ser desenvolvidas com os alunos para aplicação dos conhecimentos adquiridos. Ao final de cada atividade há um debate direcionado. Como está no Guia do Facilitador: “Foi possível realizar

⁴ O vídeo de Geografia nº 5, 6, 7 (Os Lugares se Encontram, Distâncias, Velocidades e Interações), era como os outros muito bem ilustrados e mostravam os alunos uniformizados, usando pranchetas e fazendo pesquisas em museus, praças, enfim em outros ambientes que não o da escola.

⁵ A visita realizada está nos registros da E.E. Sete de Setembro. Os alunos foram recebidos pela gerente da loja, aprenderam sobre o transporte, distribuição e circulação de mercadorias, visitaram todos os espaços da loja, desde a chegada dos caminhões, armazenamento das mercadorias até a saída da mesma no caixa. Receberam lanche, bonés e brindes com a marca Carrefour. Os ônibus foram conseguidos gratuitamente através da Prefeitura Municipal.

o trabalho de campo com os alunos para observar a rede de tráfego e os meios de transporte em seu município?” (CARVALHO, 2001).

Nosso grupo era muito aplicado e procurava cumprir com todas as tarefas. Ainda mais que cursistas e facilitadoras recebiam uma bolsa de incentivo aos estudos.

O PROCAP enfatizou muito a questão da interdisciplinaridade e o trabalho com a pedagogia de projetos, como está no caderno de Fundamentos da Prática Pedagógica:

Um procedimento metodológico que pode ser adotado **é a estratégia de projetos**”. O trabalho com projetos numa perspectiva interdisciplinar constitui-se em uma nova e diferente possibilidade de lidar com o conhecimento escolar sem as amarras e fragmentações tão comuns no tratamento dos conteúdos. (MINAS GERAIS, 2001a, p. 30, grifo do autor)

Na verdade o PROCAP incentivou, a mim facilitadora do curso, buscar alternativas mais pragmáticas de educação. Comecei a perceber uma certa *abertura das empresas para o desenvolvimento de projetos educacionais*, indicando a aproximação do *público* com o *privado*. Após a conclusão do curso, os professores já capacitados deveriam continuar desenvolvendo as atividades propostas, ou seja, buscarem soluções práticas como “aprender a fazer”, aliando teoria à prática. Quem sabe se esse não seria um caminho para resolver os problemas do fracasso escolar?

Enquanto isso se acentuavam os processos de globalização da economia e Fernando Henrique Cardoso, então Presidente do Brasil, procurava alinhar o país às políticas internacionais em nível global.

Terminei a graduação em 2002 e neste mesmo ano fui aprovada no concurso estadual para o cargo de supervisão escolar. Em 2004 pedi exoneração do cargo de professora e assumi a supervisão no Ensino Fundamental. Achei que poderia ajudar mais nos *projetos pedagógicos* e mudar muito do que eu acreditava que estava errado.

Em 2005, fiz o I Curso de Especialização em Inspeção Escolar na UFU, na tentativa de entender a Gestão Escolar, a Legislação e o Regimento Escolar. No módulo de Políticas Públicas em Educação recebemos a Prof^a Dr^a Mara Rúbia Alves Marques, ela começou a falar sobre os temas a serem trabalhados no curso. Inicialmente eu ignorei, talvez por achar que seria mais um discurso vazio sobre política.

De repente ela começou a falar sobre as reformas de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de políticas públicas educacionais, enfocando a descentralização, a privatização, a globalização, os acordos de resultados, a flexibilização, a participação do

terceiro setor e da iniciativa privada nos assuntos educacionais, enfim, a reconfiguração do papel do Estado, da administração pública e da gestão da educação. Isso me interessou muito.

À medida que o curso avançava pela primeira vez eu conseguia compreender um contexto mais amplo, no qual estava inserida, e entender que a educação é perpassada, não só pela didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas, mas também pelas políticas públicas e pelos planos de governo, que por sua vez são ditados por políticas internacionais mais amplas.

Percebi, assim, que faltava na minha formação acadêmica o conhecimento de políticas públicas em educação. Nesse sentido, esse curso de Inspeção, especialmente neste módulo, me foi muito útil. Na verdade, minha vida acadêmica mudou de rumo. Parei de buscar respostas somente no campo didático pedagógico e comecei a me interessar por outros autores que enfocavam o campo das políticas educacionais.

Paralelamente a esses estudos, eu fazia o curso do PROGESTÃO⁶, curso a distância para gestores escolares.

Dentre os temas estudados estavam o incentivo à *gestão democrática*, à busca de *parcerias público-privadas*, o fortalecimento do colegiado escolar, a *participação da comunidade*, dentre outros. Isso me permitiu compreender a necessidade de mudanças radicais da administração no interior da escola.

O discurso no momento era sobre a democratização da escola, desburocratização dos serviços, participação da *iniciativa privada*, *comunidade*, *universidades e ONG* em assuntos educacionais. Como está no Módulo V do: Caderno de Estudos do Progestão: “*Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?*”, na Unidade 3- *Caminhos que levam ao convívio democrático: as parcerias*. No mesmo módulo é enfatizado como construir uma convivência democrática na escola a partir das parcerias. (CARVALHO, p. 77, grifo nosso).

⁶ PROGESTÃO: Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares. Esse é um programa do governo Federal, iniciado em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O programa foi desenvolvido pelo CONSED (Conselho Nacional Secretários de Educação em parceria com a Fundação FORD, da Universidad Nacional de Educación a Distancia - UNED e com a Fundação Roberto Marinho) e é apresentado como uma forma de sanar várias dificuldades dos dirigentes escolares, dentre elas: “[...] *condução dos processos participativos*, relações com a *comunidade*, gestão financeira”... dentre outros. (Guia Didático, p. 12). Está organizado em 9 módulos de 3h, sendo presencial e não presencial. Módulo I: Como articular *a função social* da escola com as especificidades e *as demandas da comunidade*? Módulo II: Como promover, articular e envolver a ação das *pessoas no processo de gestão escolar*? Módulo III: Como promover a construção *coletiva* do projeto pedagógico da escola? Módulo IV: *Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola*? Módulo V: *Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola*? Módulo VI: *Como gerenciar os recursos financeiros*? Módulo VII: *Como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola*? *Como desenvolver a avaliação institucional da escola*? Módulo IX: *Como desenvolver a avaliação institucional da escola*? (CARVALHO, 2001, p. 18-20, destaque nosso)

Esta Unidade vai trabalhar sua capacidade de identificar e propor medidas concretas para construir a convivência democrática em sua escola junto com a *comunidade*, por meio de *parcerias*. Que papel desempenham as parcerias na construção da convivência democrática nas escolas? Elas representam importantes suportes na construção do projeto pedagógico das escolas porque promovem a *integração escola-comunidade*, melhorando sensivelmente a qualidade do ensino e, cada vez mais sua atuação como gestor. (CARVALHO, 2001, p. 77, grifo nosso)

Como eu disse anteriormente, já havia percebido que faltava algo mais na educação, além da metodologia, didática, e muita boa vontade. Começava a compreender as dimensões *Estado-Comunidade e Mercado*.

Acreditei que a iniciativa privada seria uma forte aliada neste momento para a melhoria da qualidade da educação.

Recebi um Livro-Gibi gibi⁷. Ele havia conseguido a publicação de 4.500 exemplares através do Instituto Alair Martins, através da O.P.A.⁸ e pretendia enviar um pouco para cada escola pública, municipal e estadual de Ensino Fundamenta. Eu vi no livro uma grande possibilidade de se desenvolver um projeto de educação sócio-ambiental para crianças. Achei que se as escolas recebessem simplesmente, apenas iria fazer parte do acervo da biblioteca e seria pouco explorado. Propus a ele e a seus pais a criação de um projeto com a participação dos professores e alunos da E.E. Sete de Setembro e caso desse certo, eles entregariam os livros às escolas acompanhado do projeto com sugestões e orientações para professores trabalharem a educação sócio-ambiental com crianças.

Levei então a idéia para a escola, direção, colegiado escolar, alunos e professores. O autor do livro e seus pais se comprometeram de me ajudar a encontrar parcerias para desenvolvimento das ações. O pai do Felipe é funcionário da CAIXA e trabalha diretamente com empresas. Já recebia também orientações que a empresa deveria ter responsabilidade social, ser cidadã, enfim participar de projetos sociais.

Colocamos então “as mãos na massa” aproveitando os aprendizados do PROCAP, de envolver os alunos no planejamento e execução das ações, registros, relatos feitos pelos alunos, fotografias, e outros; e o aprendizado do PROGESTÃO no que se refere a busca de parceiros na comunidade e iniciativa privada.

⁷ SALDANHA, Felipe. *A turma dos 5 jovens*: temos que fazer algo! Uberlândia: Instituto Alair Martins, 2006. O Felipe é meu sobrinho e tinha apenas quinze anos nesta época. Sua contribuição foi fundamental para o crescimento do projeto dentro e fora da escola. Ele foi à escola falar com as crianças a pedido das professoras, desenvolveu um site com informações do projeto que foi hospedado pela OPA, conseguiu com seus pais muitos parceiros para o projeto, criou o slogan do mesmo.

⁸ O.P.A. - Organização Para a Proteção Ambiental. É uma ONG ambiental.

Como supervisora e autora inicial do projeto, coordenava todas as ações e mantinha relações com a Comunidade Escolar, Colegiado escolar, Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Corpo de Bombeiros e algumas empresas da região, a fim de conseguir todos os recursos humanos e financeiros que as ações fossem demandando. Denominamos nosso projeto de NOSSA ESCOLA MAIS LIMPA E... MAIS LINDA! Mais tarde foi substituído por JOGO LIMPO!⁹

Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2006 e consistia em educação sócio-ambiental visando à mudança de atitudes dos alunos dentro da escola com o intuito de despertá-los como protagonistas em prol do meio ambiente. Como resultados imediatos foram conseguidos: demolição de uma enorme caixa d'água subterrânea já em desuso há muito tempo e construção de um jardim no local; pesquisa, estudo e distribuição de quinhentas mudas de árvores entre frutíferas e de arborização urbana; replantio de mudas adequadas na escola e na Praça Tomaz; criação dos grupos alunos conscientizadores, fabricação de sabão caseiro reaproveitando óleo, além de muitos debates e discussões sobre o tema, congressos e conferências no Center Shopping.

Em outubro de 2006 eu o apresentei a todos os diretores e supervisores das escolas estaduais de Uberlândia, no Centro de Referência do Professor juntamente com o Felipe, seus pais a secretária da OPA a direção e os professores da E.E. Sete de Setembro. Cada escola recebeu um kit contendo: 35 livros; dois coletes que faziam parte das ações do projeto; uma lixeira grande com o slogan do mesmo, mudas para replantio e orientações de como tornar a educação sócio-ambiental mais prazerosa, como buscar parceiros na iniciativa privada e comunidade, inclusive a OPA se comprometeu de ser parceira de todas as escolas.

Nesse momento eu estava muito confiante na relação *público-privada* e queria transmitir isso a todos. Debatia e discordava quando alguém desconfiava dessas parcerias. Lembro-me que uma supervisora comentou com a colega ao lado “isso é só para divulgar o livro” e dá muito trabalho.

Havia me inscrito como candidata ao curso de mestrado na linha de Políticas e Gestão em Educação e ao me preparar para as provas, li o livro *A educação para além do Capital*, de Mészáros. Ele apresenta a educação como emancipadora do capital. Segundo o autor, a

⁹ Cada série pensou em desenvolver uma atividade. A 3ª série da Prof. Maristela, recolheu um dia os lixos jogados no pátio por eles mesmos, fizeram um cartaz e convocaram todas as turmas no pátio para refletirem sobre isso. Depois criaram coletes e passaram todos os dias nas salas alertando os colegas da importância de se jogar o lixo no lixo. Reivindicaram lixeiras e o Felipe conseguiu através da Souza Cruz, lixeiras grandes que seu pai adaptou com tampas de fibra de vidro, outra empresa doou os adesivos com emblemas do projeto criado pelo Felipe. Outra empresa doou coletes lindos com a logomarca do projeto. E, Assim foram muitas ações, muito trabalho e muita produção escrita pelos alunos além das mudanças de atitudes dentro da escola. Disponível nos registros da E.E. Sete de Setembro e no site: <[http://www.opa.org.br/JOGO LIMPO](http://www.opa.org.br/JOGO_LIMPO)>.

educação não deverá estar a serviço do capital, reproduzindo os interesses dominantes, mas deve se constituir em instrumento da emancipação humana, o que Paulo Freire sempre defendeu em seus discursos.

Esse autor me inspirou a procurar entender um pouco sobre as formas de produção capitalista e sua relação com a educação. Já me simpatizava por Paulo Freire com sua pedagogia da autonomia e sua luta pela libertação das classes oprimidas através da educação.

Em 2007, ingressei no mestrado e fui me embasando mais a respeito das políticas neoliberais, o mercantilismo da educação, dominação capitalista e outros temas que me permitiram perceber os interesses camuflados da iniciativa privada, que em nome da boa ação social, adentram as escolas e divulgam suas marcas e produtos.

Ainda em 2007, através da OPA, foi firmado um convênio entre CAIXA e Prefeitura Municipal de Uberlândia para o desenvolvimento do Projeto em todas as escolas do município, já com um nome simplificado: JOGO LIMPO. Fui informada que nesse momento só eram parceiras a CAIXA e Prefeitura Municipal de Uberlândia, ao indagar por que a escola desapareceu fui informada que a escola foi a beneficiada do projeto. Como se eles também não fossem e muito beneficiados com tudo. A escola não figurou como parceira ou protagonista, eu que havia sugerido e escrito o projeto fui citada apenas como a coordenadora do projeto na escola, como se a empresa tivesse pensado e orientado o mesmo. No vídeo institucional há um agradecimento à E.E. Sete de Setembro pela sua contribuição no desenvolvimento do projeto piloto e não pela criação do mesmo¹⁰.

Esse fato me deixou irritada e percebi o autoritarismo da empresa que financia ou mediava o financiamento de projetos educacionais e o perigo de se ficar a mercê dos interesses da iniciativa privada. Percebi um espírito autoritário da empresa, o interesse nos “ganhos”.

Em julho do mesmo ano, através de eleição para diretor, assumi a direção da escola Estadual Sete de Setembro, isso me deu mais abertura e autonomia no desenvolvimento de projetos educacionais no sentido de influenciar ou rejeitar a participação de determinadas empresas no desenvolvimento dos mesmos dentro da escola.

Meu envolvimento com as parcerias me levou a um novo questionamento Como pode um projeto gestado dentro da escola, por atores escolares, desde sua elaboração até sua execução, e avaliação final e depois ser apresentado no município por uma empresa como se o projeto fosse de outro autor? Por que a maioria dos projetos são sempre apresentados pela

¹⁰ Disponível em: <<http://www.Opa.org.br/JOGOLIMPO>>

empresa e nunca escritos pela escola? Comecei a refletir nas falas de meus colegas gestores escolares quando se levantam irritados contra alguma empresa ou projeto que eles estavam envolvidos.

Não tinha mais como voltar atrás, eu estava experimentando na prática a relação *Estado-Mercado-Comunidade*. Tudo era ainda muito insipiente, mas a empresa já demonstrava sua face autoritária e seus interesses mercadológicos. Senti a necessidade urgente de pesquisar sobre esse assunto. Queria transformar essa experiência em objeto de investigação científica. Deixar meus discursos ingênuos e saber me colocar de maneira crítica e consciente. Direcionei a pesquisa para compreender os discursos dos *gestores públicos* que incentivam a relação público-privada através de leis e educação dos envolvidos, os discursos dos diferentes autores que se posicionam criticamente sobre o assunto e as racionalidades dos gestores de projetos escolares¹¹, além de procurar entender a racionalidade da empresa e da escola.

O trabalho está organizado em três capítulos, que correspondentes a cada objetivo aqui relacionado. Nesse sentido apresento como objetivo geral compreender a lógica do capital numa realidade “macro” e sua relação com a educação no que concerne à esfera pública, a fim de perceber o sentido existente dessas parcerias entre as escolas estaduais e as empresas privadas de Uberlândia-MG, sobretudo a partir de 1995 até 2008¹².

Quanto aos objetivos específicos, apresento os seguintes:

- 1- Compreender as políticas neoliberais e as reformas do Estado postas em prática a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995) e seus desdobramentos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.
- 2- Entender a atual política pública educacional em Minas Gerais através do programa de administração pública, denominado pelo governador Aécio Neves (2003) de “Choque de Gestão”.
- 3- Compreender a percepção dos diretores e coordenadores de projetos educacionais das escolas públicas estaduais a respeito das parcerias entre escolas estaduais e iniciativa privada em Uberlândia.

¹¹ Chamarei de gestores de projetos, os diretores escolares, que respondem pela instituição e os professores coordenadores de projetos dentro da escola.

¹² Esta pesquisa se justifica a partir de 2005, por compreender este período significativo para a compreensão das políticas públicas educacionais influenciadas pela Reforma do Estado realizadas por FHC.

Esta pesquisa parte do suposto que há uma reconfiguração do papel do Estado exigido para a expansão do capital. O Estado tem deixado de ser o provedor de bens e serviços para ser um Estado mais gestor e fiscalizador, “[...] na realidade a idéia de Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital.” (GENTILI, 1997, p. 59). O mercado busca mais liberdade para o capital, menos impostos e barreiras econômicas a fim de facilitar a trans-nacionalização em busca de mercados consumidores, melhor produtividade e maiores lucros. E, portanto, a empresa busca em primeiro lugar maior lucratividade e seus interesses são primeiramente mercadológicos, porém dependendo da relação com o setor público, também há conquista de boa imagem e novos consumidores.

O Estado procura, através de suas legislações, orientar sobre a responsabilidade social das empresas. Ou seja, a iniciativa privada também é responsável em tese pelo desenvolvimento sustentável do país, por meio de uma associação responsável, ética com a comunidade. Tem-se, portanto a ideal relação entre Estado, Mercado e Comunidade.

A responsabilidade social das empresas não pode ser reduzida a mais uma nova e inovadora ferramenta de marketing, mas ser ampliada para um novo modelo de comportamento de gestão de negócio, que, em sua essência resgata valores humanos universais, pressupõe a tomada de decisões de maneira ética preservando interesses de todas as partes direta e indiretamente envolvidas no negócio, assim como interesses de toda a sociedade, numa relação na qual todos ganham, sociedade e empresas. (REIS, 2007, p. 34, grifo nosso)

Em vista dos objetivos e considerando o pressuposto básico foi desenvolvida a pesquisa qualitativa. Esta foi utilizada por constituir uma metodologia capaz de abarcar várias observações, percepções e análises que proporcionam o confronto do estudo teórico com as opiniões e pensamentos dos sujeitos envolvidos, permitindo assim uma análise dialética da realidade.

Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica se deu através dos autores, entre eles: César Pimenta, Fernando Henrique Cardoso, Istiván Mészáros, Pablo Gentili, Sofia Lerche Vieira, Mara Rúbia Alves Marques, Renata Vilhena, dentre outros.

Para se compreender a visão dos gestores educacionais, foi feita a pesquisa de campo, para preenchimento de questionários e gravação de entrevistas. Doze questionários semi-estruturados foram respondidos por gestores (diretores) de escolas públicas estaduais que atendem a Educação Básica em Uberlândia. Quatro entrevistas foram gravadas com gestores

ou coordenadores de projetos, sendo uma supervisora educacional e três professoras coordenadoras de projetos desenvolvidos em parceria com empresas.

Para melhor compreensão da totalidade dos projetos desenvolvidos em todo o município e melhor percepção de suas implicações na área educacional, foi feita uma entrevista com a Superintendente Regional de Ensino de Uberlândia. A fim de entender como se dá na prática o envolvimento de parceiros privados no desenvolvimento de projetos no estado de Minas Gerais foi feita uma entrevista com a representante da Secretaria de Educação de Minas que responde pela parte financeira do PEAS (Projeto afetivo sexual Gerais) desenvolvido no estado através de parcerias público-privada.

O presente texto está estruturado em três capítulos. O primeiro está intitulado “A Educação Brasileira e a Reforma do Estado no Contexto Neoliberal”. Neste capítulo discutem-se as diretrizes nacionais para a educação brasileira, no que se refere ao incentivo às parcerias entre a iniciativa privada e as escolas em todo o país. Foi contextualizada a questão das políticas neoliberais a partir de Fernando Henrique Cardoso através do programa de governo “Mãos à Obra Brasil”, Nova LDB 9.394/96 e Parâmetros Curriculares Nacionais, a fim de compreender a atual política pública brasileira do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para a compreensão desse período na educação foi analisado especificamente o Decreto nº 6.094 de, de 24 de abril de 2007, denominado de “Plano de Metas Todos pela Educação”.

O segundo capítulo está intitulado “O choque de Gestão em Minas Gerais”. Discutirei as políticas públicas educacionais do governador Aécio Neves voltadas para a administração gerencial, ou seja, a produtividade, flexibilização, acordos de resultados, ética, dentre outros, além do incentivo às OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e parcerias entre a iniciativa privada e a educação. Para análise dessas políticas no campo teórico, foi utilizado especialmente o livro “Choque de Gestão em Minas Gerais – Políticas da Gestão Pública para o Desenvolvimento” organizado por Renata Vilhena, atual secretária de planejamento e gestão desse governo. A pesquisa documental deu-se através do estudo de documentos emitidos pelo Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Estadual de Educação, resoluções, além de circulares emitidas pela Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia.

O terceiro capítulo está intitulado “As Parcerias Público-Privadas na Perspectiva dos Sujeitos Envolvidos.” Analiso a percepção dos diferentes sujeitos envolvidos, autores, gestores dos projetos (Estado empresas e comunidade) e gestores escolares. Apresento neste capítulo a política educacional da SEE-MG, no que se refere aos projetos educacionais desenvolvidos nas escolas em todo Estado.

Para a última parte reservei para as Considerações Finais, como uma síntese da discussão empreendida ao longo desse estudo. Em última instância espero obter uma visão menos ingênua e mais crítica sobre a relação Estado, Sociedade e Iniciativa Privada e, assim poder contribuir para uma melhor compreensão desta realidade, no que se refere ao desenvolvimento de projetos educacionais na cidade de Uberlândia.

1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Não me agrada o lugar de
onde venho. Não me agrada
o lugar para onde vou.
Porque olho a troca da roda
com impaciência?

BERTOLD BRECHT

As análises presentes neste texto contemplam as políticas neoliberais e as reformas do Estado postas em prática a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso¹³ (1995) e seus desdobramentos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva¹⁴. Será analisada a reconfiguração do papel do Estado exigida para a expansão do capital através dos processos de administração gerencial que permitiram uma maior aproximação entre *Estado, mercado e comunidade*.

Inicialmente será comentado sobre os princípios básicos da administração gerencial adotados na reforma, a fim de tornar o Estado mais eficiente, ágil, fiscalizador e gestor. Em seguida será analisado o programa de governo Mãos à Obra Brasil de FHC, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Nova LDB nº 9.394/96 no que se refere aos elementos flexibilizadores e de incentivo às parcerias público-privadas em assuntos educacionais. E, por fim o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, “Compromisso de Todos pela Educação” do governo Lula, que dá continuidade as orientações para desenvolvimento da relação Estado/sociedade.

¹³ FHC: Fernando Henrique Cardoso. Foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Foi também o primeiro presidente reeleito da história do país. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso>.

¹⁴ Luiz Inácio Lula da Silva: (Caetés, 27 de outubro de 1945) é um político e ex-sindicalista brasileiro, trigésimo quinto e atual presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerce desde o dia 1º de janeiro de 2003. Lula é co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores, junto com Fidel Castro, do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva>.

1.1 A Reforma Gerencial do Estado no governo de FHC

O Brasil iniciou seu processo de modernização do Estado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2005. A reforma administrativa proposta para o Estado brasileiro foi delineada fundamentalmente no documento Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado em 1995, sob coordenação do Ministro Bresser Pereira¹⁵ através do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

Para compreensão das atuais políticas públicas educacionais farei uma breve análise da Reforma Administrativa realizada por FHC no período de 1995-2002. A reforma aqui analisada pretende elucidar o avanço na relação Estado/sociedade e o surgimento de um Estado mais regulador e fiscalizador. Evidenciando os mecanismos de aproximação entre *Mercado, Estado e Comunidade* no enfrentamento das questões que até então eram de responsabilidade pública estatal, “Nenhuma dessas instituições sozinhas pode enfrentar os desafios impostos para a reforma do Estado.” (PIMENTA, 1998, p. 174)¹⁶.

Serão abordados os oito princípios básicos dessa reforma que possibilitariam uma administração gerencial mais ágil, baseada em indicadores objetivos e mensuráveis da gestão: descentralização, desburocratização, controle de resultados, ética, transparência, competitividade, eficiência e enfoque no cidadão (cf. PIMENTA, 1998). Neste trabalho, darei mais atenção aos princípios descentralização, aos controles de resultados e profissionalismo, por serem as categorias que mais se destacaram no campo da educação. Conforme Pimenta, “no mundo todo, a administração pública tem sido submetida a um processo de reforma que busca adequar seu perfil e suas capacidades ao surgimento de um novo Estado, que está nascendo como resposta às grandes tendências [...]” (ibidem, p. 179). Tendências estas, caracterizadas pela globalização, o progresso da tecnologia da informação, e a emergência da sociedade civil organizada. Portanto, este texto enfocará a reforma do Estado no que concerne a aproximação do *público* com o *privado* e no papel exercido pelo Estado através de seus gestores políticos em fazer essa “interlocução política e possibilitar a discussão e fabricação de consensos.” (Ibidem, p. 178).

¹⁵ Luiz Carlos Bresser-Pereira: Nasceu em São Paulo, em 1934. Coursou a Faculdade de Direito da USP, é mestre em administração de empresas pela Michigan State University, doutor e livre docente em economia pela Universidade de São Paulo e professor da Fundação Getúlio Vargas. Foi Ministro da Fazenda do governo Sarney e, durante o governo Fernando Henrique, exerceu os cargos de Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado e Ministro da Ciência e Tecnologia. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Bresser_Pereira.

¹⁶ Carlos César Pimenta. Administrador, mestre em administração pública pela FGV-SP, secretário de logística e projetos especiais do Mare, responsável pela área de políticas e compras e serviços gerais em nível nacional e pela direção geral do Programa de Modernização de Poder Executivo Federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No cenário internacional há uma grande pressão para que os países menos desenvolvidos se adéquem às exigências externas do capitalismo e ao fazerem seus empréstimos, em contrapartida são forçados a executarem reformas administrativas.

A política de reformas estruturais para os países que fazem parte a interdependência capitalista, mas estão em suas margens como periféricos, conduzida pelo FMI e Banco Mundial em torno das *condicionalidades* para seus empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento, intensificou-se a partir de 1985, *interferindo na direção das políticas de desenvolvimento nacionais*, estimulando a realização de processos de estabilização, liberalização do comércio, *reforma tributária, reforma financeira, privatização, reforma trabalhista e reforma previdenciária*. (LIMA, 2005, p. 73, grifo nosso)

O desenvolvimento da globalização, da tecnologia da informação, “[...] a redução dos custos dos transportes e das comunicações, o aumento do comércio internacional, a expansão do sistema capitalista e a internacionalização dos mercados financeiros levaram ao surgimento de novos paradigmas onde a competitividade entre organizações e a busca da eficiência e da efetividade tornaram-se essenciais” (PIMENTA, 1998, p. 176), o que representa mais um desafio para o Estado. Difundia-se a noção de que:

“[...] os problemas enfrentados pelas sociedades ocidentais nos últimos tempos [...] seriam decorrentes não de uma *crise no próprio modelo capitalista, mas da atuação equivocada, corrupta e ineficaz do Estado*. Propagava-se a concepção de que para retornarmos aos caminhos dos céus, seria preciso urgentemente *reformular o Estado*. Um belo eufemismo para legitimar medidas centrais ao ajuste neoliberal.” (MELO, 2005b, p. 176, grifo nosso).

A reforma do Estado brasileiro justifica-se como uma saída para as crises econômicas e necessidades de democratização do Estado. Há uma crítica crescente em relação à burocracia, “a justificativa para a superação de um modelo dito burocrático para um modelo gerencial era de que esse último garantiria eficácia na atuação, já que o Estado, de agente de desenvolvimento, se transformava em seu obstáculo” (PEREIRA apud MELO, 2005, p. 179).

O Estado burocrático privilegia o controle de processos de trabalho em vez de controle de resultados (PIMENTA, 1998). No Estado burocrático o papel do Estado é ampliado na produção de bens e serviços para a sociedade, daí ser chamado também de Estado de bem-estar social.

É este estado de bem-estar, burocrático, que entra em crise nos anos 80, principalmente devido ao seu elevado custo de operação. A promoção da justiça social por este Estado só pode ser exercida com altas taxas de crescimento econômico o que não vem ocorrendo na última década. (PIMENTA, 1998, p. 176)

Os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) já procuravam cumprir com os acordos firmados anteriormente no que se refere à política educacional, embora não há respostas efetivas de resultados consolidados. No governo de Itamar Franco, há uma atenção especial à área econômica.

Neste governo foram definidos novos programas de empréstimos para estabilizar a economia brasileira, e dar prioridades como socorro aos bancos, em detrimento das políticas públicas sociais e de amparo à população (LIMA, 2004, p. 157).

Como vários países no mundo inteiro, o Brasil também se submeteu a um processo de “reforma que busca adequar seu perfil e suas capacidades ao surgimento de um novo Estado, que está nascendo como resposta às grandes tendências” (MELO, 2005b, p. 179).

Com o discurso de modernização do país, O Brasil desencadeia uma série de mudanças sociais, econômicas e políticas. No dizer de Luiz Carlos Bresser Pereira. Percebe-se “uma ênfase constante na necessidade de modernizar a administração pública brasileira, de modo a torná-la uma administração gerencial que pudesse atender aos desafios impostos pela globalização (MELO, 2005b).

O modelo do Estado neoliberal pelo qual os reformadores brasileiros se guiaram nos anos de 1994 a 1998 partiu do pressuposto de que “Estado” corresponde a aparelhagem estatal, composta por um núcleo burocrático (setor exclusivo do Estado em sentido estrito) e por um setor não exclusivo de serviços sociais e de obras de infra-estrutura. Sobre este último, o aparelho de Estado reformado deveria deixar de intervir diretamente, passando a ter papel regulatório. (MELO, 2005b, p. 178, grifo do autor).

Nesse sentido, houve uma ocultação dos problemas sociais e um atendimento ao capital financeiro (LIMA, 2004, p. 158).

Assim o Brasil procurando ser competitivo no mercado internacional e, para atender as demandas do capital, tem assumido compromissos com o mercado e deixado muitas obrigações com a sociedade. O Estado tem devolvido a sociedade funções que antes eram suas. Percebe-se, portanto, uma mudança em relação à função social do Estado no novo contexto da globalização, do desenvolvimento tecnológico e da emergência da sociedade civil (PIMENTA, 1998).

Nesse momento, o Brasil está abandonando algumas funções e assumindo outras. O que o está levando a um novo papel, onde o setor público passa de produtor direto de bens e serviços, para indutor e regulador do desenvolvimento, através da ação de um estado ágil, inovador e democrático. As principais funções deste novo Estado são a regulação, a

representatividade política, a justiça e a solidariedade. (PIMENTA, 1998, p. 173)

O *Estado* passa a dividir suas responsabilidades com o setor privado “*mercado*” e a *sociedade civil organizada*, novos atores sociais entram em cena para atender as demandas públicas. Uma nova relação entre *Estado*, *mercado* e *sociedade* é gestada para esse fim. (MELO, 2005a).

A presença de *novos atores sociais*, na linguagem do Banco Mundial, começa a ser louvada como uma saída para a *ineficiência do Estado* que, sempre comparado a um animal grande e pesado sem agilidade e ineficiente, seria o grande opositor das reformas sociais por vir. Essa presença de novos sujeitos políticos coletivos não só é reconhecida pelo Banco Mundial como são estimuladas cada vez mais as ações de associações de natureza extra-econômica na condução de diversas políticas sociais. (MELO, 2005a, p. 74 – grifo nosso).

A gestão democrática, a participação de voluntariados, a descentralização administrativa, que muitas vezes é chamada de desconcentração de serviços dos órgãos centrais para os locais; as avaliações periódicas de servidores e dos sistemas de ensino, e outras ações, são mostras de mudanças de paradigma para atendimento a uma demanda de um Estado menos burocrático, menos inchado e mais eficiente.

Pimenta (2005) analisa a reforma do Estado a partir dos oito campos de análises, como já colocados anteriormente. Esse conjunto de princípios (Desburocratização e flexibilização de gestão, descentralização, transparência e controle social, avaliação de resultados, ética, profissionalismo, competitividade e enfoque no cidadão) são um marco para análise dessa reforma.

A burocracia é o modo de administração em que os assuntos são resolvidos por um conjunto de funcionários sujeitos a uma hierarquia e regulamentos rígidos, desempenhando tarefas administrativas e organizativas caracterizadas por extrema racionalização e impessoalidade, e também pela tendência rotineira e pela centralização do poder decisivo.

Desburocratizar é simplificar os processos de trabalho e dar maior autonomia ao gestor público: “A desburocratização é a retirada de obstáculos processuais à implantação de uma gestão mais flexível e responsável” (PIMENTA, 1998, p. 181).

Segundo Pimenta (1998), muitas ações estavam sendo executadas em 2005, relacionadas à simplificação de processos de trabalho e maior autonomia para os gestores dos

setores públicos¹⁷. Dentre eles o programa de organizações sociais, como uma das ações para aumentar a competitividade:

O Programa de Organizações sociais é a transferência de atividades competitivas do *Estado* em setores tais como educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia para o setor *público não-estatal*. Caracteriza-se pela transformação de órgãos estatais em entidades públicas não-estatais, sem fins lucrativos e de direito privado, denominadas organizações sociais aumentando a flexibilidade da gestão das mesmas. (PIMENTA, 1998, p. 190).

Através das Organizações Sociais, a gestão se torna menos burocrática do que a gestão através do Estado. O Terceiro Setor, caracterizado pelo espaço social, baseado pela participação social, voluntária e altruísta deveria intervir em áreas em que o Estado se mostrou incapaz.

Além de uma suposta maior eficácia e agilidade, as OSs foram caracterizadas como organismos que, por serem de direito privado, tenderiam a assimilar característica e gestão cada vez mais próximas das práticas do setor privado. *Assim ao se aproximarem das práticas de mercado, estariam cumprindo melhor a função do que a burocracia “viciada”*. (MELO, 2005, p. 184).

A Reforma aponta como saída a participação da *sociedade e do mercado*, já que o Estado era considerado como “ditatorial, ineficiente, burocrático, paquidêmico” ao mesmo tempo que se “apresentava a eficácia do mercado que, por isso, deveria gerenciar as empresas estatais privatizadas”. Outro discurso foi em relação a “capacidade e eficiência dos organismos da sociedade civil que passariam a assumir a implementação “de políticas sociais, já que a burocracia estatal seria ineficaz, cara e lenta” (MELO, 2005b, p. 178). O outro campo teórico, apontado por Pimenta (1998) é o da descentralização como um fator flexibilizador da gestão.

Descentralização é a transferência de competências e poderes do nível federal para os estados e destes para os municípios. A descentralização, segundo Pimenta (1998), acontece de três formas: há a descentralização interna na administração do setor público, “descentralização do processo decisório em um movimento de cima para baixo dentro da

¹⁷ Estas ações se referem aos oito campos de análises propostos: Desburocratização e Flexibilização da Gestão, Descentralização, Transparência e Controle de Resultados, Profissionalismo, Competitividade, Enfoque no Cidadão. Entre as ações estão os programas de ações sociais, citados acima. O Programa Comunidade Solidária “[...] foi criado em 1995, objetivando sistematizar as novas relações entre a aparelhagem estatal “em Obras” e os organismos na sociedade civil. [...] atuou divulgando e promovendo a idéia do terceiro setor, fomentando a participação de organismos na sociedade civil na implementação políticas públicas e também na revisão do denominado “marco legal”, atuando diretamente na elaboração e proposição de alterações na legislação.” (MELO, 2005, p. 185)

própria organização estatal”; a segunda é a externa que é fora da estrutura do Estado, ou seja, do Estado para a sociedade; e a terceira, a que ocorre entre os níveis de governo. O processo de descentralização acontece motivado por interesses políticos e sociais:

A descentralização surge como uma estratégia de racionalização administrativa, sobretudo para a obtenção de maior eficiência das políticas públicas. Dois discursos de origens distintas – um na sociedade civil, motivado pelo desejo de maior participação democrática, e outro na esfera político-institucional, motivado por razões instrumentais convergem para um mesmo objetivo: a descentralização. (PIMENTA, p. 174)

Segundo Lordêlo (2001), descentralização em relação a educação “revela a transferência de competências de uma esfera estatal maior para uma menor” (p. 173). O autor distingue desconcentração de descentralização. Desconcentração para alguns autores citados por Lordêlo é a “transferência de responsabilidades aos níveis inferiores dentro dos órgãos educacionais, mas mantida a dependência aos órgãos centrais” (2001, p. 172). A descentralização possibilita mais autonomia na gestão, ou seja, o poder de decisão deixa de ser centralizado. “Com a descentralização há o surgimento de novos centros em nível periférico, regional ou local” (LORDÊLO, 2001, p. 172). Fortalecendo dessa forma as decisões da *comunidade escolar*.

Na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/96 há uma abertura em relação a autonomia da educação nacional (DEMO, 1997). O Art. nº 15 da referida lei diz:

[...] Os sistemas de ensino *assegurarão às unidaes escolares públicas de educação básica, que os integram, progressivos graus e autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.* (BRASIL, 1996, grifo nosso).

As responsabilidades serão divididas segundo a LDB entre União, Estados e Municípios. No Art:8º se lê: “A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.”

O discurso da descentralização apregoa a maior flexibilidade da gestão e conseqüentemente a maior eficiência nos serviços públicos educacionais.

Há três formas de descentralização da educação que se complementam, gerando uma nova lógica de governabilidade da educação

- 1- Descentralização entre as diferentes instâncias de governo – municipalização
- 2- Descentralização para a escola – autonomia escolar.
- 3- Descentralização para o mercado – responsabilidade social.

(CRAWCKZYK, 2008, p. 61).

A gestão escolar, como um dos pilares da reforma, está pautada nos ideais de gestão democrática e participativa e representa uma forma de descentralização à medida que consegue mais autonomia e flexibilidade. Há, contudo, um acúmulo de serviços administrativos que foram descentralizados para as unidades escolares dos órgãos centrais. E, segundo Oliveira (2008), as unidades escolares passaram a ter mais autonomia, mas também passaram a contar com uma sobrecarga de trabalho (Ibidem, p. 132).

As reformas educacionais dos anos 90 trarão, então, *marca da descentralização que resultou em maior autonomia das escolas*, porém teve como contrapartida uma sobrecarga de trabalho administrativo sem a real correspondência em termos de condições de infra-estrutura nos estabelecimentos de ensino. Sob o argumento da necessidade de conferir maior autonomia as unidades escolares, os órgãos centrais do sistema acabaram por delegar as escolas muitas das suas rotinas administrativas [...] *A maior flexibilidade com que passam a contar, fruto da descentralização administrativa, parece repousar na possibilidade de a escola pública estatal passar a buscar, fora do Estado, meios para garantir sua sobrevivência, ou seja, formas alternativas de financiamento.* (Ibidem, p. 132, grifo nosso).

Aqui, está clara, segundo Oliveira (2008) a transferência de responsabilidades no financiamento da educação, evidenciando a flexibilização como um mecanismo de facilitação para que a educação encontre outros *provedores fora do Estado*. Forçando assim *a relação público-privada*.

À medida que as competências vão sendo descentralizadas exige-se mais transparência e controle social no gerenciamento da coisa pública. A sociedade passa a participar mais e as informações necessitam ser mais precisas. A gestão deve ser mais objetiva e focada em resultados mensuráveis.

Este novo Estado deve ter *indicadores objetivos* e mensuráveis de gestão, dando maior *ênfase ao resultado* para a gestão pública. [...] Nessa transformação é importante a reorganização dos sistemas de informação, com o objetivo de disponibilizar dados de forma adequada para a gestão pública, desburocratizando os instrumentos tradicionais de controle e supervisão e permitindo a transparência perante a sociedade. (PIMENTA, 1998, p. 180, grifo nosso).

A transparência substitui o controle burocrático pelo controle social. À medida que a gestão vai se flexibilizando e desburocratizando, ao mesmo tempo que passa a ter maior publicidade, favorece a participação da sociedade e estimula a concorrência. Ao mesmo tempo em que transfere responsabilidades, o Estado se impõe como fiscalizador e gestor. “Uma administração pública gerencial flexível e enfocada no controle de resultados deve

possuir recursos humanos qualificados que possam desempenhar suas funções com eficiência”(PIMENTA, 1998, p. 182).

As categorias avaliação de resultados, ética e profissionalismo se referem ao funcionalismo e administração da coisa pública. A Avaliação de resultados, ou acordos de resultados, ou contratualização, segundo Duarte, “[...] vem se fortalecendo nos últimos anos, como importante mecanismo de efetivação da gestão por resultados, tanto no nível internacional como no nacional” (DUARTE, 2006, p. 96).

Nesta transformação é importante a reorganização dos sistemas de informação, com o objetivo de disponibilizar dados de forma adequada para a gestão pública desburocratizando os instrumentos tradicionais de controle e supervisão e permitindo a transparência perante a sociedade. (PIMENTA, 1998, p. 180)

A ética se torna fundamental nos processos de flexibilização administrativa como forma de evitar a corrupção: “[...] já que a flexibilidade administrativa às vezes abre caminho para a má utilização de recursos e a corrupção” (PIMENTA, 1998, p. 182). O profissionalismo se refere aos recursos humanos qualificados, capazes de implementar as políticas dos órgãos centrais “[...] é imprescindível adotar o mérito como mecanismo de legitimação para poder atrair, reter, desenvolver e motivar pessoal de alto calibre”. (PIMENTA, 1998, p. 182)

Para implementação das reformas na educação a partir das reformas do Estado no que se refere à ética e profissionalismo estão sendo utilizadas as avaliações de desempenho do servidor público, como já é o caso de Minas Gerais que será abordado no próximo capítulo.

Outro princípio é o da competitividade que gera a concorrência, e esta, por sua vez, a oferta de melhores serviços. Na reconfiguração do papel do Estado, este procura, através das políticas públicas, estimular a concorrência e a competitividade entre os fornecedores, aquecendo o mercado.

O Estado Social liberal não executa diretamente todas as suas funções, mas sim descentraliza e contrata externamente grande parte os seus serviços. Para tanto, é importante estimular a competitividade entre seus fornecedores, mesmo no caso da inexistência de mercados. (PIMENTA, 1998, p. 183).

Esta competitividade é estimulada também dentro das estruturas administrativas do governo, “onde setores específicos podem competir na busca de recursos, sempre preservando a integridade das equipes de trabalho, mas com uma competição saudável entre unidades organizacionais distintas” (Ibidem, p. 183).

O cidadão passa a ser visto como cliente, “[...] Neste sentido, é importante valorizar o cidadão como principal consumidor dos serviços públicos e adotar pesquisas de satisfação de usuários como parâmetros para a avaliação de desempenho no setor público” (Ibidem, p. 184).

Portanto, desburocratização, a descentralização, o controle de resultados, a ética, a competitividade e o enfoque no cidadão, próprios da qualidade e das políticas neoliberais fazem parte do novo paradigma de administração pública. Esses princípios foram sentidos também.

1.2 Políticas Públicas Educacionais no âmbito das reformas

Para a compreensão dessas políticas em relação às reformas educacionais será analisado o programa de governo *Mãos à Obra Brasil*. Será comentada também a importância da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais no contexto das políticas neoliberais. Esses documentos esclarecem as diretrizes educacionais desse período. São documentos que orientam e educação para a flexibilização das relações, avaliação de resultados, e *ampliação da relação Estado, mercado e sociedade*.

Na Conferência Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial, os países presentes se comprometeram a dar atenção especial para a melhoria da educação de jovens, adultos e crianças, evitando as repetências, corrigindo as distorções existentes entre idade e série, e alfabetizando os adultos: “Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos” (SHIROMA, 2002, p. 57).

Em 1993, o Brasil assina a Declaração de Nova Delhi, propondo dobrar os seus esforços, a fim de assegurar que até o ano de 2000 fossem atendidas as necessidades básicas de alfabetização das populações de crianças, jovens e adultos.

As propostas de governo estão pautadas pelo compromisso assinado com os organismos internacionais, dentre eles, a UNESCO e o Banco Mundial. Segundo Shiroma,

Como se pode perceber pela recorrência das recomendações da UNESCO, PROMELAC, CEPAL e Banco Mundial, estavam assentadas as tarefas que os países latinos teriam para com a educação nos anos de 1990. Instado a mobilizar as forças políticas necessárias para a *produção do consenso tendo em vista a realização do projeto internacional*, [...] o Brasil procurou a adesão de diversos setores, em especial de *empresários e trabalhadores*, que desejassem ajudar nas políticas educativas. Afinal, os organismos

internacionais já haviam prevenido que o êxito dessa política dependeria de um processo de *negociações de persuasão dos interessados dentro e fora do sistema*. (SHIROMA, 2002, p. 75)

Foi no governo de FHC, que as reformas na educação foram sentidas mais bruscamente. Como consta no programa de governo Mãos à Obra Brasil.

O principal documento da campanha presidencial de FHC em 1994 foi denominado de *Mãos à Obra Brasil*, que apresenta disposições sobre todas as diversas áreas de governo. A educação aparece ao lado das outras áreas prioritárias da proposta de governo, da agricultura, emprego, saúde, e segurança. Será analisado aqui, apenas o que diz respeito mais diretamente à educação. Está claro no documento a pretensão de retomada do crescimento através da descentralização e da participação conjunta das diversas esferas governamentais com o setor privado e comunidade.

Para começar a transformar em realidade os nossos anseios e o nosso sonho de um país rico, mais justo e mais igualitário é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização e, sobretudo, *ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade*. (CARDOSO, 1994, p. 207, 208, grifo nosso)

Aparece como preocupação básica a retomada do crescimento a partir da educação de seu povo. Para que o país se desenvolvesse competitivamente era urgente investir no desenvolvimento tecnológico e científico, mas para isso não havia previsão de disponibilização de recursos, e sim, de abertura a *parcerias público-privadas* para a implementação de projetos educacionais. Ainda segundo Cardoso,

Mas cabe, sobretudo, apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de *parceria* entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as *empresas, os sindicatos, as universidades, assumam a co-responsabilidade por ações de interesse público*: por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os *recursos comunitários* de forma honesta, transparente, racional e eficiente e *desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma*. (CARDOSO, 1994, p. 176, grifo nosso).

Há uma preocupação fundamental com a valorização do magistério, dando-se ênfase na formação do professor, e em sua instrumentalização, para viabilizar uma educação de qualidade:

[...] envolvimento dos centros de pesquisa em programas de desenvolvimento de materiais e formação de professores para o ensino técnico e médio na preparação de livros didáticos, programas computadorizados de treinamento, materiais para o ensino técnico e

experimental, e envolvimento direto com o ensino de graduação. (CARDOSO, 1994, p. 83, 84)

Nesse período houve um grande levantamento de taxas de abandono, repetência e evasão escolar, principalmente nas séries iniciais:

A má qualidade do ensino de primeiro grau acarreta alta taxa de repetência, o que acaba superlotando as escolas desestimulando os alunos e gerando a evasão. A taxa de repetência dos alunos na primeira série do ensino básico é, hoje, de 50%. Os graduados levam, em média 11,4 anos frequentando a escola de primeiro grau, o que corresponde a um acúmulo de mais de três repetências e significa o represamento de milhares de alunos no ensino fundamental. Apenas 44% de cada geração conseguem terminar o primeiro grau. (CARDOSO, 1994, p. 109)

A prioridade fundamental da política do governo Fernando Henrique Cardoso consistiu em incentivar a universalização do acesso ao Primeiro Grau e melhoria da qualidade do atendimento escolar: “A prioridade fundamental da política educacional no governo de Fernando Henrique Cardoso consistirá em incentivar a universalização do acesso ao primeiro grau e melhorar a qualidade do atendimento escolar [...]” (CARDOSO, 1994, p. 111), o que já estava previsto no encontro de Jontiem, na Tailândia, em 1990 sobre a educação para todos.

Para atender a essa demanda a educação básica não seria responsabilidade direta da União, como inclusive prevê a nova LDB, mas em regime de colaboração com as esferas estaduais e municipais, cabendo aos estados e municípios atender prioritariamente todas as crianças da rede pública.

À União caberia o papel de redistribuição de rendas através da quota federal do salário educação. Nesta proposta está prevista a responsabilidade parcial da União em dois programas educacionais: a merenda escola e o livro didático. Dessa forma, o governo de FHC, através do documento *Mãos à Obra Brasil*, propõe um direcionamento na política educacional baseada na colaboração entre os governos Federal, Estaduais e Municipais e incentivos à iniciativa privada de participação através de parcerias entre empresas.

Caberá definir e apoiar formas novas de parceria entre os diferentes níveis de governo (União, estados e municípios) e entre as diferentes instâncias subnacionais como os acordos entre estados [...]. Mas cabe, sobretudo, apoiar e desenvolver formas amplas e criativas de parceria entre Estado e a sociedade de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a corresponsabilidade por ações de interesse público. (CARDOSO, 1994, p. 208)

O documento segue orientações, como já foi dito anteriormente, de organismos internacionais na pretensão de preparar a sociedade para assumir seus próprios problemas,

através da comunidade civil organizada escolar e escolas, como está no documento: “[...] por outro, que a *comunidade organizada* estabeleça suas prioridades, *administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma*” (CARDOSO, 1994, p. 209). No Programa Mãos à Obra Brasil já estavam orientadas as “[...] diretrizes em relação à reestruturação do Estado e a criação de novas formas de *articulação entre aparelhagem estatal e sociedade civil*. (NEVES, 2005, p. 93).

O Programa *Mãos à Obra Brasil* prevê a reorientação e priorização de recursos para a Educação Básica:

O Programa Mãos à Obra Brasil, do governo brasileiro, cuja orientação é a de corrigir as distorções na distribuição de recursos entre os subsetores educacionais, priorizando a educação básica, buscando outras formas e fontes de financiamento para a educação secundária e sobretudo, para a educação superior, além de corrigir outros aspectos concernentes a relação professor/aluno, às taxas de rendimento escolar, à diminuição de evasão repetência, à intensificação dos turnos, ao melhor aproveitamento dos espaços escolares, ao ensino simultâneo de séries e de níveis , entre outros. (OLIVEIRA, 2008, p. 93).

Esse documento *Mãos à Obra Brasil* prevê também um planejamento estratégico, denominado de Planejamento Político Estratégico do período de 1995/1998 para as ações do MEC, que englobava os seguintes conteúdos: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação Especial, Educação e Cidadania, Cultura, Esportes e Financiamento.

Também neste período é criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em novembro de 1995.

O Brasil procurava se alinhar às políticas internacionais ditadas pelo Banco Mundial, que ao financiar projetos exigiu em contrapartida o atendimento à sua concepção de desenvolvimento econômico.

De acordo com as orientações do Banco, o governo federal juntamente com sua equipe deveriam elaborar políticas que assegurassem a centralização da proposta pedagógica, da formação docente e do sistema de avaliação, bem como a descentralização dos recursos financeiros e da gestão escolar. No que se refere a política de centralização podemos mencionar: a necessidade de se estabelecer um currículo nacional com conteúdos básicos, como os PCNs e o livro didático; a necessidade de se estabelecerem *sistemas nacionais de avaliação, como o PROVÃO, ENEN e SAEB*, e a necessidade de se estabelecerem estratégias de formação docente centralizadas nacionalmente de acordo com o plano curricular [...]. (GENTILI apud CHINI; FIGUEIREDO, 2004, p. 158, grifo nosso).

Para se avaliar nacionalmente são necessários parâmetros nacionais e as escolas passariam a ser responsáveis pelos seus índices de proficiência. Dessa forma, o conhecimento, o currículo, o aluno, se tornam mercadorias a serem medidas e avaliadas. Na verdade o discurso seria de que com os resultados das avaliações o governo teria parâmetros para serem traduzidos em políticas para a melhoria da educação.

No final de 1997/1998 é apresentada pelo MEC a versão final dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Eles foram organizados em dez volumes para os anos iniciais e dez volumes para os anos finais do ensino fundamental. Um volume é a introdução, seis falam de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais referentes à área do conhecimento e três volumes são referentes aos temas transversais. Estes últimos discutem temas de cidadania, respeito à diversidade cultural, ética, saúde, meio ambiente e orientação sexual.

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social. O domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica, as condições de fruição da arte e das mensagens estéticas, domínio de saber tradicionalmente presentes *nas diferentes concepções do papel da educação no mundo democrático, até outras tantas exigências que se impõem no mundo contemporâneo*. (BRASIL, 1997, p. 34).

Percebo neste aspecto, que FHC, procurou *educar os atores sociais* (gestores, educadores, pais, alunos e comunidade escolar), através de parâmetros nacionais que procuram moldar o cidadão do século XXI, conforme as necessidades do *mundo contemporâneo, com nítida face neoliberal*.

Os PCNs apesar de apresentarem conteúdos e objetivos, formas de avaliação e orientações didáticas, privilegiam os objetivos morais e éticos em detrimento dos conteúdos. Desta forma, os parâmetros dão ênfase à formação da cidadania e preparação para o mercado de trabalho:

A proposta de reforma que o MEC anunciou em 1997/1998 com a publicação dos PCNs, teve por objetivo *adequar o sistema educacional brasileiro aos critérios de eficiência e produtividade, necessários a inserção dos indivíduos na sociedade e para a formação de mão-de-obra qualificada às novas necessidades impostas pela globalização do mercado*. (CHINI; FIGUEIREDO, 2004, p. 163, grifo nosso).

Desse modo, a reforma educacional no Brasil no período de FHC, enfatiza a formação da cidadania e preparação de mão-de-obra, mostrando seu caráter mercadológico.

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada em dezembro de 1996, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, também conhecida como lei Darcy Ribeiro, por ser este o seu relator. Traz aspectos importantes de *flexibilização, avaliação, autonomia, gestão democrática e estabelece o regime de colaboração entre as diversas esferas governamentais*.

A LDB, como lei maior da educação nacional, traça caminhos a serem percorridos que indicam uma necessidade urgente de se valorizar o professor da educação básica, corrigir a distorção entre idade e séries, educar jovens e adultos, minorias étnico-raciais e indígenas. Em seu Artigo 23:

A educação básica poderá organizar-se em *séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados*, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, *sempre que o interesse que o processo de aprendizagem assim o recomendar*. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

As repetências e evasões simbolizam baixa qualidade e custos maiores. As escolas precisam se adequar para dar conta das exigências cada vez maiores.

Minas Gerais é um exemplo claro disso. Em Uberlândia, os diretores de escolas estaduais recebem orientações da Secretaria de Estado da Educação e da Superintendência Regional de Ensino (SRE), no sentido de corrigir as distorções idade-série, para casos de alunos matriculados e cursando séries muito fora para sua faixa etária. Segundo as orientações, a convivência com os pares etários possibilita as trocas sociais, o que favorece a construção da identidade e a formação de uma auto-imagem positiva. Esse programa em Minas foi denominado de PAV (Programa de Aceleração da Aprendizagem)¹⁸.

Com isso, há economia de gastos públicos, mas é preciso verificar com cuidado cada caso, para não se tornar uma abertura inconseqüente.

Na prática, o texto, ao desfilar alternativas de organização, simplesmente afirma que, por conta do processo de aprendizagem, vale toda forma de organização que lhe for necessária e útil. É quase um “vale-tudo”, no bom sentido. O aluno precisa, definitivamente, aprender. Para tanto, cabe organizar por séries anuais, períodos semestrais, ciclos etc, parecendo uma ladainha sem fim e essencialmente aberta. (DEMO, 2004, p. 20)

¹⁸ Para mais detalhes, consultar: <<https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-estruturadores/419-acelerar-para-vencer>>

Deste modo, cria-se uma liberdade da escola, após avaliação, posicionar o aluno no ano e série independente da escolarização anterior. Em relação à autonomia, a LDB explicita no Artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No Artigo 15, “progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira na escola”. Pode-se concluir que no governo de Fernando Henrique Cardoso houve, no que se refere à educação, uma preocupação em normatizar, orientar, flexibilizar e avaliar a educação nacional, procurou definir rumos, conforme afirma Vieira (2000), através da análise dos documentos *Mãos à Obra Brasil*, Nova LDB (concluída nesse governo) e Parâmetros Curriculares Nacionais.

As avaliações dos sistemas de ensino e das escolas são cada vez mais presentes, confirmando a atuação de um *Estado mais gestor e avaliador*.

O atual governo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva dando prosseguimento às políticas neoliberais implementadas por FHC (NEVES, 2005) cria instrumentos que serão analisados aqui, de orientação e de educação da sociedade para aceitação da “redefinição do papel do Estado como instancia reguladora [...]” (CARDOSO, 1994, p. 17).

Há um chamado da sociedade para participação efetiva em assuntos que pertenciam exclusivamente ao Estado. Através do documento “Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação” o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta suas metas para a educação. Nesse Decreto há uma *responsabilização da sociedade civil a participar em regime de colaboração com a educação de seus cidadãos*.

1.3 As Ações Educativas do Governo Lula

As transformações econômicas e sociais que vem ocorrendo no Brasil a partir da reforma administrativa do Estado, são resultantes dos processos de globalização e crescimento do capitalismo e, estão acontecendo também em vários países ao redor do mundo. Tais mudanças influenciam em novas formas de organização do trabalho, nas relações sociais globais, resultantes de movimentos contraditórios inerentes às relações sociais capitalistas

(NEVES; SANT'ANNA, 2005). Para ser um Estado forte, capaz de proteger seu capital, os governos mundiais fazem investimentos pesados e reformas administrativas significativas. Pois uma crise financeira, hoje, representa a desestabilização do país.

Grandes líderes mundiais se reúnem para discutirem o assunto, encontrarem formas de proteção ao capital e ao emprego e de blindar qualquer possibilidade de crise econômica. Apesar das reformas administrativas em busca de um Estado mais ágil e competente, o mundo assiste, perplexo, a crise financeira iniciada no departamento imobiliário estadunidense¹⁹.

Ao assumir a Presidência da República em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de representar o PT (Partido dos Trabalhadores) “não se propôs a alterar substancialmente as estratégias estatais de legitimação social” (NEVES, 2005, p. 96) iniciadas por FHC. “[...] a parceria continuou a ser o eixo norteador da nova relação entre *Estado e sociedade civil*” (Ibidem, p. 96).

Em relação às políticas públicas para a educação, Lula afirmou como compromisso de campanha a democratização do acesso e a garantia de permanência do aluno nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino e enfatizou o compromisso de cooperação entre *Estado e sociedade*. A Constituição Federal, lei maior do país, em seu artigo nº 205, diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a *colaboração da sociedade*, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício a cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, grifo nosso)

¹⁹ Em novembro de 2008, Barac Obama vence as eleições presidenciais nos Estados Unidos. Os olhos de todos se voltam para a grande nação, agora abalada por uma crise financeira sem precedentes. O neoliberalismo apregoador de um Estado mínimo e a favor do capital, se apresenta agora sob um sob paradoxo, o governo americano se preocupa não só em sanear bancos, mas também em proteger o emprego e começa a injetar milhões de dólares nas montadoras, fato seguido por outros governos: “[...] governos de todas as partes do mundo, do Canadá ao Brasil, Rússia e Coréia do Sul, entraram com volumes prodigiosos de dinheiro para manter as fábricas abertas e as linhas de montagem em funcionamento [...]”. Todo esse dinheiro vem preservando empregos no setor automobilístico, ainda o eixo de muitas economias industrializadas [...]”. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/6/26/montadoras-sobrevivem-com-ajuda-estatal>>. Acesso em: 8 set. 2009.

O jornal eletrônico *Globo.com* em 15/11/2008 exibe manchete: “Líderes do G20 prometem agir, apesar de divisões. Líderes mundiais reunidos em Washington na sexta-feira para buscar uma forma de blindar a economia global contra futuras crises promoveram cooperação, apesar da evidente divisão entre eles apesar da regulação financeira” (SOMMERVILLE, 2008). O governo brasileiro, representado por *Luiz Inácio Lula da Silva*, fez o seguinte pronunciamento: Nós estamos aqui para compartilharmos uma preocupação com o impacto da crise financeira global nos povos de nossas nações”.. As manchetes dos principais jornais do país e do mundo: *Folha de São Paulo*: “BNDES ajudará empresas que perderam com dólar”; *O Estado de São Paulo*: “Indicadores da recessão global agravam queda dos mercados”; *O Globo*: “Dinheiro do Tesouro vai socorrer as construtoras”; *Jornal do Comércio*: “Governo ataca crise em 3 frentes e segura o dólar”; Valor econômico: “Crise já coloca em xeque os projetos de novos prefeitos”; *Zero Hora*: “BNDES reforça socorro federal a exportadores”. Jornais internacionais: *The New York Times* (EUA): “Busca a dólares e ienes desestabiliza outras moedas e ações”; *The Times* (Reino Unido): “Grã-Bretanha em recessão”; *Le Figaro* (França): “A depressão irracional das bolsas mundiais”; *Le Monde* (França): “Mercados entram em pânico perante recessão mundial”. (SOMMERVILLE, 2008). Acesso em: 15 nov. 2008

A política educacional desse governo enfatiza a participação de toda a sociedade nos assuntos educacionais. Lula dá uma importância especial ao ensino médio profissionalizante, criando oportunidades para alfabetização de jovens e adultos – PROJOVEM (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) e abre milhares de novas vagas para o ensino médio e superior através de programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Lula dá continuidade ao projeto de sociabilidade social, intensifica a avaliação dos sistemas de ensino, a política de avaliação de desempenho do servidor, reforça o compromisso de colaboração entre União, Estados e Municípios e buscando a participação da sociedade civil, responsabilizando, assim, a todos pela qualidade da educação.

O governo Lula da Silva, pelo menos até o seu segundo ano de mandato, vem mantendo a mesma política econômica monetária de seu antecessor, no plano político, em tentando consolidar a formação do novo homem coletivo indispensável ao projeto de sociabilidade neoliberal [...]. (NEVES, 2005, p. 94)

Para compreensão dessas políticas será analisado o curso do PROGESTÃO, iniciado no governo anterior e o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação” este documento traça orientações gerais e convoca não só o *Governo através da União, Estados e Municípios, mas toda a sociedade para colaborarem com a educação brasileira*, como se vê no Artigo 1º:

Plano de Metas Compromisso todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos *esforços da União, Estados, Distritos e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica*. (BRASIL, 2007, Art. 1º)

As políticas neoliberais são claras neste documento, quando buscam parcerias para o financiamento da educação junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, iniciativa privada e sociedade, para serem co-responsáveis pela educação. Contudo, deixa claro que a assinatura do termo de adesão ao programa é voluntária: “A adesão vinculação do Município, Estado ou Distrito Federal ao Compromisso far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma deste Decreto.” (BRASIL, 2007, Art. 4º)

Há informações do Ministério da Educação e Cultura que até 4 de abril de 2008 todos os 26 estados e Distrito Federal, além de 5,3 mil municípios, já aderiram ao Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação²⁰.

²⁰ Para mais informações, acessar o portal do Ministério da Educação e Cultura: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/ideb.html>>

Entre as diretrizes estabelecidas como responsabilidade da União, o documento deixa claro que é em regime de colaboração entre os entes da federação e de toda a sociedade:

A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou nos demais casos, pelo incentivo e apoio e implementação, por Municípios, atuando em regime de colaboração das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação. Básica. (BRASIL, 2007, Art. 2º, grifo nosso).

Reforçando os princípios da administração gerencial iniciada por FHC, o Documento Compromisso Todos pela Educação, enfatiza sobre o profissionalismo, descentralização, a competitividade, avaliação de resultados, a avaliação de desempenho do servidor e, sobretudo, incentiva o esforço conjunto do *Estado, mercado e sociedade* que, segundo Pimenta¹ (1998, p. 174) “uma força ajuda a outra na articulação dos principais atores sociais na construção de um novo Estado”.

Para a garantia da produtividade, há um enfoque meritocrático no trabalho. Art. 2º, Inciso:

XIV – valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional. (grifo nosso)

Para garantia da qualidade na educação, é fortalecida a política da avaliação:

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculando e divulgando o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007, grifo nosso)

Segundo o mesmo documento, o Ministério da Educação e Cultura *estabelecerá as metas a serem atingidas* e acompanhará o desenvolvimento dos índices, além de prestar assistência técnica e financeira de gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço de apoio, recursos pedagógicos e infra-estrutura física.

As metas são estabelecidas por organismos internacionais, quando são assinados acordos de desenvolvimento econômico. O financiamento público da educação neste governo foi voltado primordialmente para o ensino fundamental de crianças em idade escolar. Isto esteve em coerência com o Banco Mundial, e, através *das parcerias público-privadas*.

A Conferência de educação para todos, realizada em março de 1990 em Jomtien na Tailândia, constituiu-se *num marco reordenador* das políticas de educação básica nos países do Terceiro Mundo [...] Esta conferência iria inaugurar a política patrocinada pelo Banco, de priorização sistemática do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino, e de defesa da relativização *do dever do Estado* para com a educação, tendo como base o postulado de que a tarefa de assegurar a *educação é de todos os setores da sociedade*. (RAMOS, 2005, p. 36, grifo nosso)

Em relação ao dirigente escolar, responsável direto pela implementação dessas políticas, existem diretrizes para que sejam criadas regras para exoneração, caso não haja o devido cumprimento das ações. Reforçando a presença de um Estado forte em relação à avaliação, ao desempenho da função pública e autoritário no cumprimento da legislação caso não sejam cumpridas as determinações centrais, chegando inclusive a dispensa do cargo, conforme se lê no Artigo 1º: “XVIII – fixar regras claras, considerados méritos e desempenho, *para nomeação e exoneração de diretor de escola*” (BRASIL, 2007).

Por outro lado, esse aspecto fortalece a descentralização, uma vez que a delegação de poderes passa a ser transferida para as esferas regionais e locais. É necessário ter maior confiabilidade, menos corrupção e maior participação da comunidade, a fim de dar maior transparência para os gastos Públicos.

Outro aspecto que fortalece a descentralização das atividades do governo para as comunidades locais é a presença de conselhos fiscais e comunitários, como está no documento:

Art. 2º: A Participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas e ensino, das seguintes diretrizes:

XX – acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas.

XXI – zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o financiamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social. [...]

XXIII – elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes. (BRASIL, 2007).

Os gestores (diretores escolares) deverão procurar parceiros na iniciativa privada, inclusive para atendimento aos problemas de infra-estrutura, que significam investimentos altos nos prédios públicos, que muitas vezes funcionam precariamente dependendo de reformas significativas, além de financiamento para projetos educacionais e ações educativas: “XXVII - firmar *parcerias externas à comunidade escolar*, visando a *melhoria da infra-*

estrutura da escola, ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas.” (BRASIL, 2007)

Em relação à desresponsabilização do Estado ou responsabilização da sociedade civil, o documento enfatiza a importância da relação Estado/comunidade. A União deverá fomentar ações de envolvimento das comunidades locais com as escolas, no sentido de assegurar maior participação da mesma nos assuntos educacionais. Essa responsabilização não está ao nível da família de apenas acompanhar o desempenho do educando, mas de toda a comunidade em dar conta de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²¹, antes responsabilidade do poder público. Veja que está entre as responsabilidades da União, Artigo 1º, inciso:

XXVIII – organizar um comitê local do Compromisso, com representantes *das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB.* (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Poderão colaborar com o Compromisso, de acordo com o Artigo 7º:

Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, *públicos e privados*, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classes empresariais, igrejas, entidades confessionárias, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007).

O índice do IDEB deverá ser alcançado para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso, assinado voluntariamente por cada ente federativo. O MEC enviará aos Municípios, Distrito Federal e Estados a indicação das metas a serem alcançadas e a respectiva evolução no tempo.

O Brasil precisará alcançar nota seis no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). No Brasil essa etapa do ensino tem média aproximada de quatro pontos, numa escala que vai até dez e leva em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar²².

²¹ Programa Fome Zero: Com vistas a cuidar da parceria com a sociedade civil organizada, o governo Lula da Silva criou um gabinete de mobilização social do Programa Fome Zero, que, ao lado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, congregou empresas, denominações religiosas, ONGs, sindicatos e escolas em um mutirão de combate à fome. Desse mutirão resultaram: doações em dinheiro e equipamentos na ordem de R\$ 25 milhões no período de janeiro de 2003 a abril de 2004; a apresentação de projetos de inclusão social por parte de 96 empresas; a autorização do uso da logomarca do Programa Fome Zero por parte de 1.412 instituições.

²² Para mais detalhes, consultar o portal do MEC: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/ideb.html>>

Em relação ao curso PROGESTÃO, o governo Lula reforçou a obrigatoriedade de participação no treinamento para todos os diretores escolares do país. O curso é uma forma de educar para aceitação das políticas neoliberais, que enfatizam uma menor participação do Estado em caráter de financiamento e a presença de um Estado mais forte como avaliador, gestor e catalisador do crescimento (cf. PIMENTA, 1998).

O Módulo VI trata especificamente sobre os recursos financeiros da escola e esta, através de seus gestores, deverá procurar a *iniciativa privada para financiamento de ações e projetos educacionais*:

Os recursos administrados pela escola são, em sua maioria, oriundos de orçamentos públicos. Há também uma pequena parcela derivada diretamente da contribuição privada. A principal diferença entre os recursos públicos e os privados são as suas origens. No caso dos recursos públicos, a totalidade é oriunda do orçamento anual aprovado pelo governo, ou seja, a União, o estado ou o município. A sua origem está nos impostos ou nas contribuições sociais. Por sua vez, *os recursos privados vêm da própria comunidade na qual a escola está inserida, bem como de outras parcerias, contribuições, doações e até mesmo de projetos comunitários*. (MOREIRA, 2001, p. 36, grifo nosso).

Como se vê há orientações sobre a forma de arrecadação desses recursos, que podem ser através de contribuições para entidades de pais e mestres ou parcerias entre empresas da região ou de outras instituições interessadas na melhoria da educação. Outro enfoque é dado ao estabelecimento de parcerias, este módulo esclarece o conceito de parceria e aponta como soluções para interesses comuns (cf. MOREIRA, 2001).

Os gestores recebem, neste módulo, orientações de que através do estabelecimento de *parcerias*, há uma melhora na autonomia e descentralização administrativa.

Com as políticas sociais voltando-se para a descentralização da forma de administrar e para a busca da autonomia da gestão pelas unidades executoras, *as parcerias têm apresentado desde a década de 90, grande destaque nos cenários nacionais e internacionais*. (MOREIRA, 2001, p. 98)

Há uma desresponsabilização do poder público em relação ao financiamento da escola em nome da descentralização financeira e administrativa, para educar o gestor e motivá-lo a buscar recursos em outras fontes que não o Estado.

O IDEB foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil, ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pac.htm>. Acesso em: 15 set. 2009.

A relação de troca de serviços e interesse estabelecidos nas parcerias significa uma forma de rompimento com a relação de favorecimento e clientelismo que sempre reinou no repasse de recursos para a educação. Se antes o gestor dependia apenas da boa vontade e de favores políticos, ele *agora dispõe de mecanismos que colocam a escola em condições de negociar suas próprias soluções, em certos casos mais ágeis, para problemas imediatos.* (Ibidem, p. 100, grifo nosso)

Há várias orientações neste curso que enfatizam sobre a democratização da escola e aponta como motivos de impedimento para o alcance da mesma a falta de convívio com a comunidade escolar.

Surge, neste contexto, a empresa cidadã, que aceita ampliação de seus deveres para além das paredes da fábrica (RAICHELIS, 2007). Surgem as ONGs, (Organizações Não-Governamentais),

[...] que, a partir de seu crescimento e maior visibilidade pública, colocam em cena a heterogeneidade de concepções ideológico-políticas e de práticas sociais que as orientam. [...] *Nessa conjuntura, as ONGs, e um conjunto diversificado de organizações sociais* têm sido convocadas pelo Estado e pelo empresariado para o estabelecimento de diferentes parcerias, operadoras de programas de combate a pobreza. (RAICHELIS, 2007, p. 80, grifo nosso)

As ONGs fazem parte do chamado Terceiro Setor, ou Sociedade Civil organizada sem fins lucrativos. Por Terceiro Setor entenda-se aqui a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado (RODRIGUES, 1998, p. 31). Pode ser compreendido como:

[...] expressão de amplo movimento associativo em escala planetária, que abarca um conjunto heterogêneo de *entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos que vêm atuando no desenvolvimento de projetos sócio-educativos*, na prestação de defesa de direitos sociais ou na assessoria a organizações populares de defesa de direitos. (RAICHELIS, p. 78, grifo nosso).

Esse conjunto de medidas adotadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, nada mais é do que a continuidade das políticas públicas educacionais implementadas por Fernando Henrique Cardoso, através do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) em 1995. Lula criou o “Programa Fome Zero” que substituiu o “Comunidade Solidária” de FHC (NEVES, 2005, p. 96). Os programas educacionais prioritários do governo Lula, “como o Brasil Alfabetizado: Alfabetizar para Incluir, bem como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a reforma da educação superior dão continuidade às políticas implementadas pelos dois governos FHC, com vistas à formação de uma racionalidade neoliberal” (NEVES, 2005, p. 106).

Há uma semelhança entre os dois governos no que se refere a relação Estado/sociedade. “A *parceria* continuou a ser o eixo norteador da nova relação entre Estado e sociedade civil, voltada predominantemente para a prestação de serviços sociais às populações “excluídas.” (NEVES, 2005, p. 96)

Como foi exposto neste texto, o desenvolvimento da economia tem provocado mudanças intensas no modo de produção social capitalista incluindo a incorporação cada vez maior da ciência e da tecnologia na produção, distribuição e consumo de mercadorias, acelerando os processos de globalização.

Há um discurso neoliberal que enfatiza um Estado menos inchado e mais competente a fim de gerenciar as políticas públicas, favorecendo os interesses mercadológicos (cf. SILVA, 2002). O discurso neoliberal de Estado ágil e eficiente, na verdade é um Estado mínimo em relação às políticas sociais e “Estado máximo a serviço dos interesses do capital” (GENTILI, 1997). Segundo Melo & Faleiros:

[...] alega-se ser inadiável promover um ajuste fiscal duradouro, reformas econômicas *orientadas para o mercado*, a reforma da Previdência Social e a inovação de instrumentos de política social. O encaminhamento de tais processos levou o Brasil a um modelo de *Estado com nítida face neoliberal*. (MELO; FALEIROS, 2005b, p. 179).

Tais políticas, pressionadas por fatores externos, foram implementadas no Brasil a partir de 1994 no governo de Fernando Henrique Cardoso “[...] A Reforma do Estado foi, em grande medida, induzida por fatores *exógenos e determinada pelas mudanças no cenário político e econômico internacional*” (GANDINI; RISCAL, 2008, grifo nosso).

Os países periféricos da América Latina, entre eles o Brasil, em busca de crescimento econômico têm recorrido a empréstimos internacionais que trazem pesadas contrapartidas. Melo comenta que,

A política de reformas estruturais para os países que fazem parte da interdependência capitalista, mas estão em suas margens como periféricos, conduzida pelo FMI e Banco Mundial em torno das *condicionalidades* para seus empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento, intensificou-se a partir de 1985, *interferindo na direção das políticas de desenvolvimento nacionais, estimulando a realização de processos de estabilização, liberalização do comércio, reforma tributária, reforma financeira privatização, reforma trabalhista e reforma previdenciária*. (MELO, 2005a, p. 73)

Os Estados passaram a assumir novas funções, novos atores sociais entraram em cena. O *público e o privado* passaram a ter relações de parcerias na busca de soluções para os problemas sociais, que antes pertenciam apenas ao Estado. O Estado brasileiro vem

trabalhando desde a reforma de FHC, no sentido de se tornar um Estado mais gestor e fiscalizador, flexível e competente. Como foi demonstrado anteriormente o incentivo e a busca por parceiros na comunidade, a flexibilização das relações, a descentralização dos serviços, as avaliações em larga escala na educação, os PCNs, a Nova LDB, os planos e propostas dos governos, dentre outros, comprovam o pressuposto

A presença de sujeitos políticos coletivos de origens de classes diversas como *parceiros fundamentais do Estado* em sentido estrito é detectado nos documentos do FMI e do Banco Mundial de maneira as mais diversas. Essa nova forma de *parceria* procura também a harmonia e a concórdia entre os interesses *públicos e privados* sob movimentos mais sutis de ordenamento e condução de interesses sociais em um *processo de conformação social* que tem como objetivo final a manutenção cada vez maior de eficiência e eficácia, *de restrições de gastos públicos e controle de salários*, mas não do mercado. (MELO, 2005a, p. 75, grifo nosso)

No próximo capítulo será comentado sobre a implementação da política administrativa de Aécio Neves em Minas Gerais, denominada de “Choque de Gestão”, por compreender que é uma continuidade da Reforma Administrativa da Gestão Pública iniciada no Brasil por FHC.

2 O CHOQUE DE GESTÃO E A EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

“[...] nós éramos crianças diferentes, o ritmo de aprendizagem era diferente; a bagagem de cada criança era diferente e, no entanto nós éramos colocados diante de uma mesma régua, de uma mesma prova e aí o que valia era o desempenho em relação a essa prova.”
Paulo Freire

Este texto trata das reflexões sobre a reforma administrativa implementada por Aécio Neves²³ em Minas Gerais. Procuro elucidar a atual política pública educacional mineira através do programa denominado de “Choque de Gestão” e as iniciativas governamentais que procuram adequar o sistema e os cidadãos para aceitação de um novo consenso a respeito da ressignificação do papel do Estado. O choque de gestão se autodefine como um método gerencial moderno de administração pública, e segue a mesma lógica administrativa implementada no Brasil por FHC.

Há uma aproximação comprovada do *público com o privado* através das *parcerias em projetos educacionais desenvolvidos na Educação Básica* nas cidades mineiras. O choque de Gestão “[...] é um conjunto integrado de gestão pública orientado para o desenvolvimento” (VILHENA²⁴ et al., 2006, p. 21).

Para a análise da reforma administrativa realizada pelo governo mineiro, serão comentadas as falas dos gestores públicos; os fundamentos legais que normatizam *os acordos de resultados, as avaliações de desempenho dos servidores e das instituições, as parcerias público-privadas*, dentre outros. Evidenciando a implantação da reforma administrativa realizada por FHC, no país.

²³ Aécio Neves da Cunha: (Belo Horizonte, 10 de março de 1960) é um economista e político brasileiro. Foi deputado federal pelo estado de Minas Gerais e presidente da Câmara Federal no biênio 2001/2002. Em 2002, Aécio foi eleito governador de Minas Gerais pelo PSDB, no primeiro turno. Foi reeleito, em 2006, também no primeiro turno, com 77,27% dos votos válidos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A9cio_Neves>.

²⁴ Renata Vilhena: Secretária adjunta de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Presidente da Junta de Programação Orçamentária e Financeira e Gerente do Projeto Esturador, Choque de Gestão: Pessoas, Qualidade e Inovação. É graduada em Estatística pela UFMG e especialista em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. É servidora de Carreira da Secretaria de Planejamento e Gestão desde 1986. (VILHENA et al., 2006, p. 362).

2.1 O choque de Gestão em Minas Gerais e seus Impactos na Educação

Iniciado em 2003, o Choque de Gestão é um programa de governo, adotado em Minas Gerais que se). Está baseado em planejamento e avaliação de resultados. “É necessário criar um claro senso de missão e objetivo; governar mais; delegar autoridade, e responsabilidade; descentralizar; terceirizar; substituir regulamentação por incentivo, desenvolver orçamentos, *baseados em resultados* [...]” (PIMENTA, 1998, p. 180). Entre os oito princípios básicos da administração pública gerencial evidenciados por Pimenta (1998), no capítulo dois darei mais ênfase neste texto à avaliação de resultados e a competitividade, que são pontos chaves da política de administração para a educação mineira nesse governo.

No choque de gestão há uma grande ênfase no planejamento das ações com descritores muito bem delimitados para a avaliação. O planejamento passa a ser duplo, ou seja, há um planejamento a curto prazo e um planejamento para médio e longo prazo. “Na abordagem o Duplo Planejamento considera-se a necessidade de interação a duas agendas, de curto e longo prazo” (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2006, p. 44).

Aécio Neves, a exemplo de FHC, faz um corte nos gastos públicos considerados desnecessários e planeja a retomada de seu crescimento, ampliando a política de gestão de pessoas, acordos de resultados, avaliação de desempenho. O planejamento no Choque de Gestão;

Pressupõe a necessidade de definir e fixar metas e objetivos em negociação com os participantes do acordo de resultados, identificar e desenvolver um sistema de indicadores de desempenho e mecanismos de avaliação e de incentivo a penalização dos contratados. (DOMINGUES FILHO, 2007, p. 34).

Os aspectos acima citados esclarecem a filosofia do choque de gestão, que além do ajuste fiscal, foca os resultados institucionais e pessoais. É uma política fiscal e de gestão de pessoas que através da avaliação do servidor e da instituição no cumprimento das metas pré-estabelecidas consegue cortar custos e desonerar a máquina estatal. “Uma administração pública gerencial, flexível e enfocada no controle de resultados devem possuir recursos humanos qualificados que devem desempenhar suas funções com eficiência e qualidade” (PIMENTA, 1998, p. 182)

O programa é financiado e avaliado pelo Banco Mundial. Nas páginas da *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*, órgão oficial dos poderes do Estado, em notícia publicada no dia 14 de agosto de 2008, há um anúncio em sua primeira página com a seguinte

manchete: “Empréstimo do BIRD a MG é modelo no mundo”²⁵. Na avaliação feita pelo BIRD o governo está conseguindo cumprir com as 24 metas acordadas²⁶, nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura, dentre outras.

O governador Aécio Neves, ao avaliar o programa, diz que uma nova fase da administração mineira estava sendo inaugurada. “Ele disse que *reconhecer o bom desempenho do servidor é dar prioridade à gestão transparente e de qualidade*” (IMPrensa, 2008a). Assim os servidores mineiros, através da administração pública gerencial, passam a ser avaliados, premiados ou punidos dependendo dos resultados previamente estabelecidos e alcançados.

Este é um momento histórico para a administração pública brasileira e que se inicia em Minas Gerais. É o primeiro estado brasileiro a remunerar o conjunto dos *seus servidores pelo mérito, pelo desempenho, pelos resultados alcançados*. Estamos invertendo a lógica e a cultura do serviço público brasileiro, onde a passividade orientava as remunerações. O tempo de serviço era o instrumento que garantia uma remuneração a mais aos servidores. Aqui em Minas, a partir de agora, o que determina essa remuneração é o mérito, é o desempenho, o esforço, o resultado obtido (IMPrensa, 2008a). Aécio expõe em Goiás os resultados do “Choque de Gestão”. No dia 11 de abril de 2008, o mesmo jornal anunciou em sua manchete: “Governador expõe em Goiás os resultados do Choque de Gestão”, como se pode conferir a seguir:

Ao participar ontem, em Goiânia, das comemorações dos 50 anos da Associação Goiana de Municípios (AGM), o governador Aécio Neves fez uma exposição sobre o Choque de Gestão e a retomada dos investimentos em Minas. “O grande desafio de hoje não é mais somente a *busca dos recursos, mas saber como transformá-los em benefícios para a população que nós administramos.*” (IMPrensa, 2008b, p. 3).

O Choque de Gestão é um programa financiado pelo BIRD, que acompanha de perto seu resultado.

[...] o governador Aécio Neves estará em Washington, onde fará uma palestra no BIRD, sobre o modelo de gestão pública adotado em Minas e

²⁵ O Banco Mundial (BIRD) adotará como modelo, para negociações com outros estados e países, o empréstimo firmado ontem com o governo de Minas, sem contrapartida financeira. Conforme contrato assinado pelo governador Aécio Neves e o diretor do banco para o Brasil, John Briscoe, para garantir o financiamento de US\$976 milhões o governo se comprometeu a *comprovar a qualidade da gestão pública* e o cumprimento de 24 metas nas áreas de atendimento à população. Já no mês que vem o Estado recebe os primeiros US\$195 milhões. Briscoe disse que o Choque de Gestão *é exemplo para o país*. (IMPrensa, 2008a).

²⁶ “[...] a conclusão do Programa Processo, que levará ligação asfáltica a 100% dos municípios mineiros; redução do tempo para abertura de novas empresas no Estado, aumento do número de arranjos de produtos locais; aumento das equipes de saúde da família, *100% dos alunos lendo aos 8 anos de idade; até o final do governo*, dentre outros.” (IMPrensa, 2008 b).

finalizará os acordos para a consolidação do empréstimo de US\$ 1 bilhão. Esta será a primeira vez na história do BIRD que o banco oferece um empréstimo a um governo sem contrapartida financeira, exigindo apenas a continuidade do modelo de gestão. (IMPrensa, 2008b, p. 3)

Em Minas Gerais foram sentidos os efeitos das reformas neoliberais na educação. O Choque de Gestão procura ser uma administração mais eficiente através dos planejamentos e cortes de gastos “desnecessários” e “redirecionamento dos recursos”. “O trabalho para a melhoria da gestão pública tem o objetivo de mostrar para a população o que significa ter um governo com gestão eficiente das políticas públicas” (ANASTASIA, 2006, p. 3). Estão claros os interesses neoliberais. “É necessário [...] expor os servidores *públicos à competição*, procurar soluções de mercado, e não administrativas, medir o sucesso pela satisfação do usuário dos serviços.” (PIMENTA, 1998, p. 181, grifo nosso).

Segundo os organizadores do programa, o nome Choque de Gestão foi dado propositalmente porque as ações implementadas deveriam “provocar constatações abruptas em relação a um estado de coisas inaceitável – a situação fiscal e a falta de rumo; deve render efeitos instantâneos e provocar rompimento de paradigmas na busca de resultados”. (ANASTASIA, 2006, p. 11). Segundo Antônio Augusto Anastásia, tal projeto tinha a pretensão de reduzir os custos no setor público, “cujo déficit ultrapassava a cifra dos dois bilhões de reais” e orientar para o desenvolvimento (ANASTASIA, 2006, p. 16).

O discurso usado pelo governo mineiro para justificar as ações adotadas nesse projeto de modernização foi o de conciliar racionalidade fiscal e capacidade gerencial, ou seja, racionalizar recursos e melhorar a eficiência. Assim, esperava-se que, como diz Paulo Paiva²⁷,

Nesse novo mundo, novos conceitos delimitam o contorno e estabelecem o conteúdo da chamada modernização, o que requer esforços na redefinição tanto dos limites da ação do estado e das políticas públicas, quanto da reforma das instituições públicas e, também da maneira de administrar a coisa pública. *Modernizar o Estado, enfim, é a busca incessante em fazer mais e melhor com menos.* (VILHENA et al., 2006).

O Choque de Gestão enfatiza processos de administração voltados para a eficiência, corte de gastos, avaliação de resultados, o que objetiva a qualidade e eficiência nos serviços públicos; modelo neoliberal de busca o lucro cada vez maior. No dizer de Francisco Caetani:

O Choque de Gestão em Minas Gerais é um vibrante registro do processo de reformas em curso e revela o esforço de governo apoiado por lideranças políticas, dirigentes governamentais, quadros do estado, consultores e

²⁷ Paulo Paiva: Ex-Ministro do Trabalho e do Planejamento e ex-Vice-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (cf. VILHENA et al., 2006).

lideranças empreendedoras-que não é objeto de atenção da mídia, e representa importante contribuição para a contínua modernização do setor público, de modo que tenhamos cada vez mais um Estado melhor, capaz de servir á sociedade de forma eficiente, efetiva e transparente. (VILHENA et al., 2006)

Para essa moderna concepção de funcionamento do Estado foi criado um órgão para cuidar do planejamento e da gestão de pessoas e de recursos. Esse órgão foi denominado de Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)²⁸. Passaram a concentrar aí todas as ações do projeto: coordenação geral das ações governamentais; planificação a médio e a longo prazo; recursos humanos; governança eletrônica; e logística. Conforme Anastasia:

Neste contexto, assume destaque a criação do órgão que seria responsável pela condução do projeto: a Secretaria de Estado de Planejamento e gestão. Até então, a estrutura administrativa do Poder Executivo de Minas Gerais apresentava duas Secretarias de estado, incumbidas das questões referentes ao processo de gestão pública: a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, a par da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela receita e pela gestão do Tesouro Estadual. (ANASTASIA, 2006, p. 16).

Desta forma foram concentradas na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) todas as ações relativas ao Projeto Choque de Gestão, ou seja:

[...] concentrar sob um comando único, todas as ações relativas ao projeto, ou seja, os instrumentos vinculados ao planejamento: orçamento anual e plurianual, planificação a médio e longo prazos, coordenação geral das ações governamentais, bem como os instrumentos vinculados à gestão em sentido estrito: recursos humanos, governança eletrônica, logística. (ANASTASIA, 2006, p. 17)

Essas políticas de gestão estão voltadas para três perspectivas básicas de aplicação: na perspectiva macro-governamental, cuja unidade de aplicação é o governo como um todo; na perspectiva institucional, onde as unidades de aplicação são as organizações governamentais; e na perspectiva individual, cuja unidade de aplicação é o servidor (VILHENA et al., 2006, p. 21). Essas três perspectivas por sua vez estão associadas a categorias de valor público que são os resultados, processos e recursos.

Resultados (planos governamentais, gestão de programas, políticas setoriais, estratégias organizacionais, pactuação de resultados organizacionais, metas individuais e outras). *Processos* (processos centrais de gestão de recursos humanos, compras, logística, governo eletrônico, controle, controle de

²⁸ SEPLAG: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Missão: Integrar as ações governamentais, por meio da coordenação do planejamento e da gestão pública, visando ao desenvolvimento do Estado e à melhoria da qualidade de vida dos que vivem em Minas Gerais. Negócio: Coordenação do Planejamento e Gestão Pública. Visão: Ser marco na transformação da gestão pública de Minas Gerais. Para mais informações acessar: <<http://www.planejamento.gov.mg.br/>>

qualidade, padrões de atendimento, capacitação de servidores, direção pública, etc). *Recurso* (redução de gastos, racionalização de insumos, dimensionamento da força de trabalho). (VILHENA et al., 2006, p. 21)

Assim, conforme Vilhena (2006) há um direcionamento nos *planejamentos* e no *estabelecimento de metas e verificação dos resultados*, voltados para a eficiência da gestão em todos os níveis da administração, a fim de reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços, o que já era apregoado na reforma de 2005, por FHC.

É, sobretudo, necessário que *haja alinhamento* entre estas perspectivas e que este alinhamento aponte para a *geração de resultados de desenvolvimentos*. Vista na horizontal, esta integração significa que a *promoção de resultados r das pessoas deve estar voltada ao alcance dos objetivos de suas instituições e estes, possua vez, devem estar direcionados para implementar a agenda de governo*. A melhoria das pessoas (via capacitação, por exemplo) deve ser a base da melhoria da gestão, que é essencial para a execução das ações que conduzem os resultados. Ainda nesta perspectiva horizontal, a gestão de quadros e salários deve ser tratada de forma alinhada com imperativos de eficiência organizacional, que se *vincula às metas agregadas de desempenho fiscal no âmbito de governos*. Na perspectiva vertical, por exemplo, surgem outras interações essenciais: a gestão da despesa compatível com a execução das ações necessárias à geração dos resultados; a gestão da eficiência baseada em ganhos estruturais de qualidade de gestão, promovendo os resultados buscados a um custo menor; e obtenção do máximo de rendimento dos quadros funcionais a partir de investimentos em capital humano *alinhados com resultados individuais*. (VILHENA et al., 2006, p. 24).

Essas medidas fazem parte das exigências econômicas e neoliberais: “A nova Administração para o Desenvolvimento se baseia em um conceito de desenvolvimento aberto, num contexto marcado pela globalização, integração e interdependência” (VILHENA et al., 2006, p. 28).

Segundo Vilhena, o estado mineiro não se preocupa tão somente com as reformas econômicas e fiscais, mas busca-se a promoção do desenvolvimento na perspectiva da governança social, “[...] buscando-se fortalecer *Estado, mercado e terceiro setor, para a geração concentrada de resultados*” (VILHENA et al., 2006, p. 27). Isso confirma a tese de Pimenta (1998), e que procuro evidenciar neste trabalho, de que a reforma administrativa do Estado possibilitou uma nova relação entre *ESTADO, MERCADO E COMUNIDADE*.

As reformas atuais ocorridas no estado de Minas Gerais preconizam reformas e ajustes institucionais, tendo na consolidação institucional o fator primordial de desenvolvimento.

[...] a *boa governança social* depende de um equilíbrio (de capacidade e poder) entre as esferas de *Estado* (domínio dos políticos e burocratas), do *mercado* (domínio dos investimentos e consumidores) e *terceiro setor* (domínio dos cidadãos organizados em torno de seus interesses, mais

públicos ou particularísticos em diferentes extensões). (OFFE 1998 apud VILHENA, 2006, p. 27).

Como se percebe, entre os aspectos relacionados acima, Minas procura com o Choque de Gestão um *equilíbrio de responsabilidades entre o governo, as empresas e o terceiro setor*, ou seja, *mercado, estado e comunidade*, buscando definir os resultados e fazê-los acontecer. Dessa forma, é criado um mecanismo de controle, que propõe metas a curto, médio e longo prazo denominado de planejamento dual para todas as instituições estaduais. O alvo inicial é o trabalhador que, segundo essa política, deverá ajudar na redução de custos, otimização dos serviços para depois receber incentivos através de um prêmio denominado Prêmio de Produtividade.

Para conseguir aferir os resultados individuais e institucionais o governo mineiro, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), normatiza o acordo de resultados a ser cumprido a nível institucional e a avaliação de desempenho individual, como se verá a seguir.

2.2 O acordo de resultados no âmbito do Choque de Gestão

O foco em resultados é uma das estratégias do governo mineiro, alinhado com a lógica capitalista. Para consegui-lo não é necessário somente planejar e acompanhar rigorosamente o planejamento, mas neste programa foi incluído também o acordo de resultados, pactuado entre governo e instituição no sentido de efetivar a garantia, por parte da mesma junto aos entes federados, dos resultados propostos a serem alcançados a partir dos planejamentos.

O movimento de *contratualização* vem se fortalecendo nos últimos anos, como importante mecanismo de efetivação da gestão por resultados, tanto no nível internacional como no nacional. Embora os contratos de gestão tenham sua aplicação que remonta o final dos anos 70, foi com o advento da Nova Gestão Pública que o instrumento passou a ser de uso generalizado. *Simplificadamente significa pactuar resultados entre partes interessadas.* (DUARTE et al., 2006, p. 96).

Em 1995, no governo de FHC, quando da elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, já havia estabelecido normas e diretrizes para uma gestão orientada em resultados e mais flexível: “[...] A administração pública gerencial exigiria formas flexíveis de gestão orientadas para o cidadão-cliente, por meio do controle de resultados e da competição administrativa [...]”. GANDINI e RISCAL, 2008, p. 56.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o documento Compromisso Todos pela Educação traça diretrizes para a observância e cumprimento de metas através do PAR (Plano de Ações Articuladas), como está no Art 9º: “O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes”, em busca de maior eficiência e produtividade.

Minas Gerais, no âmbito do Choque de Gestão, adotou o Acordo de Resultados com base na Lei, e dos Decretos 43.674 e 43.675, de 4 de dezembro de 2003. A referida Lei disciplina a avaliação de desempenho institucional, o acordo de resultados, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira, aplicação de recursos orçamentários provenientes de economias com despesas correntes no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

Define-se o Acordo de Resultados, na Lei Estadual. nº 14.694, de 30 de julho de 2003, Art.2º:

Para fins desta Lei, entende-se por:

1- Acordo de resultados aqueles celebrados entre dirigentes de órgãos e entidades do poder Executivo e as autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão.

No nível educacional o governo mineiro exigiu que todos os gestores educacionais assinassem em 2008 um pacto se responsabilizando em alcançar metas, denominado de Acordo de Resultados ou Pactuação de Metas para 2009 e 2010²⁹, a serem alcançados por suas escolas nas avaliações externas. Essa pactuação foi entregue via Superintendência Regional de Ensino e contém os resultados do PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização), destinado a avaliar os alunos do 3º ano de escolarização e PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica) que avalia os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º do Ensino Médio³⁰. Nesse acordo estão registrados os resultados

²⁹ Cada equipe ou unidade gerencial, como escolas, hospitais, unidades prisionais, pactuou nos Acordos de Resultados um conjunto específico de metas a serem cumpridas durante 2008. Foram definidas mais de 5.000 metas específicas a serem cumpridas no decorrer do ano. Cada uma das 3.920 escolas, 86 unidades prisionais e 23 hospitais, por exemplo, além de mais de 600 equipes em 56 órgãos e entidades do Poder Executivo, estabeleceu sua meta de trabalho. Dessa forma, dentro de uma mesma instituição, servidores tiveram diferentes índices de participação, de acordo com a quantidade de metas alcançadas. O desempenho médio entre todas as equipes avaliadas foi de 89,6%. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/imprensa/noticias/1513-governador-aecio-neves-anuncia-r-318-milhoes>>. Acesso em: 19 set. 2009.

³⁰ PROALFA/PROEB: Os boletins das avaliações são entregues para as SRE, municípios e escolas com análises, explicações e orientações para o desenvolvimento das ações de intervenção pedagógicas. Para a secretária, é muito importante o trabalho que vem após o resultado, porque as escolas param para examinar este material, esse resultado, muito rico, cheio de descrições das dificuldades e acertos de cada escola. E assim nós vamos avançando. Há quase cinco anos estamos realizando periodicamente as avaliações do Proeb e do Proalfa (que avalia crianças na fase de alfabetização). Minas vem alcançando progressivamente patamares mais elevados. Nós temos uma expectativa muito grande de que em pouco tempo teremos de forma consolidada, o melhor sistema de

da escola de 2007 e as metas esperadas para 2008 e 2009, conforme a mesma Lei, Art.2º, parágrafo único: “O acordo de resultados de que trata o inciso I do caput será formalizado mediante instrumento que especifique as metas, os prazos de cumprimento e os padrões de controle preestabelecidos [...]”. O acordo de resultados apresenta os seguintes fins, segundo a legislação, no Art. 4º da referida Lei:

- I – aumentar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- II – estimular, valorizar e destacar servidores, dirigentes e órgãos ou entidades que *cumpram o seu papel individual, institucional ou social*;
- III – aperfeiçoar o acompanhamento e o controle de resultados da gestão pública, mediante instrumento caracterizado pela consensualidade, objetividade, responsabilidade e transparência;
- IV – *fixar metas de desempenho específicas para órgãos e entidades, compatibilizando a atividade desenvolvida com as políticas públicas e os programas governamentais*;
- V – dar transparência às ações dos órgãos públicos e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa, mediante a divulgação, por meio eletrônico, dos termos de cada acordo de seus resultados;
- VI – *aperfeiçoar as relações de cooperação supervisão e fiscalização entre acordante e acordado*;
- VII – promover o desenvolvimento e a implantação de modelos de gestão flexíveis, *vinculados ao desempenho institucional*, propiciadores do envolvimento dos seus agentes e dirigentes no aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação se reunirá duas vezes por ano para verificação do cumprimento do acordo. A esta Comissão compete, entre outras funções:

- Art. 10: I – *acompanhar e avaliar os resultados* alcançados pelo acordado, considerando as metas e indicadores de desempenho previstos no Acordo de Resultados;
- II – recomendar, com a devida justificativa, alterações no Acordo de Resultados, principalmente quando se tratar de necessidade de alinhamento de indicadores, metas e resultados, recursos orçamentários e financeiros, e,
- III – recomendar, com a devida justificativa, a revisão, a renovação ou rescisão do Acordo de Resultados.

Em caso de falhas observadas, Parágrafo único:

As avaliações realizadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação incluirão, sem prejuízo de outras informações, os fatores e circunstâncias que tenham *dado causa ao descumprimento pelo acordado das metas estabelecidas bem como as medidas que este último tenha adotado para corrigir as falhas detectadas*.

De acordo com essa Lei, haverá uma ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira para as entidades que possuírem avaliações positivas, conforme Art. 24:

A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo poderão ser ampliadas mediante a celebração de Acordo de Resultados, observada as exigências estabelecidas nesta Lei.

Os servidores das instituições que receberem avaliações positivas poderão receber prêmios de produtividade e adicionais de desempenho, que está normatizado por esta mesma Lei nº 14.693, de 30 de julho de 2003 e pelo Decreto nº 43.671, de 4 de dezembro de 2003, conforme Art. 26, § 2º:

Os resultados da avaliação prevista no inciso III poderão ser considerados para efeito de progresso e promoção funcional dos servidores, bem como para concessão de prêmios de produtividade e adicionais de desempenho, observada as disposições legais aplicáveis a cada cargo ou carreira.

Essas legislações vêm legitimar as propostas do Acordo de Resultados no âmbito do Choque de Gestão. Está evidente que o discurso da eficiência e produtividade traz uma medida drástica no *corte de gastos públicos*, e através do “alinhamento dos órgãos e entidades à agenda estratégica de governo”, há uma presença de um Estado forte no sentido de ser avaliador e gestor.

Para incentivar o alcance desses resultados “[...] foi estabelecido como contrapartida, que aos servidores dos órgãos e entidades acordados serão oferecidos incentivos baseados em prêmios por produtividade” (DUARTE, 2006, p. 100).

Esses prêmios somente serão pagos caso o Acordo de Resultados tenha sido avaliado satisfatoriamente. E, em casos contrários, serão penalizados. Como está no Art. 5º, VI: “Penalidades aplicáveis aos signatários, em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas, bem como do cometimento de eventuais faltas”.

A Avaliação de Desempenho Individual, ou ADI, que é aplicada aos servidores públicos é normatizada pela Lei Complementar nº 71 de 2003 e pelo Decreto nº 43.672, de 4 de dezembro de 2003, assim definido:

É um dos instrumentos para implementação do modelo *meritocrático* da Administração Pública e da nova Gestão Pública. Essa lógica enseja uma gestão de pessoas pautada no *mérito do servidor*, diferentemente do que ocorria anteriormente, cujo decurso do tempo era o único diferencial para a concessão de benefícios aos servidores e independia do seu desempenho. (SILVA, 2006, p. 162)

É um instrumento que visa uma avaliação contínua do servidor, ao preencher um formulário, denominado de Plano de Gestão do Desempenho Individual (PGDI). “Durante todo o período avaliativo o desempenho do servidor deve ser acompanhado por sua chefia imediata, por meio do preenchimento do formulário Plano de Gestão do Desenvolvimento Individual (PGDI)” (SILVA et al., 2009 apud VILHENA, 2005, p. 165) ele precisa esclarecer, segundo as orientações de cada segmento, quais são suas qualidades, dificuldades e quais as metas e ações propostas para superar os problemas.

Ao final do processo, o resultado da avaliação é remunerado e irá servir de cálculo para o pagamento ao servidor de Adicional de Desempenho (ADE) e para o recebimento do Prêmio por Produtividade: “A identificação das necessidades de capacitação e a formação que possam contribuir para a melhoria do desempenho de suas funções, as quais terão prioridade no investimento pelo Estado em programas de capacitação” (SILVA, 2006, p. 163).

Resultados inferiores a 70% são considerados insatisfatórios e o servidor sofrerá a punição com o não recebimento do prêmio e até a perda de seu cargo por função na hipótese desse desempenho.

Se por um lado a avaliação satisfatória possibilita o pagamento do prêmio por produtividade, por outro, está prevista a punição do acordado que obtiver resultado insatisfatório na avaliação, ou seja, menor que 70%. A partir de duas avaliações insatisfatórias sucessivas, ou três intercaladas em cinco, ou quatro intercaladas em dez, *o representante do acordado sofrerá censura pública com a divulgação do diário oficial do Estado e em outros meios de comunicação do não cumprimento do Acordo de Resultados*. Além disso, *o acordo é suspenso, são canceladas as autonomias e indisponibilização dos recursos provenientes de economia com despesa corrente ou ampliação de receita*. (DUARTE, 2006, p. 101).

Os aspectos citados acima, confirmam o autoritarismo do choque de gestão. Em relação ao do Adicional de Desempenho para seu cálculo será computado o resultado da avaliação institucional. O Adicional de Desempenho (ADE):

[...] foi regulamentado por meio do Decreto 43.671, de 4 de dezembro de 2003, e caracteriza-se por ser uma vantagem pecuniária a ser concebida, mensalmente, aos servidores que estão em exercício na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e poderá atingir até 70% do vencimento básico do servidor. Ele será pago aos servidores em substituição aos adicionais por tempo de serviço. (DUARTE, 2006, p. 101)

Para se calcular o ADE, há uma porcentagem estabelecida da seguinte maneira:

No cálculo do ADE, 50% correspondem ao desempenho do servidor; 40% correspondente à pontuação obtida em função do resultado da avaliação institucional do órgão ou entidade de exercício do servidor e 10%

correspondente à pontuação obtida em função da formação e do aperfeiçoamento individual do servidor. (DUARTE, 2006, p. 101)

Os prêmios por produtividade, decorrente da Avaliação Institucional serão pagos ao servidor em atividade, ocupante do cargo em provimento efetivo ou em provimento em comissão ou detentor de função pública. Isto quis dizer que o designado não fará jus ao prêmio.

Em relação à Avaliação de Desempenho o prêmio ou vantagem a ser recebida se chama Adicional de Desempenho, uma vantagem pecuniária a ser concebida mensalmente ao servidor, para incentivar e valorizar seu desempenho e sua contribuição, o alcance das metas da instituição, e também é uma forma de valorizar sua formação e seu aperfeiçoamento.

Em 2008, todos os funcionários avaliados em Minas Gerais que ficaram com notas acima e 70% nas avaliações receberam o Prêmio por produtividade que equivaleu a 90% do seu vencimento:

O governador Aécio Neves inaugurou, no dia 14, no Palácio da Liberdade, o pagamento do prêmio de produtividade para 100% dos servidores que alcançaram metas de desempenho definidas para cada área de atuação do governo de Minas (MINAS GERAIS, 2008, p. 3)³¹

O jornal *Minas Gerais*, de circulação em todos os órgãos estaduais, traz as seguintes informações:

As metas fazem parte de Acordo de Resultados, fixadas com cada secretaria ou órgão estatal, e consolida a segunda geração do Choque de Gestão, focando a ação do governo na prestação de serviços à população. Segundo o governador ao instituir o prêmio Minas inaugura uma nova fase na administração pública brasileira. Ele disse que reconhecer o bom desempenho do servidor é dar prioridade à gestão transparente e de qualidade. (MINAS GERAIS, 2008, p. 3)

Como se percebe, a política atual é de readaptar o governo mineiro às novas tendências da sociedade moderna, ditadas pelas exigências do capital, qualidade, produtividade, flexibilidade, eficiência, acordos de resultados, cumprimentos de metas e outros. “Este novo Estado deve ter indicadores objetivos e mensuráveis de gestão, dando ênfase ao resultado [...]” (PIMENTA, 1998, p. 180.)

Outras medidas para fortalecer os orçamentos públicos foram os incentivos às Parcerias Público-Privadas (PPP) e a criação das OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) em Minas Gerais.

³¹ Mais informações no site eletrônico: <www.planejamento.mg.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2009.

2.3 As Parcerias Público-Privadas e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Faz parte do Choque de Gestão em Minas Gerais o fomento às parcerias entre Estado e Sociedade Civil Organizada. Essas parcerias têm o objetivo não só de dar mais abertura à participação social nos assuntos públicos, como também diminuir a responsabilidade do governo com as políticas sociais.

Seguindo as políticas internacionais de atendimento ao capital, Minas Gerais dá início às iniciativas de fomento às parcerias entre as esferas pública e privada para o atendimento a áreas antes de responsabilidade somente do governo. Shiroma (2002) apresenta a carta de Jontiem sintetizada por Torres, no que se refere às parcerias da seguinte forma:

[...] fortalecer o consenso entre os vários interesses, reconhecendo a obrigação do *Estado* e das autoridades educacionais em proporcionar educação básica à população e a necessidade de envolver a *sociedade*: organismos não governamentais, setor-privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias. Destaca-se a urgente necessidade de melhorar a situação docente. [...] *mobilizar recursos financeiros, públicos, privados e voluntários*, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos à educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país. (SHIROMA, 2002, p. 59-61, grifo nosso).

De acordo com Sousa (1997) “os atores envolvidos, com objetivos comuns são os partícipes ou parceiros”. Para ele:

Partes- interesses diferentes que convergem quando, em uma dada circunstância, ambas são favorecidas.

Partícipes- interesses semelhantes e convergentes cuja conexão é de um serviço que venha beneficiar a terceiros. (SOUSA, 1997 apud MOREIRA, 2001, p. 99)

Assim, segundo os autores citados “[...] ao se estabelecer uma parceria, formam-se zonas de interesse convergentes, direcionados para os mesmos objetivos, comuns aos partícipes ou parceiros” (SOUSA, 1997 apud MOREIRA, 2001, p. 99). Conforme a figura abaixo forma-se um campo de parceria onde se desenvolve uma “[...] relação horizontal entre o público estatal representado pelo Estado e a publicização da cidadania, representada pela sociedade civil”.



Figura 1: Campo de Parceria
Fonte: ALBUQUERQUE, 2001, p. 99

Os gestores e funcionários interessados em concorrer ao cargo de diretor das escolas públicas mineiras fizeram o curso denominado PROGESTÃO. O Módulo VI trata especificamente sobre os recursos financeiros e traz orientações sobre as parcerias:

Hoje, uma das estratégias mais importantes de sobrevivência econômica é a parceria, uma troca de serviços entre empresas ou instituições, objetivando benefícios mútuos. No sistema de parceria, todas as partes envolvidas saem ganhando. Com as políticas sociais voltadas para a descentralização da forma de administrar e para a busca de autonomia de gestão pelas unidades executoras, as parcerias têm apresentado desde a década de 90, grande destaque nos cenários nacional e internacional. (SOUSA, 1997 apud MOREIRA, 2001, p. 98).

O referido autor acrescenta:

Para que o gestor escolar possa estabelecer parcerias interessantes para a captação de outros recursos que otimizem a manutenção e o funcionamento de sua escola, é necessário que ele reúna duas habilidades fundamentais: capacidade de percepção do contexto econômico e criatividade. (SOUSA, 1997 apud MOREIRA, 2001, p. 100, grifo nosso).

O governador de Minas Gerais assinou o *Pacto de Minas Pela Educação*: “Esta parceria foi criada para obter uma ampla base de apoio da comunidade visando melhorar a qualidade da educação e aumentar o nível da conscientização a respeito das necessidades educacionais das crianças”³².

³² Pacto de Minas pela Educação: Movimento de cidadania e de ética contra o insucesso na escola e pela mobilização da sociedade em torno do objetivo de assegurar educação de qualidade para todos e pela qualidade da educação. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/pop/rpppgovernamentais/1994_03.htm>

Contou com o apoio do UNICEF, Banco Mundial e de vários órgãos governamentais, inclusive a Secretaria de Estado da Educação. Contou com

[...] a participação de pais, alunos, professores, políticos, sindicatos, grupos de defesa do consumidor e de direitos civis, comerciantes, industriais e pessoal ligado ao meio de comunicação. Todos foram convidados a se juntar ao governo na consecução de objetivos, visando a qualidade da educação. (CARVALHO, 2001, p. 87).

Há, no entanto, outros tipos de parcerias, para grandes obras, com investimentos pesados em infra-estrutura, denominada de PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).

a) A Parceria Público-Privada (PPP)

Parceria Público-Privada é um contrato administrativo de concessão patrocinada ou administrativa. É patrocinada quando a iniciativa privada presta serviços e recebe tarifas, com adição de contraprestação provida pelo Poder Público. Já o contrato que o Poder Público recebe a serviço prestado, de forma direta ou indireta, arcando com sua remuneração. Exemplo disso é a construção de hospitais pela iniciativa privada e sua manutenção feita pelo poder público.

Para fortalecimento da relação *público-privada*, o estado mineiro organiza um arranjo institucional procurando propiciar a credibilidade para os investidores, operadores, administradores públicos e a população em geral.

A nível federal existe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para a licitação e contratação da Administração Pública e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos.

Minas Gerais tem adotado o Programa de parcerias público-privadas e é o primeiro estado brasileiro, segundo Athayde (2006), a instituir um marco legal sobre o tema das parcerias. Este programa foi instituído pela Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003. Esta Lei foi criada a partir da participação conjunta do poder Executivo e Legislativo do Estado e participação de segmentos expressivos da sociedade organizada com o objetivo de instituir diretrizes e metodologias dos contratos de PPP e criar uma infra-estrutura específica destinada a coordenar a tramitação dos projetos e zelar pela sua adequação técnica, científica, econômica e política.

As parcerias público-privadas representam um aprimoramento do modelo contratual da administração pública. A crescente complexidade das relações sociais e a demanda por serviços e produtos cada vez mais especializados,

aliados a escassez orçamentária para investimentos estatais, são alguns dos elementos motivadores da adoção dessa modalidade do poder público com a iniciativa privada. Com efeito, o Estado freqüentemente recorreu ao setor privado para obter serviços ou bens necessários ao seu funcionamento ou à realização de sua finalidade maior, que é o atendimento do interesse público, por meio de contratos administrativos. (ATHAYDE, 2006, p. 147)

Há uma predisposição do governo mineiro em organizar e normatizar as relações público-privadas. O Decreto Estadual nº 43.702, de 16 de dezembro de 2003 “[...] atribuiu à unidade de PPP a tarefa de instituir um Centro de conhecimento sobre conceitos, metodologia e licitação de projetos de parceria público-privada” (ATHAYDE, 2006, p. 150). Dessa forma, criou-se uma organização para acompanhar e normatizar essa relação, através dos contratos administrativos.

Os contratos administrativos são instrumentos criados pela lei para disciplinar a relação entre o Estado e o Particular e devem estar de acordo com o plano de governo, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), ou Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Isso porque essas parcerias são de médio e longo prazo.

Em Minas Gerais, a Unidade PPP foi instituída no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE. Além das atividades de coordenação e assessoramento técnico, ela também é, conforme visto, responsável pela gestão do conhecimento adquirido com as práticas, estudos e projetos de parcerias. Nesse aspecto, entra em cena a preocupação do Estado em consolidar e viabilizar o manejo racional de informações no âmbito do Programa de PPP e de proporcionar a capacitação dos servidores envolvidos com a estruturação, execução e fiscalização das ações nele previstas. (ATHAYDE, 2006, p. 5).

As parcerias público-privadas têm recebido apoio de agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 2006 foram desenvolvidos cinco projetos pilotos, em parceria público-privada: Recuperação da Infra-Estrutura da Rodovia MG-050, construção de três mil vagas penitenciárias, saneamento básico em cidades com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado, mais saúde para todos e construção em Belo Horizonte do novo Campus da Universidade Federal de Minas Gerais (ATHAYDE, 2006, p. 154). Após serem definidos e aprovados, deverão ser integrados ao Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas. Essas parcerias, auxiliadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento “poderiam servir de molde para outras ações similares em outros entes da Federação” (ATHAYDE, 2006, p. 154). Outro projeto é o de construção de 3000 vagas penitenciárias.

Trata-se de uma concessão administrativa, através da qual o próprio estado pagará ao parceiro privado pelos serviços de operação, gestão e manutenção do presídio (ressalvadas a segurança externa e a direção geral que deverão ficar a cargo do parceiro público). (ATHAYDE, 2006, p. 155).

No dia 11 de abril de 2008 o jornal *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais* trouxe uma reportagem do governador Aécio Neves apresentando o resultado do Choque de Gestão. Em relação às parcerias:

[...] o Minas Comunica foi lançado em abril de 2007, para levar sinal de telefonia celular a 412 cidades mineiras que ainda não contavam com o serviço. O programa está sendo implantado em *parceria* com as operadoras de telefonia e ainda restam 91 municípios para serem atendidos. O financiamento de US\$50 milhões é do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os empréstimos firmados com organismos internacionais para programas como o Processo e o Minas Comunica só voltaram a ser liberados para Minas Gerais depois que o equilíbrio financeiro foi alcançado. (IMPrensa, 2008b)

As PPP, ou Parcerias público-privadas, em Minas “[...] através de legislação própria, buscou, sobretudo, delinear um modelo de governança e, um novo marco institucional para as políticas atinentes à estruturação, licitação, e execução das parcerias com o setor privado”. (ATHAYDE et al., 2006, p. 146).

b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

Outra forma de parceria entre sociedade civil e o Estado são as OSCIPs, que segundo Lemos:

[...] é um título concedido, sem fins lucrativos, a pessoas jurídicas de direito privado que tenham a intenção de, eventualmente, firmar parceria com o Estado para a execução de serviços públicos não exclusivos do Estado. A partir da qualificação, a organização passa a ser considerada uma OSCIP. (LEMOs, 2006, p. 132).

A Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais é o órgão responsável por fazer essa qualificação em Minas.

As OSCIP's são integrantes do terceiro setor, e atuam junto ao Estado por meio de parcerias, através de um instrumento denominado “Termo de Parceria”. Essas organizações são constituídas sob a forma de Associação e Fundação. Segundo a Lei nº 14.870/03 são proibidas de constituir OSCIP's a sociedade comercial, o sindicato, as entidades que

comercializam planos de saúde, organizações partidárias, as instituições religiosas, instituições hospitalares privadas, cooperativas, escolas privadas, dentre outras.

Poderá se qualificar como OSCIP as entidades do terceiro setor que atendam as exigências legais e atuem nas seguintes áreas, segundo o Art 3º da Lei nº 9.780, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de OSCIPs. De acordo com a referida lei o título de OSCIP “somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I- promoção da assistência social;
- II- *promoção da cultura da educação*, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III- *promoção gratuita da educação*, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei.
- IV- Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;
- V- promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII- *promoção do voluntariado*; e [...]
- X- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar
- XI- promoção da ética, da paz, da cidadania dos direitos humanos, da democracia e de outros direitos universais.”

Boa parte desses temas é trabalhada nas escolas pesquisadas como tema de projetos educacionais em *parceria público-privada*, abordados no capítulo três desta dissertação.

Para se tornar uma OSCIP, um Termo de Compromisso é assinado com o poder público, com materialização do vínculo de cooperação para a prestação de serviços públicos ao Estado. Através do Termo de Parceria são acordados entre ambos as responsabilidades. O órgão público repassa os recursos financeiros e a OSCIP decide “como” fazer, ou seja, a operacionalização. Exemplo de Celebração do Termo Parceria:

[...] foi celebrado em junho de 2005, entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE e OSCIP Organização para Educação e Extensão da Cidadania – ECO, tendo como objeto a implantação de uma unidade produtiva de papel reciclado para a captação da comunidade da região onde está sediada e de detentos de uma das unidades prisionais do Estado. (LEMOS, 2006, p. 138-139)

Termos de parcerias assinados entre o governo do Estado e OSCIPs em 2006:

- Fundação Rural Mineira e a OSCIP Associação Mineira da Promoção de Entidades de Interesse Social - AMES. Objeto: Elaboração da Agenda 21 nos municípios de São Roque de Minas e Vargem Bonita.
- SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e a OSCIP Humanizarte. Objeto: Desenvolvimento de ações relativas à melhoria do desporto educacional em Minas e o aperfeiçoamento e apoio a atletas para-olímpicos.
- Fundação Clóvis Salgado e a OSCIP ICSM - Instituto Cultural Sérgio Magnani. Objeto: Promoção e divulgação das atividades culturais do Estado Mineiro.

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais entre 2004 e 2007 foram qualificadas 116 OSCIPs no estado.

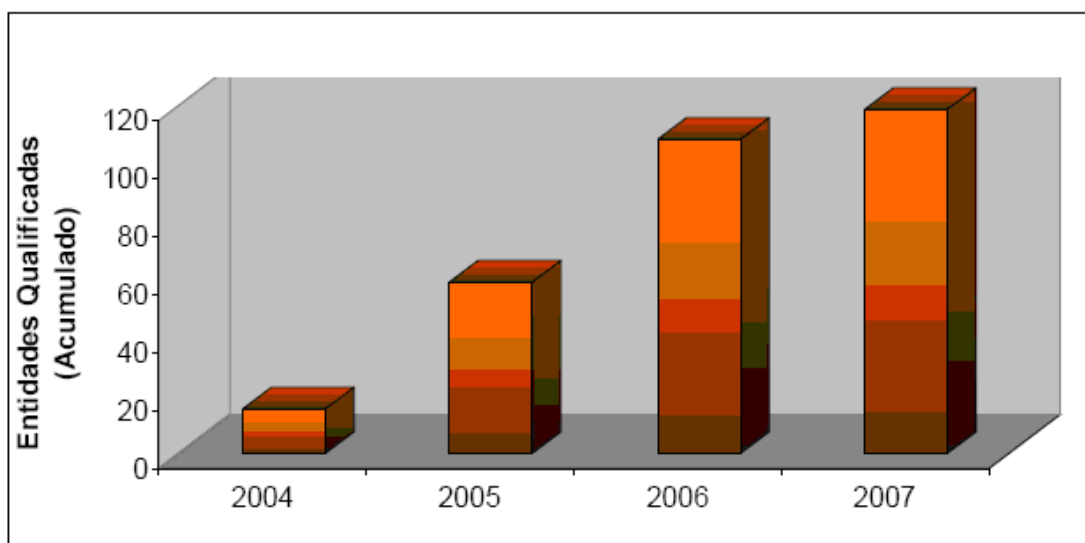


Gráfico 1: Número de entidades qualificadas, 2004-2007, em Minas Gerais
 Fonte: oscip@planejamento.mg.gov . Acesso em: 08 ago. 2008.

Há em Minas um aumento de qualificações de entidades para receber o título de OSCIP. Para ser qualificada é necessário atender todas as orientações legais e só depois recebem a qualificação.

As OSCIPs em Minas estão sendo qualificadas em diversas áreas: Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Cultura, Saúde, Defesa dos Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Econômico e fomento ao Esporte. No gráfico abaixo observa-se que ainda há pouco interesse da sociedade civil em educação. As outras áreas foram mais procuradas, principalmente na área da Assistência Social.

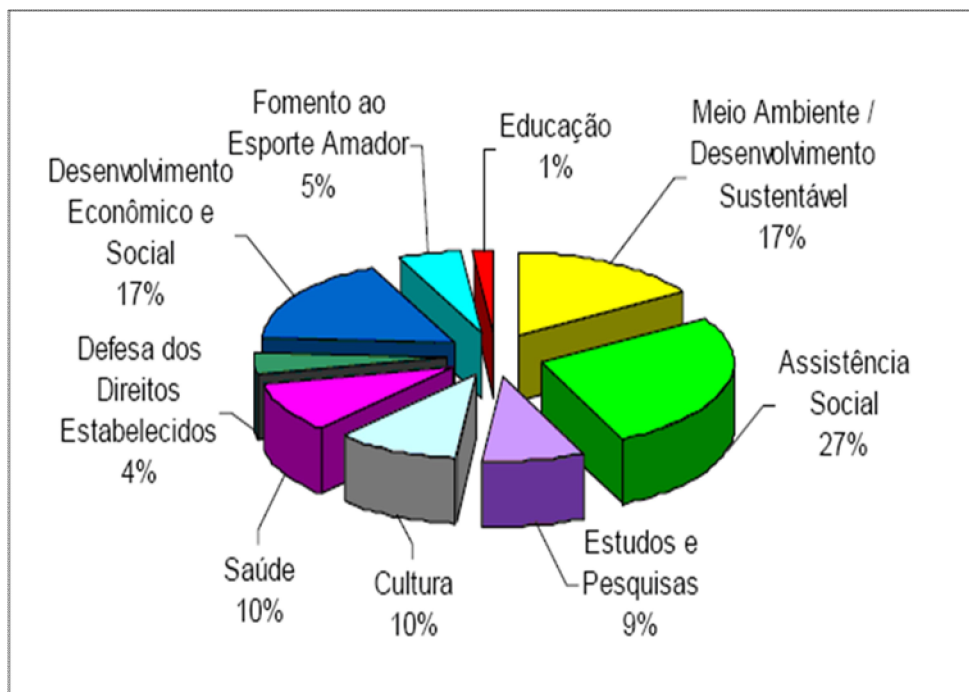


Gráfico 2: OSCIP Qualificada por Áreas de Atividade

Fonte: oscip@planejamento.mg.gov. Acesso em: 08 ago. 2008). Ano: 2004-2007

Em relação aos termos de parceria foram assinados 18% das OSCIPs qualificadas, ficando aquelas voltadas para a cultura com maior número de qualificações.

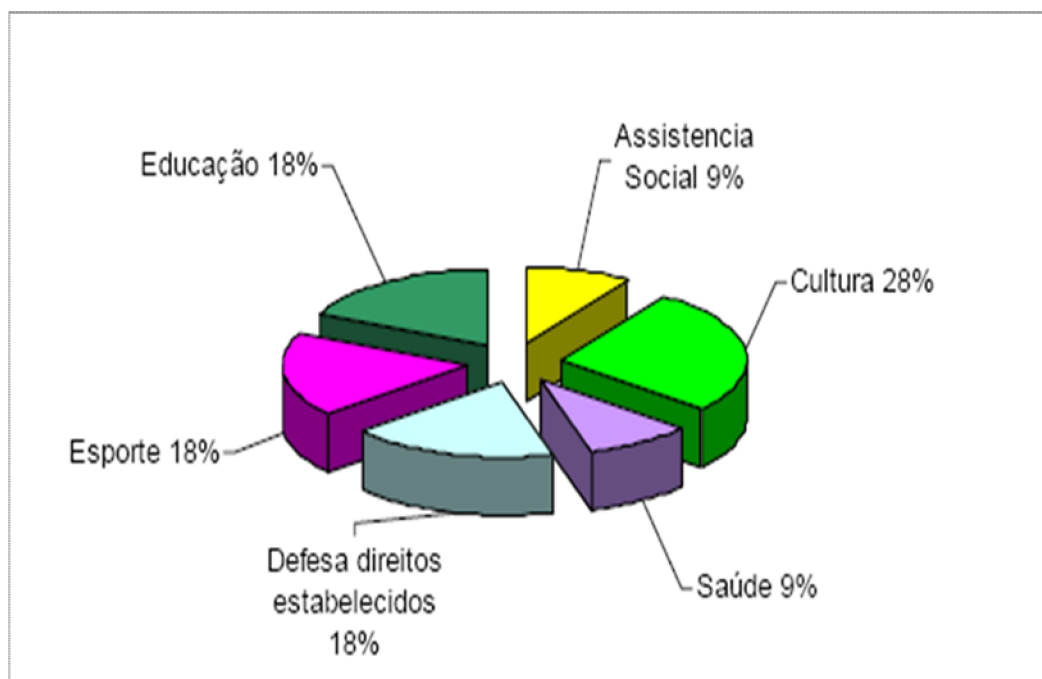


Gráfico 3: Termo de parceria por área de atividade.

Fonte: oscip@planejamento.mg.gov. Acesso em: 08 ago. 2008. Ano: 2004-2007

Embora haja menos qualificações em educação, na assinatura dos Termos de Compromisso foram priorizadas as áreas da cultura e educação, conforme o gráfico acima. Quanto aos recursos financeiros, houve maior disponibilização para a área da cultura, em segundo lugar para a defesa dos direitos estabelecidos, e em terceiro lugar a educação. Conforme o gráfico a seguir:

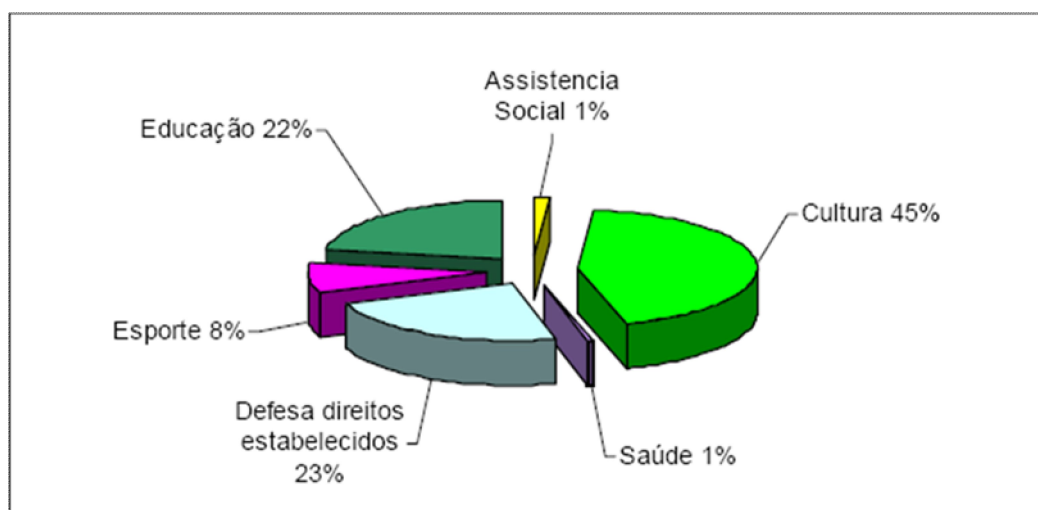


Gráfico 4: Recursos financeiros por área de atividade

Fonte: oscip@planejamento.mg.gov. Acesso em: 08 ago. 2008. Ano: 2004-2007

O governo mineiro parece estar confiante nessas parcerias. Segundo comentários da Equipe da SEPLAG, “Os resultados dos primeiros Termos de Parcerias, tanto em termos de serviços prestados quanto em termos de economia de recursos, são essenciais para gerar confiança no modelo.” (LEMOS et al., 2006, p. 140).

Como se percebe, o governo mineiro está focando a administração pública no fortalecimento da política de avaliação do servidor e da instituição, no fomento às *parcerias público-privadas*, confirmando o suposto de que o choque de gestão em Minas Gerais é uma continuidade da administração pública gerencial iniciada no país por FHC.

No próximo capítulo será comentada a relação entre a iniciativa privada e as escolas públicas estaduais de Uberlândia em três perspectivas: na perspectiva teórica (dos autores que discursam sobre o assunto; na perspectiva dos gestores dos projetos (Estado, empresas e comunidade) e na perspectiva dos gestores escolares ou sujeitos da escola.

Serão relacionados os principais projetos educacionais desenvolvidos pelas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental em Uberlândia através de parcerias entre Secretaria de Estado da Educação e empresas privadas e os projetos desenvolvidos por empresas locais, que não passam por orientação de órgãos centrais, chegando diretamente às escolas, sem o

conhecimento até mesmo da Superintendência Regional de Ensino. E, por fim, será comentada a visão dos gestores e coordenadores de projetos a respeito dessa relação.

3 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Somos diferentes. Essa é a nossa condição humana. Pensamos de jeitos diferentes, agimos de formas diferentes, Sentimos com intensidades diferentes. E tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de formas diferentes

Rosita Edier Carvalho

Neste capítulo será abordada a relação existente entre escolas estaduais de Uberlândia e as empresas. Procuro compreender a relação público-privada, no desenvolvimento de projetos educacionais neste município a partir da percepção dos gestores escolares. Para esta compreensão discorro sobre a perspectiva dos teóricos do assunto, dos gestores estaduais de projetos (SEE/MG e iniciativa privada) e ,principalmente sobre a percepção dos sujeitos das escolas (diretores escolares e professores ou supervisores educacionais que estão na coordenação dos projetos.

3.1 As parcerias público-privadas na perspectiva dos autores: o Estado gestor

Na percepção dos teóricos do assunto a relação público-privada que vem se intensificando nos últimos anos é devida a uma série de fatores resultantes da reconfiguração das funções do Estado. No Brasil a reforma do Estado se iniciou com FHC, e, em Minas Gerais, Aécio Neves, dá continuidade a essa política de administração pública gerencial, baseada em resultados. Essa nova forma de administração pública tem resultado num Estado mais gestor e menos provedor, e, também, mais avaliador.

A nível local essa administração é sentida na aproximação da iniciativa privada com as escolas públicas estaduais. Existe uma ajuda mútua confirmada nesta pesquisa entre escolas e empresas em Uberlândia que estão acontecendo através das *parcerias* que, segundo Carvalho:

[...] é uma colaboração mútua entre organizações, empresas, comunidade, escolas, e pais. Surge quando se verifica a necessidade de colaboração para resolver problemas e/ou enfrentar desafios comuns, buscar novos horizontes e crescer juntos. No caso da escola, a parceria deve fazer parte das estratégias que compõem o projeto pedagógico. (CARVALHO, 2001, p. 86).

As parcerias público-privadas são resultantes das ações implementadas pelos governos federal e estadual, que provocam mudanças a nível municipal ou local. A criação de marcos legais para as ONGs, OSCIPs e as PPPs; a criação de legislações federais, como o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre o Plano de Metas do atual governo denominado de “Compromisso todos pela educação” e a continuidade do curso PROGESTÃO foram exemplos citados nos capítulos anteriores de ações governamentais educação da sociedade para o novo milênio. “Nota-se um crescente *chamamento à participação de organismos na sociedade civil por parte de governantes e setores da mídia*” (MELO; FALEIROS, 2005, p. 183).

Esse chamamento acontece não só na *escola*, mas também nas *empresas*, as quais convocam os funcionários e também seus familiares para serem voluntários e colaborarem com os serviços sociais prestados pela empresa a fim de alcançarem o mérito de ser considerada uma empresa com *responsabilidade social*, como é o caso da Belgo-Mineira em Minas gerais:

Partindo do princípio de que “pessoas são o maior patrimônio do Grupo-Belgo”, a empresa criou também o projeto Pró-Voluntariado, com a finalidade de *oferecer a seus empregados e familiares a oportunidade de exercerem atividade social voluntária*. O projeto é gerenciado pelos próprios voluntários, que decidem o foco e a forma de atuação. Este é considerado pela siderurgia uma “*via de mão tripla*”, pois ganham as *comunidades*, com os benefícios gerados em cada ação: *os voluntários*, que se inscrevem significativamente em suas comunidades e descobrem o “prazer de ajudar o próximo” e a *empresa*, que passa a ter uma equipe mais estimulada e consciente de sua cidadania. (TOMAZ, 2005, p. 238).

Outro grande beneficiado e que não foi citado acima é o Estado que é desonerado de muitos custos e encargos. O objetivo dessas parcerias é fazer com que outros atores sociais assumam funções na educação que antes pertenciam apenas ao Estado. Na verdade é uma parceria entre o *público e o privado*.

O termo “público”, característico do Estado de Direito, se opõe a “privado” e significa “res publica”, patrimônio e interesse coletivos que não podem ser objeto de apropriação, usufruto ou benefício particular. O público e alguns setores privados, inclusive o educacional, foram durante longo período compreendidos como estatais e o seu controle e a sua administração concebidos como campos privilegiados da ação do Estado. (GANDINI; RISCAL, 2008, p. 50)

Com a Reforma do Estado, fica denominada exclusivamente pública a organização burocrática, o Estado que se apresenta prioritariamente como arrecadador e controlador de impostos. Surge nesse contexto o público não-estatal, mas que não é responsabilidade direta

do Estado é “[...] a existência de um campo público não-estatal, no qual o Estado não é obrigado a subsidiar direitos: setores como educação, saúde, transporte, etc.” (GANDINI; RISCAL, 2008, p. 51). Exemplos de público não-estatal que se manifestam na política de parcerias são: “ONGs, Instituto Airton Senna, e projetos como Amigos da escola.” (GANDINI; RISCAL, 2008, p. 58). No entender de Sander “[...] é importante reiterar que o público não deve ser confundido com o estatal, mas deve ser concebido como o espaço dos interesses coletivos das comunidades e da sociedade como um todo” (SANDER, 2005, p. 41).

Na nova configuração do Estado, o público-não estatal deverá ser *regulado* pelo Estado por meio do gerenciamento de resultados.

É nesse sentido que a educação passa a ser entendida e, sob essa significação se apresenta, na Reforma do Estado, como um setor público não estatal. Passando a ser concebida como um serviço e sua gestão pautada pela *administração de resultados*. (OLIVEIRA; ROSAR, 2008, p. 60).

A escola pública estadual é financiada pelo poder público, ainda que precariamente, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Pública e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esse fundo é originado da arrecadação de impostos³³.

Essa verba é denominada de Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do governo federal. O PDDE teve início em 1995, atende exclusivamente as escolas públicas de ensino fundamental e prevê o pagamento de despesas com:

Manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar.
Aquisição de materiais de consumo necessários ao funcionamento da escola.
Aquisição de material permanente.
Avaliação da aprendizagem
Implementação de projeto pedagógico.
Desenvolvimento de atividades educacionais diversas. (MOREIRA, 2001b, p. 42, destaque nosso).

Embora haja essa previsão de recursos para a implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais diversas, na pesquisa realizada todos os diretores educacionais que responderam aos questionários *não recebem verbas suficientes para a execução de projetos educacionais*. E, sendo assim, conforme as legislações e treinamentos como o PROGESTÃO, já citados anteriormente, os gestores escolares buscam novas formas de financiamento para as atividades e programas educacionais:

³³ Na Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional está determinada a porcentagem de participação de cada ente da Federação. E, no Art. 69 pode-se ler: A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou leis orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

A diretora mobilizou também pais e comerciantes do bairro, conseguindo apoio para comprar equipamentos como televisão, videocassete, freezer, telefone, fogão e material didático. Juntos eles montaram barracas, em feiras agropecuárias, fizeram rifas e participaram de quermesse, festas típicas de pequenas cidades do interior. Tudo isso para arrecadar dinheiro. Os comerciantes contribuíram com doações de alimentos para as festas. (CARVALHO, 2001, p. 85, grifo nosso)

Por outro lado, as empresas, recebem o título de *Empresa Cidadã e Empresa Solidária* ao prestarem algum benefício social a comunidade. Recebem também incentivos fiscais como a Lei ROUANET, lei federal de 23 de dezembro de 1991, de incentivo à cultura, para desenvolverem projetos sociais, inclusive nas escolas. Ao adentrarem aos espaços escolares divulgam seu *marketing e produtos*, recebendo assim a contrapartida na parceria. As empresas também passam cada vez mais por avaliações de desempenho social:

Para tal, existem indicadores de desempenho social que permitem avaliar, medir auditar e, principalmente, orientar a conduta, aperfeiçoar o desempenho social e a prestação de contas das empresas socialmente responsáveis, a sociedade. (REIS; MEDEIROS, 2007, p. 20)

Na perspectiva dos sujeitos escolares a pesquisa indicou que os programas sociais apoiados por empresas introduzem no campo da discursividade administrativa e pedagógica da escola, categorias como: *lucro, eficiência, empreendedorismo, marketing, resultados e* outros que não são comuns no cotidiano escolar e, por outro lado, fazem parte do mundo empresarial. Na verdade uma nova *racionalidade* entra nas escolas advindas do modelo neoliberal. Há uma invasão de um vocabulário liberal no campo cultural. Que, segundo Rui Canário:

Atualmente, as políticas e práticas de educação escolar inscrevem-se num conjunto mais vasto e coerente de políticas de educação /formação funcionalmente subordinadas aos imperativos da racionalidade econômica dominante e, portanto às exigências de “Produtividade”, “competitividade” e “empregabilidade”. (CANÁRIO, 2006, p. 31, grifo nosso)

Existe um certo estranhamento entre os voluntários das empresas e os educadores, o que justifica procurar compreender a função social da escola e a função social da empresa no paradigma da flexibilização das relações no contexto neoliberal. Na verdade houve uma introdução de uma discursividade empresarial no campo de uma discursividade pedagógica, ou seja, houve uma invasão cultural de uma lógica empresarial no campo da lógica escolar. A escola tem uma função social de educar, moldar o cidadão. A empresa tem em sua lógica empresarial a função social de formar o consumidor.

A escola é um espaço onde se dão os processos de aprendizagem pelo qual o ser humano se apropria do conhecimento historicamente produzido ou de um conhecimento novo. A educação acontece também ao longo da vida e de diferentes formas.

O homem está constantemente aprendendo e produzindo conhecimento. A educação pode-se dar de uma forma sistematizada ou não. Quando falamos de educação formal, nos referimos à escola e a um processo de ensino-aprendizagem hierarquizado e transmitido sistematicamente.

É através do conhecimento que o homem melhora e amplia a maneira de interagir e intervir no meio em que está. É a sua curiosidade e interesse em adquirir novos saberes e produzir outros que o impulsionam a organizar o aprender.

Como manifestação presente à experiência vital a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. (FREIRE, 2001, p. 34)

Esses saberes são frutos da compreensão humana, “a compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita em todos os sentidos, de compreensões mútuas.” (MORIN, 2007, p. 104). Existem problemas existenciais que demandam maiores habilidades na vida que os conhecimentos do cotidiano são incapazes de resolver. Nesse momento é necessário buscar outro tipo de informação e aprendizado, e é aí que o conhecimento científico se faz presente. O conhecimento científico não é um acréscimo à experiência do cotidiano, é na verdade, uma explicação dessa experiência.

Os conhecimentos científicos, para serem adquiridos, precisam ser ordenados e trabalhados através do *processo ensino-aprendizagem*, para serem compreendidos pelos sujeitos: “[...] significa dizer que o saber erudito não é diretamente comunicável à população escolar, sendo modificado por meio de intercessão de dispositivos mediadores, assim como de atitudes metodológicas que o tornam *didaticamente assimiláveis*.” (CICILLINI et al., 2002, p. 57). Aí entra a *escola* com suas metodologias e práticas próprias do ensino-aprendizagem, enfim, sua *cultura organizacional*, que, segundo Entel,

Entendemos por *cultura escolar* a trama dos discursos, ações políticas, hábitos, tanto pertencentes à prática escolar cotidiana e espontânea quanto pertencentes à prática normativa escolar-regulamento, disposições, etc. Inclui todos os atores desse âmbito: estudantes, docentes, diretores, inspetores, funcionários de governo pertencentes à área da Educação, em sua peculiar vinculação com o educativo-pedagógica. (ENTEL apud CICILLINI et al., 2002, p. 46)

A escola tem uma função social própria. Essa função é determinada por sua prática, como está nos PCNs:

A prática escolar *distingue-se de outras práticas*, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer, e nas demais formas de convívio social, por constituir uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, busca eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. (BRASIL, 1997, p. 45, grifo nosso)

Para que a escola cumpra o seu papel social ainda é preciso que se garanta um conjunto de práticas e ações que vão assegurar a apropriação do conhecimento pelo aluno. Estas práticas vão *caracterizar a gestão escolar, os horários, os currículos, os planejamentos, a interação com a comunidade, a proposta pedagógica, o tempo e espaço escolar, as festas, os encontros. Daí se dizer cultura escolar*. Devemos ter o cuidado e compreender que “a escola não é apenas a mera reprodutora da cultura cientificamente produzida na academia. A escola é um local em que o Estado, a cultura e economia estão inter-relacionados” (APPLE, apud CICILLINI et al., 2002, p. 54).

É importante desenvolver habilidades de comunicação, para uma compreensão global dos interesses e necessidades dos povos, sem oprimir uns em detrimento de outros. “A educação tem, pois, uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário [...]” (DELORS, 2001, p. 49). *O conhecimento escolar precisa estar aberto a todos os tipos de conhecimentos para permitir que seus sujeitos sejam éticos, compreensíveis e abertos a uma educação planetária* (MORIN, 2007). O conhecimento escolar não pode perder a sua identidade de *catalisador de conhecimentos*, mas também não se pode render a lógica perversa do capital (MÉZÁROS, 2005). O referido autor, em seu livro *Para além do capital*, alerta para os perigos de uma educação a serviço do capital e propõe uma ruptura com a lógica do mesmo, no sentido de buscar a emancipação do trabalhador. Educação e trabalho precisam caminhar juntos numa *perspectiva emancipadora*. Ele propõe uma mudança educacional radical, o que prova que a educação está servindo como aparelho ideológico de conformação das massas.

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o *rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema*: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do *controle exercido pelo capital*, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito. (MÉZÁROS, 2005, p. 35 grifo nosso).

O cotidiano escolar está marcado profundamente pelas políticas educacionais implementadas neste limiar do século XXI. No dizer de Silva:

[...] várias propostas gestadas no processo de luta por uma escola pública de qualidade, democrática, comprometida com a formação do homem crítico, capaz de exercer sua cidadania mais livre, plural, têm sido assimiladas e ressignificadas sob uma outra lógica, a *lógica do controle do mercado*. (SILVA, 2002, p. 147).

Com o desenvolvimento da globalização, a educação está passando a ser encarada como uma mercadoria e sendo concebida “como um processo de produção para o mercado de trabalho de indivíduos “empregáveis”, “adaptáveis” e “competitivos”. (CHARLOT, apud CANÁRIO, 2006, p. 31).

Os projetos e programas destinados às escolas e financiados por empresas e organismos internacionais demonstram os interessados no desenvolvimento do mercado.

Na longa marcha do capitalismo, uma das questões centrais que se coloca é exatamente a de criar mecanismos que possibilitem ao *capitalismo controlar e dirigir o processo produtivo*, de forma que o produto desse processo, assim como a força de trabalho continuem sob seu domínio. (SILVA, 2002, p. 137, grifo nosso)

As escolas públicas ao receberem investimentos privados, ficam *constrangidas* a oferecer uma contrapartida a fim de manter o benefício. Isso pode comprometer sua prática pedagógica e seu resultado,

Se a organização aceita recursos de outras fontes, está implícito que aceita também suas condições. Isto significa que os recursos extras que a escola disporá necessariamente não serão para aprimorar ou desenvolver os seus projetos, mas para viabilizar os projetos de outras instituições... A liberdade para captar recursos de outras fontes também apresenta o risco da ingerência pedagógica e administrativa. Um exemplo disso acontece com as organizações gestoras de creches nas periferias. *Os contribuintes ou provedores indicam freqüentemente crianças pobres e superlotam as salas de aula. A entidade alega que se vê obrigada a aceitar a indicação com receio de perder o provedor*. (LORDÊLO, 2001, p. 183-184, grifo nosso)

Dessa forma, a organização escolar está vinculada aos *interesses mercadológicos*, à *gestão escolar democrática*, à *participação da iniciativa privada*, à *flexibilização das*

relações, à avaliação institucional, à avaliação do servidor; são indícios da presença de diretrizes internacionais de apoio financeiro, como do Banco Mundial, que em contrapartida exigem “reformas educativas” e adoção de elementos centrais, tais como:

Incremento do setor privado e dos organismos não-governamentais tanto nas decisões como na implementação de ações no campo da educação, apoio a programas e projetos que privilegiem reformas curriculares e estratégias de capacitação de professores e, um último elemento, que consiste numa política de financiamento da educação focalizada em determinado nível de ensino e que busque uma parceria com o setor privado. (SILVA, 2002, p. 147, grifo do autor).

Há um discurso para a aceitação das diversas culturas e processos de aculturação pelos quais as sociedades vêm passando decorrentes da globalização, com o fim de educar os *homens para serem tolerantes com o diferente*, “a educação tem, pois uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário [...]” (DELORS, 2001, p. 49). E, por mundo mais solidário significa compreender e aceitar as diversas culturas, inclusive a cultura empresarial. Cultura é todo um cabedal de valores, crenças, costumes, rituais de um determinado grupo ou povo. Segundo Santos, “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade.” (SANTOS, 1994, p. 24).

Assim, será analisada a cultura empresarial no mundo globalizado e mercadológico e sua relação com a educação.

A escola tem por função a formação do cidadão, pois, sendo “a escola estruturada pelo Estado tem objetivos próprios que a diferenciam de outras instituições” (CICILLINI, 2002, p. 38). A escola está interessada na formação desse cidadão capaz de pensar, refletir e participar da vida em sociedade, ou seja, exercer a cidadania³⁴.

Ser cidadão significa também participar da vida coletiva da comunidade, interessando-se pelos seus problemas e participando ativamente na solução dos mesmos. A escola está voltada para a formação desse sujeito, capaz de interagir e promover o desenvolvimento adequado de sua comunidade (DELORS, 2001, p. 47). É essa a função principal da escola, “o

³⁴ Entendida como titularidade de direitos civis, a cidadania refere-se ao exercício da autonomia individual e da liberdade humana das pessoas no âmbito da sociedade e das comunidades que elas integram. Entendida como compromisso político com o destino coletivo da sociedade, a cidadania refere-se à participação dos indivíduos nos assuntos públicos e nas múltiplas instâncias comunitárias e sociais. Ser cidadão, portanto, significa exercer o legítimo direito *aos benefícios da ação pública do Estado*. Ser cidadão implica ter direito à cultura e à educação, ter direito à segurança e saúde pública, ter direito à justiça, à oportunidade de trabalho e à previdência social. (SANDER, 2005, p. 39, destaque nosso).

pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, Art. 2º).

Portanto a escola também prepara para o mundo do trabalho. E, muitos parceiros da escola estão aproveitando essa “brecha” para desenvolverem projetos educacionais que incutem preparação de mão de obra qualificada e barata , como será verificado na fala dos gestores escolares.

3.2 As parcerias público-privadas na perspectiva da empresa: A flexibilização das relações

Há um paradoxo, ao mesmo tempo em que a escola prepara o indivíduo para o exercício da cidadania, como foi colocado anteriormente, prepara também para o mundo do trabalho, e este cria cada vez mais elementos de dominação e exploração do trabalhador. Esse texto procura elucidar a relação entre a empresa e a escola, no sentido de compreender a racionalidade da empresa, para que haja uma compreensão dos projetos propostos pela iniciativa privada e desenvolvidos nas escolas públicas estaduais de Uberlândia.

Para aceitação de sua lógica mercadológica, a empresa encontra formas de *disciplinar e adestrar* o funcionário para aceitar as exigências postas no trabalho. No dizer de Kuenzer:

Para isso, são acionados mecanismos de pressão externa ao trabalhador que objetivam o *seu disciplinamento* através da força e da persuasão, tendo em vista a incorporação de uma concepção de mundo, que conduza a uma ética do trabalho que privilegie os hábitos de ordem, exatidão, submissão, assiduidade, pontualidade, cuidados com o corpo, com a segurança no trabalho, com os instrumentos, com o ritmo, com a qualidade, e assim por diante. (KUENZER, 2002, p. 59, grifo nosso).

O consumismo, individualismo e a flexibilização são parte do vocabulário neoliberal e estão impregnados no campo empresarial. As empresas voltadas para a produtividade e lucro têm sua racionalidade pautada na *flexibilização* das relações, o que permite se adequar, constantemente às oscilações do mercado para acompanhar o crescimento. Com o desenvolvimento da globalização e da tecnologia houve uma aceleração nos processos de comunicação e desenvolvimento em todas as áreas e consequentemente uma grande necessidade de flexibilização das relações de trabalho e da vida moderna de forma geral.

A modernidade apresenta a *flexibilização* como característica definidora da política simbólico-cultural.

A *flexibilização* é, portanto, o elemento paradigmático definidor da condição atual da modernidade, que a distingue das formas históricas precedentes de modernização e que, grosso modo, pode ser identificado como padrão histórico-cultural próprio do neoliberalismo. (MARQUES, 2002, p. 163, grifo nosso)

A flexibilização nos modos de produção, a ressignificação das funções do Estado, o desenvolvimento das políticas neoliberais, em geral vêm moldando formas de organização, que formam um trabalhador *flexível e adaptável* às exigências do mercado. Com um discurso

voltado para uma “suposta” satisfação do trabalhador, ainda que camuflada a empresa, no dizer de Kuenzer cria:

Novas variáveis são trabalhadas pela administração: *liderança, motivação, clima organizacional, satisfação no trabalho; produtividade é considerada como função direta do grau de adaptação e satisfação do indivíduo no trabalho*, que depende também do padrão social não convencional do grupo; surge a gerência de recursos humanos com o objetivo de *adaptar o indivíduo ao modo de produção capitalista*. (KUENZER, 2002, p. 66)

Desta forma, os processos seletivos adotados para contratação nas empresas já observam os candidatos mais *flexíveis*, capazes de aprender com certa rapidez e capacidade de compreender e aceitar as normas da empresa. Ainda segundo Kuenzer:

A seleção é um mecanismo importante, na medida em que o seu objetivo é garantir um corpo coletivo de trabalho capaz de “*vestir a camisa da empresa e produzir segundo os padrões da mesma*”. A eficiência do projeto pedagógico desenvolvido é determinada, em grande parte, pela eficiência do processo de seleção. É por meio dele que se escolherão os que, independentemente de suas qualificações anteriores, sejam potencialmente educáveis. (KUENZER, 2002, p. 71, grifo nosso)

As empresas estão criando projetos específicos de voluntariados não só para o *funcionário*, mas para este e sua família usando o discurso de *responsabilidade social*, como é o caso já citado da empresa Belgo-Mineira em Minas Gerais.

O trabalho torna-se muitas vezes temporário, flexível, atípico e precário. O trabalhador é também um consumidor e precisa do emprego e dos salários para atender suas necessidades. É comum, hoje, jornadas duplas de trabalho para garantia da sobrevivência. Os direitos trabalhistas estão cada vez mais distantes do trabalhador e este passa por verdadeiros *adestramentos* para aceitação dos novos modos de acumulação capitalista.

A *flexibilização*, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. (VASAPOLLO, 2005, p. 28)

No dizer do diretor de Recursos Humanos de uma empresa de Uberlândia:

Estudiosos das megatendências mundiais vivem alertando para as transformações a que tendem as organizações na economia global. Citamos entre outros: Alvin Toffler que, em seu livro “*A Empresa Flexível*” fala de necessidade de as empresas revisarem suas premissas básicas e se prepararem para abandoná-las, se for o caso, para não se tornarem espécimes no Museu dos Dinossauros Empresariais; e John Naisbitt e Patrícia

Aburdene que, na obra “Reiventando a Empresa”, apresentam inúmeras razões e tendências que requerem mudanças radicais nas organizações, na emergente sociedade da informação. (PENHA, 2005, p. 9)

A cultura da empresa tem se caracterizado por treinamentos constantes e quebra de paradigmas, para atender ao princípio da *flexibilização*:

Assim, combinam-se novas formas de organização do trabalho que diminuem os inconvenientes de sua excessiva divisão (enriquecimento da tarefa, rotatividade interna, controle do ritmo de trabalho pelo operário) com novas formas de habitação do operário ao trabalho dividido (política de valorização de recursos humanos, benefícios, diluição do controle externo) num esforço de aparentar a democratização das relações de produção. Exploram-se os motivos econômicos, mediante altos salários, promoções recursos psicossociais, criando-se condições para que o operário se sinta *valorizado numa empresa que é parte fundamental de sua vida*. (KUENZER, 2002, p. 166)

Estas estratégias de flexibilização *mascam a contradição entre capital e trabalho* e descaracterizam a fábrica como local de exploração, pelo *ocultamento* das contradições e mostra-a como uma *grande família feliz*. No prefácio do livro *Empresa Rede* está assim parafraseado:

Para que esta nova filosofia empresarial se realize com sucesso é fundamental que cada um entenda a necessidade de uma profunda mudança cultural. Para assegurar o sucesso desse processo, o grupo definiu Princípios e Valores que vinculam indistintamente todos os associados do grupo... As transformações mais recentes confirmam, mais uma vez, que se de um lado é indispensável reconhecer e antecipar as tendências dos mercados de outro lado é importante fazer isso partindo de um modelo que valorize os Talentos Humanos, *criando uma cultura de comprometimento e uma estrutura que seja flexível frente às novas solicitações*. (PENHA, 2005, não paginado).

Para a aceitação dessas políticas, o capitalismo tem encontrado formas de educar a sociedade para atendimento aos seus interesses.

O apelo à responsabilidade social de cada indivíduo, grupo ou comunidade, ponto local da ideologia burguesa no atual processo de ocidentalização, constitui-se em importante estratégia de minimização dos efeitos de superexploração a que está submetida boa parcela da classe trabalhadora Mundial em consequência dos efeitos do desemprego estrutural e dos processos de precarização das relações e trabalho. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 38).

E isso através de políticas educativas, tendo o Estado como um aliado. Sob a hegemonia burguesa, ou seja, sob os imperativos do capital, o Estado é capaz de moldar o cidadão às novas exigências do neoliberalismo.

Sob a hegemonia burguesa, o *Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade*. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de *reajustar suas políticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista*. (NEVES, 2005, p. 26).

Vários autores (MELO, NEVES, TOMAZ), dentre outros, apontam que o Estado impulsionado pela classe burguesa cria legislações e encontra ferramentas que educam para o consenso.

O Estado redefine, ainda, suas funções, acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), *por meio da adesão espontânea (consenso)*, passiva e indireta e/ou ativa e direta ao projeto de sociabilidade da classe social dirigente. (NEVES, 2005, p. 25)

Esta é lógica da empresa, ou cultura empresarial. E, como já foi dito anteriormente, o governo de Minas Gerais normatizou e fomentou as PPPs e OSCIPs, como forma de unir o público e o privado em prol da educação. Há orientações em nível de Secretaria de Estado de Educação para que os gestores educacionais busquem e concretizem parcerias entre as escolas estaduais e empresas, universidades, ONGs³⁵, enfim com toda a sociedade.

Na relação escola e empresa em Uberlândia, tem-se observado que as parcerias estabelecidas através de projetos financiados pela iniciativa privada trazem uma racionalidade que entra em choque com a cultura escolar. Alguns dos projetos são mediados por ONGs.

Com o desenvolvimento das relações entre público e privado, pode-se observar uma *influência mercadológica muito acentuada nos projetos e propostas de ensino financiados por iniciativa privada*. A escola precisa buscar o parceiro privado e este traz consigo essa nova racionalidade (CANÁRIO, 2006), para o interior da escola.

Os projetos levam as marcas, símbolos e todo o marketing das empresas que em troca financiam o material didático utilizado no desenvolvimento dos mesmos e, com isso, as inculcações ideológicas, a dominação e alienação do futuro trabalhador. É essa a cultura da empresa parceira das escolas no desenvolvimento de projetos dentro das escolas.

³⁵ [...] expressão de amplo movimento associativo em escala planetária, que abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos que vêm atuando no desenvolvimento de projetos socioeducativos, na prestação de serviços sociais ou na assessoria a organizações populares de defesa de direitos. (RAICHELIS, 2007, p. 78). Para mais detalhes ver: CARVALHO, Maria Celeste da Silva; SILVA, Ana Célia Bahia. *PROGESTÃO: Módulo V - Como construir a convivência democrática na escola?* Brasília: CONSED; São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2001.

A seguir serão analisadas as relações entre as empresas e as escolas em Uberlândia, através dos projetos desenvolvidos.

Para essa análise, foram respondidos doze questionários por gestores e supervisores escolares da Educação Básica, com perguntas semi-estruturadas. Quatro professores coordenadores de projetos foram entrevistados para esclarecimentos sobre o tempo e espaço escolar, currículo e aproveitamento. Uma funcionária da área técnica da Secretaria de Estado da Educação que trabalha diretamente no Departamento Financeiro dessa secretaria, onde é realizada a prestação de contas do projeto PEAS também foi entrevistada e deu informações importantes para a compreensão da pesquisa. Por fim, foi entrevistada a Superintendente Regional de Ensino de Uberlândia para esclarecimento sobre a política desta Superintendência em relação às *parcerias entre o público e o privado*.

Para melhor esclarecimento de como os projetos acontecem na Educação Básica, mais especificamente no Ensino Fundamental, serão esclarecidos como a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais tem orientado sua condução.

3.3 As parcerias público-privadas na perspectiva dos gestores públicos: a pedagogia de projetos

Conforme exposto anteriormente, Minas Gerais avança na administração pública gerencial, no que se refere à busca por resultados positivos, envolvimento dos diversos setores da sociedade e flexibilização da gestão (VILHENA, 2006). Essas políticas administrativas permitem a mensuração dos resultados e o desenvolvimento da competitividade entre escolas.

Nas avaliações da Educação Básica pelo Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) os resultados obtidos por cada escola possibilitam também a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG) conhecer o perfil das escolas, sua clientela, contexto no qual está inserida, perfil dos professores, inclusive se a escola está em área de vulnerabilidade social.

Para atendimento das demandas surgidas, uma das alternativas encontradas pela SSE/MG é a pedagogia de projetos apoiada pela iniciativa privada e pela comunidade. Segundo informação contida no site oficial da SEEMG e ofícios recebidos da Superintendência Regional de Uberlândia, existem *projetos* educacionais para o Ensino Fundamental que estão sendo desenvolvidos em *parceria* com outras entidades não governamentais e empresas para o combate à exclusão social e violência na escola.

Esses projetos são de intervenção para atendimento à clientela mais pobre, as escolas consideradas vulneráveis e para atendimento de alunos com dificuldades mais acentuadas. Dentre esses projetos destacam-se o “Escola Viva, Comunidade Ativa”, com outros subprojetos como o “Aluno de Tempo Integral” e “Abrindo Espaços” e o PEAS (Programa Afetivo Sexual).

Os projetos estão organizados em PROJETOS ESTRUTURADORES E PROJETOS COMPLEMENTARES. Como projetos estruturadores estão:

- Escola Viva, Comunidade Ativa
- Escola de Tempo Integral
- PROMÉDIO
- Programa de Educação Profissional
- Acelerar para Vencer
- SIMAVE
- Desempenho e Qualificação de Professores
- Novos Padrões de Gestão e Atendimento

Os outros projetos foram denominados de complementares, que são:

- Projeto de Valorização da Cultura Afro-Brasileira
- Projeto Incluir
- Ensino fundamental de 09 anos
- Programa de Intervenção Pedagógica
- PEAS - Juventude-Programa Educacional de Atenção ao Jovem
- Escolas em Rede³⁶

Serão comentados aqui apenas os projetos que foram citados pelas escolas pesquisadas e que dependem de parcerias com a iniciativa privada para a sua execução. Como o “Escola Viva, Comunidade Ativa”, “Abrindo Espaços” e PEAS.

Esses projetos foram organizados pela SEE, em parceria com a UNESCO, CRISPC (Centro de Criminalidade e Segurança Pública), Valores de Minas Gerais, Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, Projeto PROCON Mirim, Rede Cidadã, dentre outros.

Na fala da secretária de educação Vanessa Guimarães: “A finalidade é tornar as escolas públicas melhor preparadas para atendimento da clientela mais afetada pelos fenômenos da violência e da exclusão social, e criar condições indispensáveis para que se efetive o processo educativo”³⁷

O PEAS é um projeto da SEE que está sendo desenvolvido em parceria com empresas locais. A SEE dá orientações gerais e acompanhamento além de uma verba de R\$6.000,00 anuais. O restante deverá ser complementado através de parcerias em cada localidade. As escolas são incentivadas a dar continuidade na busca dessas parcerias para o desenvolvimento do mesmo. O PEAS é um projeto de protagonismo infanto-juvenil e tem a pretensão de despertar nos adolescentes e jovens uma maior perspectiva de vida.

O PEAS Juventude está presente em 213 municípios mineiros, com atendimento a 400 mil estudantes do Ensino Médio e 150 mil do Ensino Fundamental. Em 2008, a Secretaria de Estado de Educação investiu R\$2,52 milhões nas 423 escolas estaduais participantes. O programa é considerado um instrumento de formação dos jovens por estar estruturado a partir de uma visão afirmativa da juventude. O foco é o jovem como fonte de soluções, de iniciativas, de compromisso e soluções para a sua comunidade. O objetivo central é a promoção do desenvolvimento pessoal e social do adolescente através de ações de caráter educativo e participativo. Inicialmente voltado para a temática da sexualidade, hoje o seu foco é o protagonismo juvenil e é dividido em três importantes áreas temáticas: sexualidade e afetividade;

³⁶ Mais informações no sítio eletrônico: <<http://www.portaleducacao.mg.gov.br>> Acesso em: 05 out. 2009

³⁷ Para mais detalhes acessar: <<http://www.portaleducacao.mg.gov.br>>

adolescência e cidadania; mundo do trabalho e perspectiva de vida. (MINAS, 2009)

Para o apoio e instrumentalização do projeto, essas escolas recebem orientações e acompanhamento para o seu planejamento denominado de PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional). O projeto “ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA” está regulamentado pela Resolução SEE nº 416/03 Art. 1º:

Fica instituído o Projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa” – Apoio às escolas, área de risco social, destinado a tornar as escolas melhor preparadas para necessidades educativas das crianças e jovens mais afetados pelos fenômenos da violência e exclusão social e proporcionar a tranquilidade e as condições para que o processo se realize com sucesso.

O projeto está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e procura dar respostas de como tornar a escola mais integrada à vida da comunidade, tornar o ambiente escolar um espaço de convivência mais saudável, promovendo o atendimento pedagógico adequado à população. Para isso prevê abertura das escolas em finais de semana e extra-turno com atividades diferenciadas de cultura, artes, esportes, dentre outros.

O documento legal deixa clara a intenção do governo de que a escola deverá buscar parcerias para a sustentação do projeto. No Art. 4, § 1º ao 3º, se lê:

§ 1º - O Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional – PDPI, previsto no Projeto, deverá ser elaborado pela escola com ampla participação da comunidade, aprovado pelo Colegiado Escolar e homologado pela SEE.

§ 2º - O PDPI deverá conter um plano de abertura da escola em finais de semana e em períodos de férias, para interação com a comunidade e explicitar **as parcerias que ajudam a viabilizar e sustentar o seu plano de desenvolvimento pedagógico e institucional.** (grifo nosso)

§ 3º - A SEE implantará um sistema de apoio às escolas para elaboração e implementação do seu PDPI.

Na verdade, aumenta-se o serviço, as responsabilidades e compromissos locais, sem aumentar a remuneração e o número de funcionários.

Além dos projetos propostos pela Secretaria de Estado da Educação, as escolas têm a liberdade de estabelecer parcerias com ONGs, empresas e associações para o desenvolvimento de projetos educacionais.

O Projeto Abrindo Espaços faz parte do “Escola Viva, Comunidade Ativa” e se caracteriza por proporcionar espaços nos finais de semana para a prática de esportes danças e outras atividades culturais com jovens em comunidades consideradas de risco social. Este programa faz parte das ações da UNESCO:

Desde 2000, escolas públicas localizadas em regiões que apresentam elevados índices de violência têm sido selecionadas para integrar o que no Rio de Janeiro é conhecido como Programa Escolas de Paz e, em Pernambuco, Programa Escola Aberta.

Em Minas Gerais recebe o nome de ABRINDO ESPAÇOS na ESCOLA VIVA, pelo fato de estar orgânica e harmonicamente incorporado ao conjunto de ações deste projeto. A execução do Abrindo Espaços inaugura parceria entre a UNESCO e a SEEMG, na atual administração do Governo do Estado de Minas. (MINAS, 2009)

Há também o PROERD - Programa de Combate às Drogas que é destinado aos alunos do 5º e do 7º ano do Ensino Fundamental de 9 anos. Este programa é da Polícia Militar, que o desenvolve na escola, e do Governo de Minas Gerais. Os professores não trabalham com este projeto, sendo que a escola só cede os horários para que um militar ministre as aulas.

Há muitos outros projetos que chegam às escolas sem orientações via secretaria ou superintendência de ensino (cursos de informática, e muitos outros) que chegam às escolas através de correio, sem que os órgãos centrais tomem conhecimento e que dependem de parcerias com a iniciativa privada. Na fala da superintendente de ensino:

Estas *parcerias* para o desenvolvimento de projetos são estabelecidas diretamente com o diretor da escola. O diretor procura a empresa ou esta procura a escola. Não há necessidade de ser via SRE. É preciso haver liberdade para que escola e empresa se ajudem mutuamente.

Serão apresentados aqui os projetos que foram citados pelos sujeitos envolvidos e que recebem apoio da iniciativa privada.

- SEMEANDO: Programa de Educação Ambiental. Em 2008 foram atendidos mais de 3 milhões de alunos do ensino fundamental, em 853 municípios. Parceiros: FAEMG, SENAR, SEBRAE, SICOOB, BUNGE, UNDIME, dentre outros.
- ZAPe – VIRTUDES EMPREENDEDORAS: Este projeto foi desenvolvido com alunos do segundo grau, figurou nesta pesquisa pelo fato de ter sido citado por diretores que apontam pontos positivos e negativos importantes.

O Iamar - Instituto Alair Martins iniciou em 2007 a implementação do Programa ZAPe –Virtudes empreendedoras, que tem o objetivo de contribuir para que os jovens desenvolvam uma visão cada vez mais empreendedora da vida nos âmbitos pessoal, social e produtivo adquirindo os instrumentos vitais (virtude e competências) para torná-la realidade. (Agenda Iamar, 2008)³⁸.

³⁸ Mais informações disponíveis em:

<http://www.iamar.org.br/site/index.php?acao=inc_projeto_detalhe&ind_acao=0&cod_projeto=156>. Acesso em: 06 maio 2009.

- **VANTAGENS DE PERMANECER NA ESCOLA:** Também desenvolvido pelo Instituto Alair Martins para os alunos do 9º ano.

O Instituto Alair Martins, em parceria com a Junior Achievement de Minas Gerais, realiza o programa que objetiva integrar o conceito de empregabilidade ao conceito de educação, estreitando a relação entre a educação e a qualificação. O projeto promove a troca de experiências e a criação de multiplicadores com sinergia entre o Grupo Martins e os jovens envolvidos mediante a troca de experiências pessoais e profissionais dos colaboradores voluntários do Grupo Martins. (Agenda Iamar, 2008).

- **EDUCANDO:** O projeto Educando é realizado pelo EmCantar, organização não governamental sem fins lucrativos, cujo foco é a educação e tem o objetivo de contribuir para uma formação humanizadora de crianças e adolescentes.

O Educando é desenvolvido em parceria com o Instituto Algar e apoio das empresas ENGESET e ABC Inco, ambas do grupo Algar. É realizado em parceria com dez escolas públicas em Uberlândia e no Triângulo Mineiro.

- **MEIO AMBIENTE - Carrefour:** Em 2007 o Carrefour proporcionou apresentações de maquetes e oficinas com o tema meio ambiente na entrada loja em Uberlândia, em comemoração ao dia mundial de Meio Ambiente. A escola vencedora da maquete foi a Escola Estadual Sete de Setembro que ganhou um DVD.
- **CAFÉ NA MERENDA, SAÚDE NA ESCOLA - Café Cajubá:** O Projeto consiste na distribuição do café com leite para os alunos, além de atividades educativas sobre o consumo do café.

O Projeto “Café na Merenda, Saúde na Escola” é uma iniciativa da ABIC e já foi implantado também na Escola Estadual Bom Jesus, de Uberlândia, pela Icatril, indústria que fabrica o Café Cajubá. “Já temos diversas empresas com o processo de adesão em andamento e nos próximos anos certamente o programa estará beneficiando milhares de crianças por todo o Brasil”, disse Nathan Herszkowicz. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ, [200-])

- **PROJETO CALU CONTANDO HISTÓRIAS:**

A Calu conta com três projetos de responsabilidade social. Todos têm cunho educativo e procuram despertar nos alunos da rede pública de ensino a criatividade, literatura, teatro e desenho, além de levar importantes informações sobre a cadeia produtiva do leite. (CALU, [2000-])

- 100 ANOS DA ABOLIÇÃO E DAÍ?: Consiste na pesquisa das histórias de Uberlândia e escrita pelos alunos em forma de dissertações sobre a temática. A melhor dissertação e desenho de cada escola são enviados e posteriormente é montado um livro. Em 2008, o tema foi a abolição da escravidão. Parceiros: BMG, IAF, FIEMG, Mota Serviços, INDERC, COAFRO, 36º Batalhão de Polícia.
- HISTÓRIA DA NOSSA TERRA – Algar: O Grupo Algar desenvolve projetos voltados para a leitura, escrita e oralidade de alunos do Ensino Fundamental. Para isso conta com parceiros voluntários da própria empresa.
- FESTIPOLI: Criação de paródias pelos alunos e apresentações a comunidade local. Realização: E.E. Guiomar de Freitas Costa. Parceiros: SEBRAC, SENAI, SIS Informática, Pratick e Bit Company, dentre outros.
- DIA CULTURAL: UFU, Horto Municipal, Comércio do bairro.
- JOGO LIMPO: NOSSA ESCOLA MAIS LIMPA E MAIS LINDA: Projeto de educação socioambiental, para alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. Realização: E.E. Sete de Setembro. Parceiros: Instituto Alair Martins, OPA, Security, Boticário, LUZMAQ, Construtora Sodeste, CAIXA, Gráfica Cortes, Acrilminas, Uberlândia Refrescos, Carrefour Uberlândia.
- P.E.A.S: Programa afetivo sexual da SEE, para alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e 2º Grau. SENAC, CDL, UNITRI e empresas de cada localidade.

Todos os entrevistados listaram benefícios das parcerias entre empresas e escolas, tais como:

“Estimula o aluno a participar de tarefas novas”.

“Contribui para a reflexão do aluno com temas referentes ao seu futuro (*empreendedorismo*)”

“Conscientiza os alunos quanto à necessidade de educação, do quanto a escola é importante”

“Acho que os benefícios são muitos, porque só o estado não oferece muita coisa, principalmente quando a gente quer fazer algum concurso como o Festipoli, a gente tem um gasto às vezes com premiação com os alunos que acaba servindo como incentivo, e o estado não oferece isso, então o privado oferece premiações, esse ano a gente teve muitas bolsas de estudo, de informática, então é muito interessante.”

Nas falas dos entrevistados e nos questionário pode-se perceber que é sentida uma *diferença* entre a escola e a empresa, no que se refere a organização de eventos e padrões de qualidade de materiais didáticos e pedagógicos:

“Semana passada a gente teve uma palestra lá no Center Convention, oferecida pelo Martins, dois palestrantes da USP, e outro super importante, o currículo do homem assim... fez pós-graduação na França, conhece todos os ministros, todas essas áreas assim, e essa palestra a gente só pode ir por causa do ZAPe, então assim, só foram os professores que aplicam o ZAPe e a gente deu oportunidade para alguns alunos, então tudo super chique, os meninos ficaram maravilhados. As palestras eram excelentes. O *privado* é *diferente do público*, ele tem essa preocupação de agradar porque é o nome dele.”

Também na prestação de contas foi apontada uma desvantagem do público em relação ao privado na fala de uma funcionária técnica da S.E.E e coordenadora do programa PEAS, responsável direta na administração financeira desse programa:

“O que eu acho é que o poder público tem limitações tanto financeira quanto administrativa, a própria prestação de contas, a própria estrutura. A máquina administrativa não permite ações que o poder privado pode fazer, então eu acredito que essa parceria é super bem vinda”.
 “A escola ganha porque diminui a burocracia e a empresa ganha incentivo fiscal como empresa cidadã.”

A escola de qualquer jeito ganha. Qualquer ajuda é bem vinda, nesse ponto ajuda a escola a elevar o nome e fazer melhorias.

“Eu não posso te falar uma parceria que nós temos, lá não existe uma parceria que contribui com isso e tal, nós já ganhamos, por exemplo, a biblioteca do Lions Clube, os alunos adoram porque tem a bibliotecária, ela separa os livros e leva pra eles. Eles doaram os livros, as estantes, mas assim, é uma doação não uma parceria. Até então porque a gente não conseguiu, mas a gente luta. Igual assim, o mobiliário que a gente tem é todo de doação, semana passada ganhamos da defesa federal, mas é tudo doação”.

No caso do FESTIPOLI “Porque desenvolve no aluno a capacidade de criar a letra da paródia, cantá-la. Desenvolve a dança, estimula a auto-confiança, a representação em público, além das parcerias criadas”.

Ao analisar a fala dos entrevistados foi percebido um certo encantamento em relação a dinâmica de trabalho:

“A empresa tem outra forma de ver as coisas. *Trabalha muito o empreendedorismo. Usa a mídia, o jornal o marketing. Esse dinamismo precisa acontecer também na escola.* O professor precisa deixar de ser tecnicista. Precisa trabalhar com os alunos no grupo, explorar mais a tecnologia, preparar o aluno para um mundo competitivo. A escola recebe materiais didáticos e pedagógicos muito bem elaborados.”

Uma diretora citou também a possibilidade de ampliação de outras perspectivas: “*Envolvimento com os outros setores da sociedade, ampliação de horizontes e compromisso*”.

Em todas as respostas foram detectados aspectos muito positivos, de certa forma dinamiza o trabalho escolar, traz outras idéias e valores presentes na cultura da empresa.

Apenas seis entre os entrevistados que responderam o questionário, se posicionaram afirmativamente em relação a aspectos negativos ou fizeram algumas ressalvas em relação ao desenvolvimento dos projetos financiados por empresas.

“Não vejo nada de negativo. É preciso ter um cuidado a partir do momento que eu chego pra sua escola, e eu falo que vou dar um curso para um menino. Então depende da filosofia. O que eu vejo que pode ser negativo é falar assim, a empresa vai chegar na sua escola e vai dar um curso de caixinha e depois todo mundo vai estar empregado. É a venda de uma proposta que não é verdade, é ilusão, então isso eu acho negativo, porque por exemplo, esses cursos de informática que chegam na sua escola e falam que eu vou dar um curso de informática ou secretariado e vou fazer um preço mais barato. Porque as pessoas podem entrar com o capital também, eu vou dar o local, o material e o treinamento. É muito comum, tá na mídia. Mas depois os alunos vão pagar R\$ 20,00 para fazer o mesmo curso, depois as empresas vão contratá-los, as empresas vão contratar os melhores alunos. É ilusão, é mentira, mas tem outro lado também, dependendo é melhor fazer isso do que não ir. Às vezes não tem um curso. Você tem que pensar. É melhor todo mundo fazer o curso do que ficar sem fazer nada. Tem que ser claras as regras do jogo. Isso tem que ser uma coisa muito clara não pode ser uma palavra que possa gerar outro tipo de entendimento.”

Outra diretora esclareceu sua preocupação em relação ao Projeto ZAPe: “A escola fica conveniada, *oferecendo mão de obra barata*”. Na fala de alguns diretores, “a empresa estipula prazos que a escola não consegue cumprir”, demonstra autoritarismos e falta de respeito com os professores:

“Causa stress devido ao conteúdo extenso e os prazos para cumprir capacitação em fins de semana, coordenador arrogante”.
 “Interesse mercadológico de divulgação e projetos, marketing da empresa”.
 “[...] às vezes só recebemos o material pelo correio sem um contato direto, sem capacitação. Nos oferecem prêmios para desenvolvermos seus projetos.”

Na fala da superintendente de ensino, ela reconhece a dificuldade da escola em cumprir com as exigências: “O pessoal do estado é muito escasso e duas escolas, por exemplo, foram *tiradas* do projeto EDUCANDO, por não darem o retorno esperado. Isso é negativo.”

Apenas duas de todas as escolas entrevistadas escreveram projetos e buscaram parcerias para sua realização. Em todas as escolas pesquisadas nos últimos dois anos desenvolveram projetos financiados por empresas privadas.

Percebeu-se pelos questionários e entrevistas que os projetos de maior alcance foram aqueles em que a escola recebeu treinamento, materiais e que duraram por um período superior a um ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais retomo o poema de Bertolt Brecht, “O analfabeto político”. Eugen Berthold Friedrich Brecht é um dos autores alemães mais importantes do século XX. De formação marxista, Bertolt Brecht dava grande importância à dimensão pedagógica das suas obras de teatro: contrário à passividade do espectador, sua intenção era formar e estimular o pensamento crítico do público. Nasceu em 1898 e faleceu em 1956.

Ao me deparar com o referido poema, pude constatar que tempos atrás, em períodos de grandes turbulências como a Segunda Guerra Mundial, existiam intelectuais como Bertolt Brecht, que de forma pedagógica e didática procurava através do teatro instruir e alertar as pessoas a respeito de fatos cotidianos que eram direcionados politicamente e que influenciavam a vida dos cidadãos.

Ao iniciar esta pesquisa estava fascinada pelas parcerias público-privadas, acreditava na boa vontade dos empresários e via esta relação como promissora. Aos poucos fui experimentando decepções, uma após outra, mal-estar ou preocupações sobre fatos que não conseguia explicar. Com certeza também há avanços nessa relação e possibilidade de crescimento, desde que os educadores, assim como eu, procurem mudar a visão ingênua e procurem se colocar de forma mais técnica e profissional.

No decorrer do trabalho pude compreender a *lógica capitalista* que impulsiona os mercados, mercantilizando também a educação; o *espírito autoritário das empresas* e a falta de sintonia entre a *cultura escolar e a cultura da empresa*.

Ao conversar com pedagogos e coordenadores de projetos, muitos demonstraram um mal-estar e um certo desconforto em relação às parcerias, que ao serem confrontados através da entrevista gravada, não demonstraram tranquilidade em responder e algumas vezes mudaram o discurso, o que mostra que existe uma certa insegurança em relação às parcerias com o setor privado. Como foi colocado nos documentos analisados anteriormente, há uma preocupação dos governos em estimular a mobilização social para a melhoria da qualidade da educação e se, por um lado, o Estado está diminuindo suas funções, e por outro, já existem parcerias que deram certo, parece que o momento é de uma certa prudência.

Em relação à cultura da empresa e a cultura da escola, pude observar que os projetos acontecem muito de improviso, não estão, na maioria das vezes, relacionados ao Projeto Político Pedagógico da escola, porque a empresa depende de recursos e interesses internos e externos para a continuidade dos mesmos.

A empresa, pelo que foi constatado na pesquisa, dificilmente financia projetos educacionais elaborados pela escola, ela cria seus próprios projetos com sua metodologia, tempo determinado de execução, culminância e avaliação. A escola que aceita, aceita também as orientações. O que muitas vezes traz muitos conflitos, devido à agenda apertada em que a escola trabalha, a sobrecarga de professores e falta de especialistas para mediar esta relação.

Não podemos esquecer que a escola também prepara para o mundo do trabalho, pois cidadania significa também ter direitos, direito à vida, ao lazer, à saúde, e à própria educação. Isto perpassa por trabalho digno, livre da exploração capitalista. É preciso que o cidadão seja formado para exercer sua cidadania. Os conhecimentos adquiridos na escola devem conduzi-lo a uma libertação e a uma relação saudável com o trabalho.

O trabalho faz parte da vida de qualquer sociedade, o emprego é essencial, é importante compreender isso. A educação não pode estar à margem ou se alienar desse conhecimento. Contudo é imprescindível que a educação, como diz Mézáros (2005), não esteja a serviço do capital, mas que consiga romper com a lógica deste. Para ele, o “capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível” (p. 27).

A educação infelizmente muitas vezes está a serviço da reprodução social dos interesses dominantes: “Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (Ibidem).

No decorrer desta pesquisa pude confirmar o suposto inicialmente de que o Estado passa por uma reconfiguração no que se refere ao seu papel. Diversos autores (CARDOSO, CANÁRIO, PIMENTA, LORDELO, MELO, OLIVEIRA) falam de um Estado mais enxuto, flexível, menos provedor. “Parece ser cada vez mais comum a idéia de que vivemos no Brasil um crescente desajuste e, mais que isso, um acentuado declínio das funções do Estado e da administração pública” (COUTINHO, 2003, p. 956).

Diante desse discurso o Brasil, através do Ministério da Reforma do Estado, adota uma administração gerencial baseada em resultados. Na verdade, o país passa a atender as políticas neoliberais de atendimento ao capital e passa a ser mínimo em relação às políticas públicas. Daí todo o discurso na educação de parcerias entre empresas e escolas, voluntariados, ONGs, OSCIPs, como forma de suprir as demandas da sociedade.

A participação das empresas nas escolas pesquisadas não foi somente de apoio financeiro, quando chegou a acontecer, mas de *envolvimento*. A escola abre as portas para receber os voluntários (funcionários explorados pelas empresas), que na maioria das vezes não têm preparação adequada para lidar com alunos, nem com o tempo e espaço escolar, o

que provoca, por um lado, um certo estresses, mas por outro, traz contribuições de inovações de formas de aprender, tais como uso de cartilhas e folders muito bonitos, linguagem diferente da cultura escolar, eles estão sempre muito bem vestidos, o que reforça a idéia de marketing pessoal também.

Os alunos, por meio de projetos educacionais como o ZAPe e Vantagens de Permanecer na Escola, são influenciados a serem futuros funcionários do grupo ALGAR. O que na verdade camufla um marketing entre os jovens e a empresa consegue mão-de-obra barata e muito bem qualificada.

A exemplo do que já vivenciei com o projeto Jogo Limpo, da pesquisa realizada e de muitas entrevistas, bate-papos e leituras, posso concluir que a educação deve ser como coloca Paulo Freire: *emancipatória, libertadora e não alienante*. É preciso ampliar a discussão sobre o assunto nas escolas, encontrar consensos entre iniciativa privada e educação. *A escola precisa pensar o projeto e buscar parceiros para financiar e apoiar o seu desenvolvimento* e analisar com muita cautela todos os pontos positivos e negativos, a fim de evitar manipulações e constrangimentos.

Em relação aos projetos propostos pela empresa, quem tem autoridade para avaliá-lo é a escola através de seus profissionais e, a meu ver, devem estar muito claros na Proposta Pedagógica.

É preciso tomar cuidado com a forma autoritária de colocação de alguns parceiros e, sobretudo, observar os ganhos para o aluno, para o seu crescimento pessoal, sua libertação como ser humano autônomo e independente. A empresa vê muitas vezes a escola pública como pobre e carente de seus recursos, daí ela se coloca como provedora de determinadas necessidades e se torna autoritária. Na verdade, a escola é *parceira* porque contribui também com a empresa na divulgação de sua marca e de seus produtos.

Educadores politicamente alfabetizados conseguem fazer uma leitura mais abrangente de seu contexto no sentido de promover uma educação de qualidade capaz de promover o ser humano e fugir de armadilhas ideológicas, que estão a serviço do capital ou de interesses dominantes.

Compreender meu contexto político e o que está subjacente a cada proposta e projeto agora fazem parte de minha filosofia de vida. Com certeza nunca mais vou ensinar para as crianças que o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, era pobre e doente, apenas porque andava descalço, tinha vermes e era preguiçoso, mas também porque no país do Jeca Tatu, não existiam políticas públicas adequadas para o homem do campo e que, com certeza ele era um analfabeto político.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Org.). *O público e o privado na educação; interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

AÉCIO Neves. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A9cio_Neves>. Acesso em: 20 maio 2009.

AGENDA IAMAR, 2008. Disponível em: <http://www.iamar.org.br/site/index.php?acao=inc_projeto_detalhe&ind_acao=0&cod_projeto=156>. Acesso em: 18 abr. 2009.

ANASTASIA, Antônio Augusto. Antecedentes e origem do Choque de Gestão. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. Disponível em: <http://www.abic.com.br/prog_merenda_empresas.html> . Acesso em: 25 abr. 2009.

ATHAYDE, Luiz Antônio et al. Parcerias público-privadas. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 1997.

BIACHETTI, R. G. O modelo neoliberal e as políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

BIRD vê MG um como exemplo de gestão. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, [200-]. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/noticia.asp?url=acaog001.asp%20&data=14082008>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasilense, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*; introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Decreto nº 6094/2007, de 24 de abril de 2007. *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Casa Civil, subchefia de assuntos jurídicos, 2007.

CALU. [200-]. Disponível em : <<http://www.calu.com.br>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

CANÁRIO, Rui. A Escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n. 1, p. 27-36, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=1&id=15>>

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.consed.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009

CAPRA, Fritjof et al. *Alfabetização ecológica*; a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultix, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra Brasil*; proposta de governo. Brasília: [s.n.], 1994.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva; SILVA, Ana Célia Bahia. *PROGESTÃO*: Módulo V - Como construir a convivência democrática na escola? Brasília: CONSED; São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2001.

CARVALHO, Ana Maria Coelho; RODRIGUES, Jane de Fátima Silva; LIMA, Samuel do Carmo. Manual do Facilitador. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2001.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de; Guimarães, Iara Vieira; SILVA, Rita Elizabeth Dorso Pereira da. Caderno de Geografia/Ciclo Básico e Intermediário/Séries Iniciais do Ensino Fundamental. SEE/MG, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo?* São Paulo: Brasiliense, 2005.

CHINI, Maria Aparecida de Lima; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. O currículo básico para escola pública do Paraná e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: LIMA, Antônio Bosco de; VIRIATO, Edaguimar Orquiza; SCALCON, Suze (Org.). *Políticas educacionais dos anos 80 e 90; fundamentos e perspectivas*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

CICILLINI, Graça Aparecida. Conhecimento científico e conhecimento escolar: Aproximações e distanciamentos. In: CICILLINI, Graça Aparecida; NOGUEIRA, Sandra Vidal. *Educação Escolar: Políticas saberes e práticas pedagógicas*. Uberlândia: EDUFU 2002.

CRAWCZYK, Nora Rut. Em busca de uma nova governabilidade na educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DELORS, Jaques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Brasília, DF: MEC: UNESCO; São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Educação: um tesouro a descobrir – 6ª Edição* – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DOMINGUES FILHO, João Batista. *Planejamento governamental e democracia no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

DUARTE, Kênia. Acordo de resultados. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sandra Aparecida. A gestão da educação como setor público não-estatal e a transição para o estado fiscal no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIMARÃES, Tadeu Barreto; ALMEIDA, Bernardo de. O duplo planejamento. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

GUTIÉRREZ, Francisco. Ecopedagogia e cidadania Planetária. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008 (Guia da Escola Cidadã).

IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais. *BIRD vê MG como exemplo de gestão*. Belo Horizonte: IOMG, 2008a. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/noticia.asp?url=acaog001.asp%20&data=14082008>>. Acesso em: 15 ago. 2008

_____. *Aécio mostra Choque de Gestão em Goiás*. Belo Horizonte: IOMG, 2008b. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/noticia.asp?url=acaog001.asp%20&data=11042008>>. Acesso em: 11 abr. 2008

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da fábrica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INSTITUTO ALAIR MARTINS. Disponível em: <http://www.iamar.org.br/site/index.php?acao=inc_projeto_detalhe&ind_acao=0&cod_projeto=156>. Acesso em: 5 jun. 2009.

LEMOs, Carolina. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

LIMA, Antônio Bosco de; VIRIATO, Edaguimar Orquiza; SCALCON, Suze (Org.). *Políticas educacionais dos anos 80 e 90: fundamentos e perspectivas*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

LIMA, Kátia Regina de Souza; SILVA, André Martins. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Publicização da gestão escolar: descentralização radical, privatização ou irresponsabilização do Estado? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre, ano 2, v. 17, p. 171-186, jul./dez. 2001.

LUCK, Heloísa et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MACEDO, Ubiratan Borges de. *Liberalismo e justiça social*. São Paulo: IBRASA, 1995. v. 44.

MARQUES, Mara Rúbia Alves. Políticas Públicas e práticas escolares nos programas de formação docente. In: CICILLINI, Graça Aparecida; NOGUEIRA, Sandra Vidal. *Educação Escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas*. Uberlândia: EDUFU, 2002.

MELO, Adriana Almeida Sales de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005a. p. 69-82.

MELO, Marcelo Paula de; FALEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005b. p. 175-192.

MÉZÁROS, Istiván. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAS GERAIS. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Órgão Oficial dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, ano CXVI, n. 67, sexta-feira, 11 abr. 2008.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. PROCAP - Programa de Capacitação de Professores. Fase Escola Sagarana. Fundamentos da Prática Pedagógica. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Escola Sagarana; educação para toda a vida com dignidade e esperança. 2. ed. rev. e ampl. ago. 2001a. Suplemento especial.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. [Ofício Circular nº 008]. Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2008. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E

FUNDAMENTAL. [Circular Nº 067/2008]. Belo Horizonte, 12 de março de 2008a. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. [Circular Nº 101/08]. Belo Horizonte, 15 de abril de 2008b. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. [Circular Nº 07/2009]. Belo Horizonte, 15 de abril de 2008c. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. Portal da Educação. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://portal.educacao.mg.gov.br/webdtec/>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

MINAS. Imprensa Oficial. Aécio mostra Choque de Gestão em Goiás. Noticiário, Belo Horizonte, [200-]. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/noticia.asp?url=acaog001.asp%20&data=11042008>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

MINAS. Secretária de Estado de Educação. Portal da educação. *Governo de Minas comemora resultados da educação*. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/imprensa/noticias/233-governo-de-minas-comemora-resultados-da-educacao>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

MINAS GERAIS. SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS. Portal. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

MIORIM, Antônia Luisa, MARQUES, Mara Rúbia Alves; GONÇALVES, Sônia Aparecida Silva. *Guia Geral de Estudos*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2001.

MOREIRA, Elizete Maria da Silva. *Saber cotidiano e saber não-cotidiano*. Uberlândia: UNIT, 2001a. (mimeo).

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque; José Roberto Rizzotti. *PROGESTÃO: Módulo VI - Como gerenciar os recursos financeiros?* Brasília: CONSED; São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2001b.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez Brasília, DF: UNESCO, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PACTO de Minas pela educação. Secretaria Executiva do Pacto de Minas pela Educação. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/pop/rrppgovernamentais/1994_03.htm>. Acesso em: 11 abr. 2009.

PENHA, Cícero Domingos. *Empresa Rede; o modelo de gestão de talentos humanos do Grupo Algar*. 8 ed. Uberlândia: Unialgar, 2005.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 32 n.5, p. 173-199, set./out. 1998.

PROJETO Jogo Limpo. Uberlândia: OPA, [200-]. Disponível em: <<http://www.opa.org.br/jogolimpo/portal/>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social; caminhos da construção democrática*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. O público e o privado na educação profissional: as políticas do MEC. In: ADRIÃO, Tereza; PERONI, Vera (Org.). *O público e o privado na educação; interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

REIS, Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores de desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Atlas, 2007.

REZENDE, Maria Efigênia Lage; FONSECA, Selva Guimarães, COSTA, José Raimundo Lisboa; VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Cadernos de História - Séries Iniciais do Ensino Fundamental*.

REVISTA GESTÃO EM REDE. Edição Especial. Disponível em: <<http://www.consed.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

SANDER, Benno. *Políticas públicas e gestão democrática da educação*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Os arautos da reforma e consolidação do consenso: ano de 1990. In: _____. *Política Educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã, 2004.

SILVA, Jefferson Ildefonso da. As raízes epistemológicas do mito. *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, UFU, v. 14, n. 27/28, p. 145-158, jan./jun./dez. 2000.

SILVA, Jomara. Avaliação de desempenho individual. In: VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Organização do trabalho escolar e as políticas educacionais no limiar do século XXI. In: CICILLINI, Graça Aparecida; NOGUEIRA, Sandra Vidal. *Educação Escolar: políticas, saberes e práticas pedagógicas*. Uberlândia: EDUFU, 2002.

SOMMERVILLE, Glenn. Líderes do G20 prometem agir, apesar de divisões. *Jornal eletrônico globo.com*. Mundo, 14 nov. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,MUL863126-5602,00-LIDERES+DO+G+PROMETEM+AGIR+APESAR+DE+DIVISOES.html>>. Acesso em: 15 nov. 2008

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA-MG. DIRETORIA EDUCACIONAL-DIRE. DIVISÃO DE EQUIPE PEDAGÓGICA-DIVEP.

[CIRC/DIVEP/DIRE nº 76]. Av. Comendador Alexandrino Garcia, 2689. B. Marta Helena, Uberlândia-MG, 18 de julho de 2008. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA-MG. DIRETORIA EDUCACIONAL-DIRE. DIVISÃO DE EQUIPE PEDAGÓGICA-DIVEP. [CIRC/DIVEP/DIRE nº 85]. Av. Comendador Alexandrino Garcia, 2689. B. Marta Helena, Uberlândia-MG, 18 de julho de 2008. “Projeto Acelerar para Vencer-PAV”.

TOMAZ, Adriane Silva. Fundação Belgo-Mineira: O empresariado em ação. In: NEVES. Lúcia Maria Wanderley (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005a. p.69-82.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Política educacional em tempos de transição (1985-1995)* Brasília: Plano, 2000.

VILHENA, Renata et al (Org.). *O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A COORDENADORA ESTADUAL DO PEAS

Esta entrevista faz parte das pesquisas realizadas por mim na Linha de Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, cujo tema é: As parcerias público-privadas e suas implicações nas escolas estaduais de Uberlândia-MG (1995-2008).

A presente entrevista tem por objetivo dar subsídios para as análises da relação público-privada existente entre as escolas estaduais desta cidade e o setor privado de Uberlândia-MG.

Minha dissertação aborda as políticas neoliberais a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, analisa alguns documentos do governo Lula e por fim esclarece as políticas educacionais em Minas Gerais a partir do Choque de Gestão adotado pelo Governador Aécio Neves.

Quero compreender as políticas da Secretaria de Estado da Educação a respeito do Projeto PEAS, que incentiva a busca de parcerias entre empresas privadas.

- 1. O que você entende por público-privado? Para você o que é parceria público-privada?**
- 2. Quais projetos a S.E.E. desenvolve em parceria público-privada?**
- 3. Quais os benefícios dessas parcerias?**
- 4. E os pontos negativos?**
- 5. Fale sobre o Projeto PEAS (histórico, desenvolvimento e relação do projeto com a iniciativa privada no estado de Minas Gerais)**

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SUPERINTENDENTE REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA

Esta entrevista faz parte das pesquisas realizadas por mim na Linha de Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, cujo tema é: As parcerias público-privadas e suas implicações nas escolas estaduais de Uberlândia-MG (1995-2008).

A presente entrevista tem por objetivo dar subsídios para as análises da relação público-privada existente entre as escolas estaduais desta cidade e o setor privado de Uberlândia-MG.

Minha dissertação aborda as políticas neoliberais a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, analisa alguns documentos do governo Lula e por fim esclarece as políticas educacionais em Minas Gerais a partir do Choque de Gestão adotado pelo Governador Aécio Neves.

Quero compreender aqui, qual tem sido a visão da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia através de sua superintendente.

- 1. O que você entende por parceria-público privada?**
- 2. Quais as empresas em Uberlândia que têm estabelecido parcerias com as escolas, e de que forma são estabelecidas?**
- 3. Quando foram estabelecidas parcerias nas escolas? Em qual ano?**
- 4. Quais os projetos de maior alcance, a seu ver, e quais os de maiores impactos na escola?**
- 5. Que contribuições as escolas têm recebido através dessa relação?**
- 6. Que tipo de *feedback* a escola tem recebido das empresas?**
- 7. Como fica o tempo escolar, o currículo, as avaliações? Esses projetos são previstos com antecedência no Projeto Político Pedagógico?**
- 8. O que você acha da cultura da empresa, dos empresários e de quem está se relacionando com a escola? A empresa é cortês, amistosa ou demonstra outras atitudes?**
- 9. Qual parceria entre empresas e escolas você achou mais proveitosa e por quê?**
- 10. Quais os pontos negativos da relação escola-empresa observados pelo órgão que representa?**

- 11. Que tipo de processo avaliativo dos projetos as escolas já trabalharam? Como foram divulgados?**
- 12. Como se dá a socialização desses projetos junto à comunidade escolar?**
- 13. Como é a inserção dos professores nos projetos?**
- 14. Você quer acrescentar algum comentário?**

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE UBERLÂNDIA

Este questionário faz parte de uma pesquisa que estou realizando para a finalização da dissertação de mestrado na Linha de Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, cujo tema é: As parcerias público-privadas e suas implicações nas escolas estaduais de Uberlândia-MG (1995-2008).

A presente pesquisa pretende compreender a relação entre as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e as empresas, através do desenvolvimento de projetos educacionais financiados pela iniciativa privada, e os impactos provenientes dessas parcerias no campo da educação.

Portanto é de suma importância a contribuição dos diretores das escolas públicas estaduais de Uberlândia a respeito das parcerias público-privadas.

Marília Guimarães Moreira Barbosa - Fones: 3215-1466 ou 3215-4225

Nome da escola:

Número de alunos do 1º ao 9º ano:

Data_____/_____/_____

Marque com um x as opções corretas do nº 1 ao 10:

1 - Sua escola recebe verbas suficientes para o desenvolvimento de projetos educacionais?

() Sim

() Não

2 - Existem projetos financiados por empresas e que foram desenvolvidos nos últimos dois anos?

() Sim

() Não

Caso afirmativo, quais foram esses projetos?

_____.

3 - Liste os benefícios destes projetos:

4 - Como você toma conhecimento desses projetos e como são aceitos pela escola?

5 - Ao desenvolver um projeto proposto por empresas, a escola recebe treinamento, capacitação ou acompanhamento para o desenvolvimento do mesmo?

() Sim () Não () Às vezes

6 - Dentre os projetos desenvolvidos em parceria com empresas qual deles e, onde a seu ver teve maior alcance? Por quê? _____

7 - Você vê algum interesse mercadológico nos projetos apresentados?

() Sim () Não

Quais? _____

8 - Você acha que o desenvolvimento desses projetos prejudica de alguma forma o trabalho pedagógico de sua escola?

() Sim () Não

Por quê? _____

9 - Os prazos, metodologia de trabalhos e avaliação propostos nesses projetos são adequados?

() Sim () Não () Às vezes

10 - Há algum projeto que a equipe pedagógica da escola escreveu e alguma empresa financiou?

() Não () Sim, mas apenas 1 () Sim, de 2 a 5 () Mais de 5

Caso afirmativo, quais foram os ganhos da escola?

11 - Preencha o quadro com os projetos que esta escola já desenvolve.

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM PROFESSORES COORDENADORES DE PROJETOS

Esta entrevista faz parte das pesquisas realizadas por mim na Linha de Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, cujo tema é: As parcerias público-privadas e suas implicações nas escolas estaduais de Uberlândia-MG (1995-2008).

A presente entrevista tem por objetivo dar subsídios para as análises da relação público-privada existente entre as escolas estaduais desta cidade e o setor privado de Uberlândia-MG.

Minha dissertação aborda as políticas neoliberais a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, analisa alguns documentos do governo Lula e por fim esclarece as políticas educacionais em Minas Gerais a partir do Choque de Gestão adotado pelo Governador Aécio Neves.

Quero compreender qual a visão dos professores coordenadores de projetos educacionais desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada.

- 1 O que você entende por público e por privado? Para você o que é parceria público - privada?**
- 2 Como você trabalha os projetos educacionais que são patrocinados por empresas em suas aulas?**
- 3 O tempo escolar dedicado ao desenvolvimento desses projetos é adequado? Explique sua resposta.**
- 4 Como é o espaço escolar? Ele proporciona o desenvolvimento das atividades adequadas propostas dos projetos?**
- 5 Você desenvolve todos os projetos propostos? Como ocorre a seleção dos mesmos?**
- 6 Quais projetos você já desenvolveu que envolve parcerias público-privadas e quais os impactos provocados na formação do estudante?**

7 Como é a gestão da escola, ela está aberta às parcerias entre iniciativa privada e escola?

8 Como é o clima organizacional da escola durante o desenvolvimento de projetos? Há interação ou competição entre os professores?

9 Quais são os benefícios das parcerias público-privadas?

10 Você quer acrescentar algum comentário?